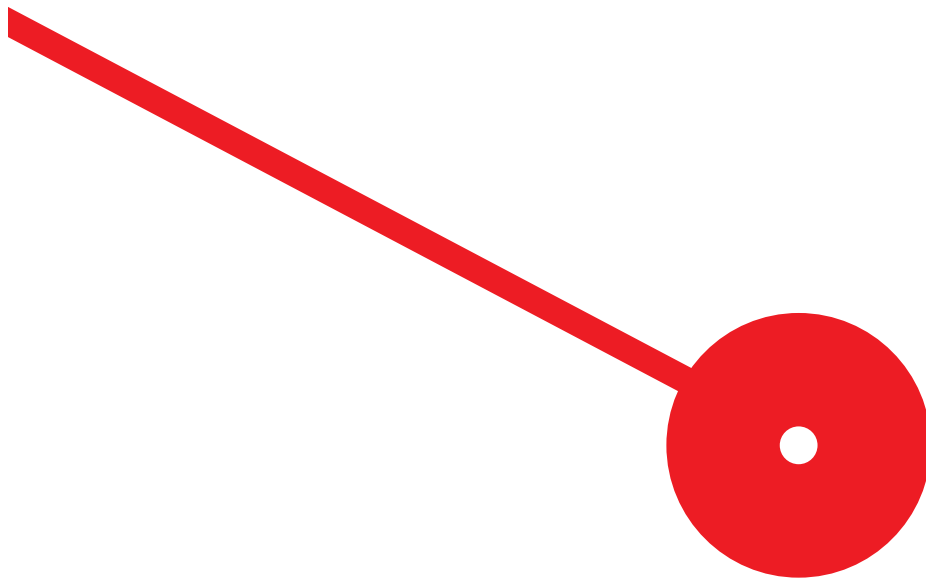




Determinantes da qualidade do relato da sustentabilidade

Carla Manuela dos Santos Cardoso

10/2024



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

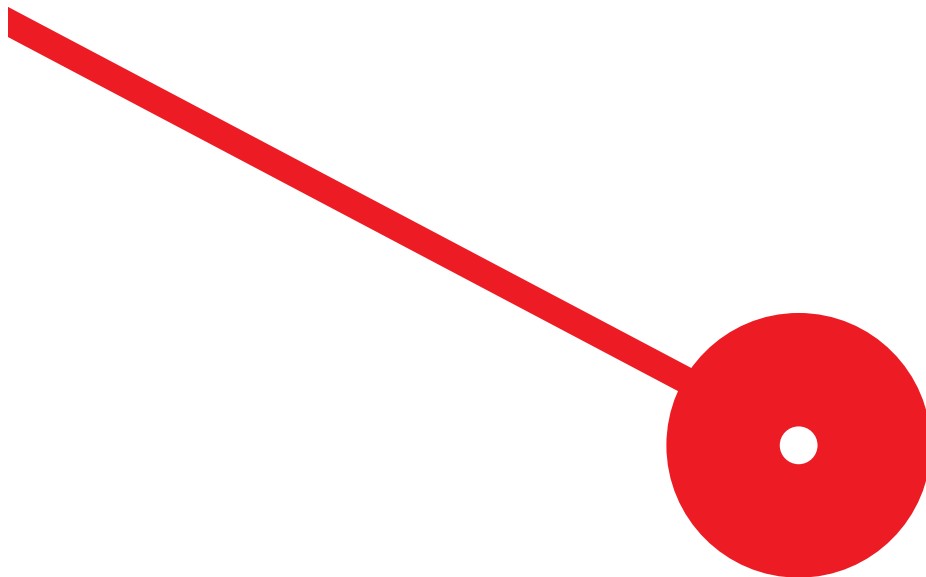
M

MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

Determinantes da qualidade do relato da sustentabilidade

Carla Manuela dos Santos Cardoso

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora Doutora Albertina Paula Moreira Monteiro



Agradecimentos

A conclusão desta dissertação marca o alcance de mais uma etapa importante da minha vida académica, que certamente não teria sido possível sem o apoio e incentivo de várias pessoas, às quais gostaria de expressar a minha profunda gratidão.

Em primeiro lugar, quero manifestar o meu sincero agradecimento à minha orientadora Professora Doutora Albertina Monteiro, pela sua orientação, paciência e constante disponibilidade ao longo de todo este processo. A sua experiência, conhecimento e conselhos foram fundamentais para a concretização deste trabalho, e a sua intervenção marcou, de forma decisiva, cada etapa deste trabalho.

Ao Tiago, dedico um especial agradecimento pelo apoio incondicional e pela motivação incessante em todos os momentos desta jornada. As nossas longas conversas, que terminavam sempre com um encorajador “Vais conseguir!”, foram um alicerce essencial ao longo deste trabalho. Sem o teu amor, companheirismo e partilha, possivelmente não estaria a escrever este agradecimento.

Aos meus pais, o meu profundo reconhecimento pelo suporte, carinho e incentivo constante ao longo desta caminhada.

Por último, agradeço à Ordem dos Contabilistas Certificados pela colaboração, assim como a todas as empresas portuguesas que colaboraram com esta investigação, contribuindo com os dados essenciais para a realização deste estudo.

Resumo

O presente estudo visa desenvolver e avaliar um modelo teórico com o propósito de analisar os determinantes da qualidade do relato da sustentabilidade. Numa primeira fase, e no sentido de apoiar o *design* do modelo teórico, explora-se a percepção da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) sobre as competências dos profissionais da contabilidade, bem como as barreiras e os desafios associados ao relato da sustentabilidade. Posteriormente, analisa-se os fatores que influenciam a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade.

A investigação adota uma abordagem metodológica mista, combinando a análise qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa envolve a exploração da percepção da OCC, através de uma entrevista semiestruturada, enquanto a abordagem quantitativa, baseada num inquérito por questionário aplicado a gestores de empresas portuguesas, consiste na avaliação do modelo teórico proposto, utilizando a técnica do modelo de equações estruturais (MEE).

Com base em 213 observações, os resultados indicam que: (1) as empresas com maior nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade detêm contabilistas certificados (CC) competentes, maior envolvimento dos *stakeholders* e maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade; (2) empresas com maior envolvimento dos *stakeholders* e maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade têm uma melhor percepção dos benefícios do relato da sustentabilidade; e (3) empresas com CC competentes, maior conhecimento das normas de relato e melhor percepção dos benefícios da divulgação de informação sobre sustentabilidade apresentam maior qualidade no relato da sustentabilidade. As variáveis do modelo, explicam 40% da variância da variável dependente.

A originalidade deste estudo reside na exploração abrangente dos fatores que impactam a qualidade da divulgação da sustentabilidade, particularmente no contexto português, contribuindo para o desenvolvimento da literatura. Os resultados do estudo são também relevantes para os gestores de empresas, CC, instituições de ensino superior, decisores políticos e entidades reguladoras do relato da sustentabilidade.

Palavras-chave: Envolvimento da gestão, envolvimento dos *stakeholders*, competências dos contabilistas certificados, benefícios da divulgação do relato da sustentabilidade, conhecimento das normas de sustentabilidade e qualidade do relato da sustentabilidade.

Abstract

The present study aims to develop and evaluate a theoretical model to analyze the determinants of sustainability reporting quality. Initially, to support the theoretical model design, the perceptions of the Order of Certified Accountants (OCC) on competences of the accountants is explored, as well as the barriers and challenges associated with sustainability reporting. Subsequently, the factors influencing sustainability information disclosure quality are analyzed.

A mixed-method approach is followed, combining both qualitative and quantitative analyses. The qualitative approach explores the OCC's perceptions through a semi-structured interview. On the other hand, the quantitative approach, based on a survey aimed to managers of Portuguese companies, evaluates the proposed theoretical model using the structural equation modeling technique.

Based on 213 observations, the main findings reveal that: (1) firms with higher levels of management engagement in sustainability have more competent certified accountants (CA), a stronger stakeholder engagement, and a greater understanding of sustainability reporting standards; (2) firms with greater stakeholder engagement and better knowledge of sustainability reporting standards have a higher perception about the benefits of sustainability reporting; and (3) firms with competent CA's, higher knowledge about reporting standards, and a better perception of the benefits associated to sustainability disclosure, demonstrate a higher sustainability reporting quality. The model variables explain 40% of the variance in the dependent variable.

The originality of this study is related to a comprehensive examination of the factors influencing sustainability disclosure quality, specifically within the Portuguese context, contributing to the progress of the academic literature in this field. The findings also sustain practical implications for corporate managers, certified accountants, higher education institutions, policymakers, and regulatory bodies involved in sustainability reporting.

Key words: Management engagement, stakeholder engagement, certified accountants' competencies, sustainability reporting disclosure benefits, sustainability standards knowledge, sustainability reporting quality.

Índice geral

Capítulo I - Introdução	1
1.1 Enquadramento e justificação do tema.....	2
1.2 Problemática do estudo.....	4
1.3 Objetivos e metodologia da investigação	5
1.4 Estrutura da dissertação	6
Capítulo II – Revisão da Literatura.....	8
2.1 Sustentabilidade.....	9
2.1.1 Conceito e evolução.....	9
2.1.2 Pilares da Sustentabilidade	11
2.1.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	13
2.1.4 Importância do Envolvimento da Gestão na Sustentabilidade	16
2.1.5 Importância do Envolvimento dos <i>Stakeholders</i> na Sustentabilidade....	18
2.2. Divulgação da Sustentabilidade.....	19
2.2.1 Contabilidade da Sustentabilidade.....	20
2.2.2 Divulgação de informação sobre sustentabilidade	22
2.2.3 Iniciativas para a Normalização do Relato da Sustentabilidade.....	25
2.2.3.1 IFRS <i>Foundation</i>	25
2.2.3.2 União Europeia.....	26
2.2.3.3 <i>Global Reporting Initiative</i>	28
2.2.4 Conhecimento das Normas de Relato da Sustentabilidade	31
2.2.5 Benefícios da Divulgação sobre Sustentabilidade.....	32
2.2.6 Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade.....	33
2.2.7 Determinantes da qualidade da informação sobre a sustentabilidade	34
Capítulo III – Objetivos, Modelo Conceptual e Hipóteses de investigação.....	37
3.1 Objetivos de Investigação.....	38
3.2 Modelo Conceptual.....	38
3.3 Hipóteses de investigação.....	39
Capítulo IV – Metodologia de Investigação	48
4.1 Investigação Qualitativa - Entrevista.....	49
4.2 Investigação Quantitativa - Inquérito por Questionário	50
4.2.1 Pré-teste	50

4.2.2	Estrutura do Inquérito por Questionário	51
4.2.3	Processo de seleção da amostra e recolha de dados	55
4.2.4	Modelo de Equações Estruturais	55
4.2.4.1	Etapas da análise do Modelo de Equações Estruturais.....	56
Capítulo V – Análise e discussão dos resultados.....		62
5.1	Entrevista	63
5.1.1	Resultados.....	63
5.2	Inquérito por Questionário.....	66
5.2.1	Análise preliminar dos dados	66
5.2.2	Tratamento de dados em falta.....	66
5.2.3	Análise da tendência central e da normalidade	66
5.2.4	Análise de dados extremos	66
5.2.5	Análise da dimensão da amostra	67
5.2.6	Caraterização da amostra.....	68
5.2.6.1	Caraterização dos inquiridos	68
5.2.6.2	Caraterização da empresa	71
5.2.7	Avaliação do modelo de medida	74
5.2.8	Avaliação do modelo estrutural.....	78
5.2.8.1	Avaliação do modelo estrutural inicial.....	78
5.2.8.2	Avaliação do modelo estrutural revisto	80
5.2.8.3	Avaliação do efeito direto, indireto e total	83
5.2.9	Discussão dos resultados	85
Capítulo VI – Conclusão		88
6.1	Principais conclusões.....	89
6.2	Contributos do estudo	91
6.3	Limitações do estudo	91
6.4	Perspetivas para investigações futuras	92
Referências bibliográficas.....		93
Apêndices.....		105

Índice de Figuras

Figura 1 - Pilares da Sustentabilidade	12
Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	15
Figura 3 - Fases da elaboração de Relatórios de Sustentabilidade	23
Figura 4 - Divulgação não financeira e a mudança da sustentabilidade real.....	24
Figura 5- Relação ESG.....	30
Figura 6 - Modelo Conceptual.....	39
Figura 7 - Género.....	68
Figura 8 - Faixa etária.....	68
Figura 9 - Grau de escolaridade.....	69
Figura 10 - Área de formação.....	69
Figura 11 - Anos de experiência.....	70
Figura 12 - Remuneração	70
Figura 13 - Setor de atividade.....	71
Figura 14 - Dimensão da empresa	71
Figura 15 - Cotação em bolsa.....	72
Figura 16 - Tipologia dos serviços de contabilidade.....	72
Figura 17 - Meios de divulgação de informação sobre sustentabilidade.....	73
Figura 18 - Empresa pertence a setor ambientalmente crítico.....	73
Figura 19 - Diagrama do modelo teórico inicial.....	79
Figura 20 - Diagrama do modelo teórico revisto.....	81

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Síntese das hipóteses de investigação	46
Tabela 2 - Guião de Entrevista	49
Tabela 3 - Itens relativos ao nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade	51
Tabela 4 - Itens relativos ao nível de envolvimento dos stakeholders	52
Tabela 5 - Itens relativos às competências dos contabilistas certificados	52
Tabela 6 - Itens relativos ao nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade	53
Tabela 7 - Itens relativos aos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade	54
Tabela 8 - Itens relativos à qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade	54
Tabela 9 - Símbolos usados na representação gráfica do MEE.....	58
Tabela 10 - Medidas absolutas	59
Tabela 11 - Medidas incrementais	59
Tabela 12 - Medidas parcimónias.....	60
Tabela 13 - Dimensão da amostra	67
Tabela 14 - Medidas de ajustamento dos construtos antes e após o ajustamento	74
Tabela 15 - Itens eliminados e retidos pela Análise Fatorial Confirmatória.....	75
Tabela 16 - Análise Fatorial Confirmatória de cada construto.....	76
Tabela 17 - Medidas de ajustamento do modelo estrutural inicial	78
Tabela 18 - Medidas de ajustamento do modelo estrutural revisto	80
Tabela 19 - Resultados da avaliação do modelo teórico revisto.....	82
Tabela 20 - Efeitos direto, indireto e total	83
Tabela 21 - Hipóteses de Investigação formuladas no modelo teórico	87

Índice de Apêndice

Apêndice 1 – Grupo de questões relativas à caracterização da empresa.....	106
Apêndice 2 – Grupo de questões relativas à caracterização dos respondentes	108
Apêndice 3 – Email enviado às empresas	110
Apêndice 4 – Reforço email enviado às empresas	111
Apêndice 5 – Transcrição da Entrevista	112
Apêndice 6 – Teste de normalidade dos dados.....	115
Apêndice 7 – Análise descritiva dos dados	116
Apêndice 8 – Fiabilidade da medida - nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade	117
Apêndice 9 – Fiabilidade da medida – nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i>	118
Apêndice 10 – Fiabilidade da medida - competências dos contabilistas certificados..	119
Apêndice 11 – Fiabilidade da medida - nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade	120
Apêndice 12 – Fiabilidade da medida - benefícios da divulgação sobre sustentabilidade	121
Apêndice 13 – Fiabilidade da medida - qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade	122

Acrónimos

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IASB - *International Accounting Standards Board*

ONU - Organização das Nações Unidas

SABI - Sistema de Análises de Balanços Ibéricos

SASB - *Sustainability Accounting Standards Board*

VEM - Variância Extraída Média

Siglas

AGFI - *Adjusted Goodness-of-Fit Index*
BCSD - *Business Council for Sustainable Development*
CC - *Contabilistas Certificados*
CDSB - *Climate Disclosure Standards Board*
CFI - *Comparative Fit Index*
CR - *Composite Reliability*
CSRD - *Corporate Sustainability Reporting Directive*
ESG - *Environmental, Social and Governance*
ESRS - *European Sustainability Reporting Standards*
GFI - *Goodness-of-Fit Index*
IFRS - *International Financial Reporting Standards*
IIRC - *International Integrated Reporting Council*
ISSB - *International Sustainability Standards Board*
MEE - *Modelo de Equações Estruturais*
NFI - *Normed Fit Index*
NFRD - *Non-Financial Reporting Directive*
OCC – *Ordem dos Contabilistas Certificados*
ODM - *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*
ODS - *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*
PGFI - *Parsimonious Goodness-of-Fit Index*
PNFI - *Parsimonious Normed Fit Index*
RMSEA - *Root Mean Square Error of Approximation*
SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
TBL - *Triple Bottom Line*
TCFD - *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*
UE - *União Europeia*

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Neste capítulo introdutório, apresenta-se a contextualização e a fundamentação do estudo, delineando os principais objetivos e a abordagem metodológica adotada na investigação, culminando com a exposição da estrutura do trabalho.

1.1 Enquadramento e justificação do tema

A crescente consciencialização global sobre a importância das questões *Environmental, Social and Governance* (ESG) tem vindo a intensificar a pressão exercida sobre as empresas para que divulguem as práticas e desempenhos obtidos no âmbito da sustentabilidade. A este respeito, Matten e Moon (2008) referem que a divulgação de práticas de sustentabilidade é uma resposta das empresas às crescentes expectativas sociais e regulamentares. Esta tendência é ainda reforçada pela exigência, por parte de investidores e consumidores, de informações mais detalhadas e pela regulamentação em constante evolução (Eccles et al., 2014).

As empresas que divulgam de forma transparente as suas práticas de sustentabilidade não só alinham as suas operações às expectativas da sociedade, como também reforçam a sua reputação no mercado, o que lhes confere vantagens competitivas (Porter & Kramer, 2011). Além disso, a qualidade da informação divulgada pelas empresas tem um impacto direto na confiança dos *stakeholders*, utilizadores da informação no processo de tomada de decisões (Friede et al., 2015). No entanto, a qualidade da informação sobre a sustentabilidade pode variar significativamente em função de diversos fatores, tanto internos como externos à organização, como sugerem Hahn e Kühnen 2013.

Neste contexto, este estudo foca-se essencialmente na análise dos “Determinantes da qualidade do relato da sustentabilidade”. A escolha deste tópico, justifica-se por vários motivos. Em primeiro lugar, a crescente procura por transparência nas práticas de sustentabilidade está a motivar as empresas a produzir relatórios mais detalhados e confiáveis. A este respeito, Eccles et al. (2014) destacam que a crescente importância da sustentabilidade nas decisões de investimento exige que as empresas apresentem relatórios mais completos sobre os seus impactos ambientais e sociais, sendo a transparência, cada vez mais vista, como essencial para a construção da confiança por parte dos *stakeholders* e para o aumento do grau de compromisso com práticas no âmbito da sustentabilidade. Em segundo lugar, há desafios significativos relacionados com a normalização, comparabilidade e a qualidade da informação sobre sustentabilidade. Apesar da existência de vários *frameworks*, como por exemplo, os do *Global Reporting*

Initiative (GRI), *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), ainda não está garantida a normalização e a comparabilidade dos relatórios empresariais em matéria de sustentabilidade (Block et al., 2017). A falta de consistência, que coloca em causa a utilidade e qualidade do relato da sustentabilidade, pode ter implicações ao nível da análise exata e da comparabilidade por parte dos diferentes *stakeholders*, relativamente ao desempenho das empresas no âmbito da sustentabilidade (Adams & Frost, 2008). Esta dificuldade justifica a necessidade de estudar os fatores que influenciam a qualidade do relato da sustentabilidade, incluindo o compromisso/envolvimento da gestão, as competências dos CC, a envolvimento dos *stakeholders*, o nível de conhecimento das normas de relato e os benefícios do relato da sustentabilidade.

O compromisso da gestão com as estratégias de sustentabilidade requer que os contabilistas desenvolvam novas competências, particularmente na preparação de relatórios de sustentabilidade e na interpretação das normas de relato financeiro e não financeiro relacionadas com os critérios ESG (de Villiers et al., 2014). Segundo Boiral e Gendron (2011), Stancheva-Todorova (2020), e Wong e Millington (2014), tais competências são vitais, particularmente quando a gestão assume um papel ativo na implementação de práticas de sustentabilidade. O envolvimento da gestão na sustentabilidade exige profissionais, gestores e contabilistas, aptos a responder às crescentes exigências ao nível do relato da sustentabilidade (Ascani et al. 2021).

No âmbito da teoria dos *stakeholders*, introduzida por Freeman e Mcvea (2001) e Gray et al. (1995), destaca-se que as empresas devem atender de forma equilibrada aos interesses de todos os *stakeholders*. Yusliza et al. (2019) e Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) corroboram esta visão, sublinhando que o compromisso da gestão com a sustentabilidade potencia o fortalecimento das relações com os *stakeholders*. A liderança ativa da gestão, no âmbito da sustentabilidade, facilita a implementação eficaz de políticas de sustentabilidade, criando uma conexão entre gestores e *stakeholders* (Yusliza et al., 2019).

A divulgação de informação sobre sustentabilidade constitui uma importante ferramenta que fomenta a transparência e o fortalecimento da confiança dos *stakeholders*, contribuindo assim, para a melhoria da reputação das empresas (Altin & Yilmaz, 2023; Camilleri, 2017). A adoção de práticas de sustentabilidade, traz diversos benefícios para as empresas, ou seja, permite identificar e analisar novas oportunidades de negócio, bem

como promover a inovação, proporcionando a criação de novos recursos e vantagens competitivas para as empresas (Abbas et al., 2022; Branco & Rodrigues, 2008).

Adams e Frost (2008) sugerem que o envolvimento da gestão na sustentabilidade está diretamente associado à implementação de normas internacionais de relato, como as orientações do GRI. A conformidade com estas normas e a transparência nos relatórios de sustentabilidade são determinantes para uma comunicação eficaz, como defendido por Dick et al. (2021), Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) e Williams e Schaefer (2013). Estes autores sublinham que o conhecimento profundo das normas de sustentabilidade é essencial para garantir uma divulgação clara e transparente das práticas empresariais, promovendo a confiança dos *stakeholders* e a integridade da informação reportada.

Resumindo, a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade depende, em grande medida, das competências dos profissionais de contabilidade. A este respeito, Adams e Evans (2004), Maxwell et al. (1997) e Welford et al. (2008) referem que contabilistas com maior nível de especialização têm um papel crucial na garantia da integridade dos relatórios de sustentabilidade. Além disso, Dick et al. (2021), Fernandez-Feijoo et al. (2014) e Moneva e Llena (2000) afirmam que a pressão dos *stakeholders* constitui um incentivo relevante para aumentar a transparência, sendo que o diálogo contínuo entre as partes interessadas potencia a consciencialização sobre a relevância das práticas de divulgação, tal como sublinhado por Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) e Williams e Schaefer (2013). Ainda, o conhecimento aprofundado das normas está diretamente relacionado com uma divulgação consistente e transparente, como defendido por Clarkson et al. (2011) e Rodriguez-Melo e Mansouri (2011). Por último, Adams e Evans (2004), Dick et al. (2021) e Wang et al. (2014) argumentam que as empresas que reconhecem os benefícios associados à divulgação de práticas de sustentabilidade tendem a melhorar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Este ciclo positivo, em que a perceção dos benefícios motiva uma maior transparência, fortalece a credibilidade das informações divulgadas e aumenta a confiança dos *stakeholders*.

1.2 Problemática do estudo

Atualmente, a literatura revela uma carência de estudos aprofundados sobre os determinantes da divulgação de informação sobre sustentabilidade, especialmente no que diz respeito aos fatores que influenciam a qualidade do relato. Para já, a atenção académica voltada para a divulgação de informação sobre sustentabilidade é

significativamente inferior à dedicada a outros aspetos da contabilidade e da gestão de empresas. Este fenómeno pode ser parcialmente explicado pelo facto de o tema da sustentabilidade ser relativamente recente e pela escassez ou emissão recentes de normativos no âmbito do relato da sustentabilidade. Contudo, nas últimas décadas, tem-se observado um aumento substancial da produção científica, tanto por parte dos académicos como de profissionais.

A crescente pressão dos *stakeholders* por transparência corporativa e a necessidade de conformidade com regulamentações sobre sustentabilidade têm impulsionado a normalização e a divulgação das práticas e do desempenho da sustentabilidade. De salientar que a evolução normativa reflete a crescente importância e a complexidade das informações sobre sustentabilidade.

Apesar do aumento do interesse na sustentabilidade e na transparência corporativa, poucos estudos abordaram de forma abrangente a relação entre o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade, as competências dos CC, o nível de envolvimento dos *stakeholders*, o nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade, a perceção dos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade e a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade. A escassez de investigação neste tema e a recente intensificação das regulamentações sublinham a relevância e a originalidade do presente estudo.

Neste contexto, o presente estudo propõe a seguinte questão de pesquisa: A qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade depende do nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade, do nível de envolvimento dos *stakeholders*, das competências dos CC, do nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade e da perceção dos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade?

1.3 Objetivos e metodologia da investigação

O principal objetivo deste estudo é identificar os fatores que influenciam a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade. Especificamente, o estudo pretende avaliar se: (1) o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade exerce uma influência direta sobre as competências dos CC, o nível de envolvimento dos *stakeholders* e o nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade; (2) o nível de envolvimento dos *stakeholders* e o nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade têm influência na perceção dos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade; e (3) as competências dos CC, o nível de conhecimento das normas de

relato da sustentabilidade e os benefícios da divulgação sobre sustentabilidade influenciam diretamente a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade. Estes objetivos são operacionalizados através da formulação de oito hipóteses detalhadas na investigação.

Para o alcance do objetivo principal, esta investigação adota uma dupla abordagem metodológica. Assim, este estudo inicia-se com a análise qualitativa, baseada numa entrevista semiestruturada à OCC, com objetivo de apoiar o desenvolvimento do modelo teórico, no que respeita às competências dos CC. Na vertente quantitativa, considerando o resultado da entrevista e a revisão da literatura, é desenvolvido, no *Limesurvey* um inquérito por questionário. O inquérito é dirigido aos gestores de empresas portuguesas devido ao seu papel crucial na definição, implementação e supervisão das práticas e divulgação da sustentabilidade. A análise descritiva dos dados é realizada no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 26, enquanto a análise do modelo teórico proposto é efetuada no *software* estatístico AMOS, utilizando o Modelo de Equações Estruturais (MEE).

1.4 Estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação será organizada em seis capítulos, desempenhando cada um, um papel crucial na exposição e análise da investigação realizada.

O Capítulo I - Introdução - estabelece o contexto e a justificação do tema, define a problemática do estudo, e apresenta os objetivos, a metodologia e a estrutura da dissertação. Este capítulo fornece uma visão geral e o enquadramento necessário para a compreensão do estudo.

No Capítulo II - Revisão da Literatura – realiza-se uma análise dos conceitos e temas relevantes, abordando a definição e evolução da sustentabilidade, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), os pilares da sustentabilidade, o nível de envolvimento dos *stakeholders*, o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade e a divulgação de informações sobre sustentabilidade, tais como iniciativas para a normalização do relato, o nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade, as competências dos CC, os benefícios da divulgação sobre sustentabilidade e os determinantes da qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade. Este capítulo proporciona uma base teórica sólida para o estudo.

O Capítulo III - Objetivos, Modelo Conceptual e Hipóteses de Investigação – apresenta de forma clara os objetivos da investigação, o modelo conceptual que orienta a investigação, e formula as hipóteses a serem testadas. Esta parte da dissertação expõe a estrutura teórica que vai orientar a investigação.

O Capítulo IV - Metodologia de Investigação – aborda, em primeiro lugar, o conteúdo da entrevista realizada à OCC e, em segundo, descreve detalhadamente os métodos e instrumentos utilizados, incluindo o pré-teste do questionário, a estrutura do questionário, o processo de seleção da amostra e a recolha de dados. O capítulo também descreve a aplicação do MEE, com foco na definição dos construtos, no desenvolvimento e especificação do modelo de medida, e na avaliação dos modelos. Esta secção do trabalho fornece uma descrição minuciosa dos procedimentos adotados na investigação empírica.

O Capítulo V - Análise e Discussão dos Resultados - apresenta e analisa os resultados obtidos a partir do estudo empírico. Neste capítulo, as hipóteses de investigação formuladas são testadas com base nos dados recolhidos e os resultados são discutidos.

Por fim, o Capítulo VI - Conclusão - sintetiza as principais conclusões da investigação e discute as implicações teóricas e práticas dos resultados. Esta secção da dissertação também reflete sobre as limitações do estudo e sugere direções para pesquisas futuras, concluindo a dissertação de forma coesa e informativa.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Sustentabilidade

A evolução temporal e as transformações sociais, económicas e ambientais têm intensificado a necessidade de aprofundar a investigação sobre a sustentabilidade, a fim de responder aos desafios globais.

Nos próximos pontos, aborda-se o tema da sustentabilidade e os principais aspetos, incluindo o conceito e evolução ao longo do tempo. Também se procede à análise dos três pilares que sustentam as práticas de sustentabilidade e dos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU). Por último, neste subcapítulo expõe-se a importância do envolvimento ativo da gestão e dos *stakeholders* na implementação e sucesso das práticas de sustentabilidade nas organizações.

2.1.1 Conceito e evolução

A crescente relevância do conceito de sustentabilidade evidencia que as sociedades reconhecem a natureza finita dos recursos naturais e as consequências do consumo excessivo e da poluição ambiental (Church et al., 2022; Lanzano, 2021).

O conceito de sustentabilidade é definido como a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, assegurando simultaneamente a manutenção dos processos ecológicos, da biodiversidade e da produtividade (Church et al., 2022). Esta definição está associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente discutido desde a publicação do Relatório de *Brundtland* em 1987, o qual se refere à satisfação das necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (United Nations, 1987). O relatório destaca a necessidade de enfrentar os desafios ambientais associados ao desenvolvimento económico e à globalização, propondo soluções para minimizar esses impactos (Biorumo, 2005). O desenvolvimento sustentável é um termo associado à proteção ambiental, à equidade social e ao crescimento económico, sendo fundamental que todas as nações, setores e indivíduos contribuam para estas metas (Sachs, 2012; Zanella et al., 2019). Portanto, de acordo com Barnett e Dovers (2001), a sustentabilidade diz respeito à capacidade da natureza e dos seres humanos resistir ou se adaptar às mudanças causadas por ameaças, de forma indefinida. Já o termo, desenvolvimento sustentável, de acordo com Barnett e Dovers (2001) refere-se ao processo de transformação que assegura a utilização contínua dos recursos, atendendo às necessidades da população atual.

Inicialmente, o conceito de sustentabilidade emergiu nas áreas de Biologia e Ecologia, sendo definido como a capacidade de um ecossistema para manter um equilíbrio dinâmico que assegure a preservação da biodiversidade (Silva et al., 2014). Entretanto, a sustentabilidade evoluiu de forma substancial ao longo do tempo, refletindo diferentes compreensões e aplicações em diversos contextos científicos e práticos (Joudeh et al., 2024). Originalmente, a sustentabilidade estava restrita a questões ambientais, mas a sua definição foi gradualmente ampliada para incluir também aspectos sociais, aumentando a sua relevância e reconhecimento por parte dos *stakeholders* (Silva et al., 2014). Com o avanço dos estudos e práticas, a sustentabilidade passou a ser integrada em áreas como a ética, a contabilidade e a gestão, encaminhando as empresas a reajustar as abordagens nos processos de tomada de decisão (Indyk, 2022).

O modelo mais amplamente aceite de sustentabilidade é o *Triple Bottom Line* (TBL), proposto por Elkington (1997), que postula que a sustentabilidade deve ser avaliada a partir de três dimensões: económica, ambiental e social. Segundo este modelo, as organizações devem procurar um equilíbrio entre estas dimensões, priorizando ações que sejam socialmente justas, ambientalmente responsáveis e economicamente viáveis (Zanella et al., 2019). O conceito de TBL, que envolve a harmonização entre o lucro, pessoas e planeta, é destacado como uma abordagem necessária para garantir o desenvolvimento sustentável a longo prazo (Astuti et al., 2023). As empresas que adotam o TBL são consideradas sustentáveis, pois o sucesso organizacional não deve ser medido apenas pelo lucro, mas também pelo desempenho em termos económicos, sociais e ambientais, assegurando a prosperidade a longo prazo (Coelho & Godoi, 2013).

De acordo com Biorumo (2005), as três dimensões principais da sustentabilidade incluem: (1) a dimensão ambiental, que se refere à conservação e gestão dos recursos naturais, com o objetivo de minimizar os impactos negativos no solo, na água e no ar; (2) a dimensão social, que destaca a importância de respeitar os direitos humanos e garantir igualdade de oportunidades para todos, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva; e (3) a dimensão económica, que está focada na prosperidade da sociedade e a gestão económica eficiente, garantindo a viabilidade das organizações, a criação de oportunidades económicas e a melhoria das condições de vida.

Ao longo do tempo, o conceito de sustentabilidade incorporou novas dimensões, incluindo aspectos culturais, espaciais, psicológicos, políticos nacionais e internacionais e até espirituais (Boff, 1993; Sachs, 2000). Portanto, o termo “sustentável” refere-se à capacidade de algo ser mantido e preservado ao longo do tempo, sendo um processo

contínuo que mantém um sistema estável, desde que cumpridas determinadas condições (Vizeu et al., 2012).

Atualmente, a sustentabilidade é um paradigma fundamental na gestão de negócios e na formulação de políticas para as nações e organizações (Zanella et al., 2019). De acordo com Spalenza e Amaral (2018), a sustentabilidade é discutida tanto em termos sociais quanto organizacionais, assumindo que as organizações devem procurar a obtenção de lucro enquanto garantem o bem-estar das gerações presentes e futuras através de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável. No contexto organizacional, a sustentabilidade transformou-se num mecanismo de gestão que ultrapassa as atividades e objetivos individuais de cada negócio, servindo como guia para decisões em áreas ambientais, sociais e económicas (Zanella et al., 2019).

A evolução da sustentabilidade nas empresas foi também marcada pela mudança significativa na divulgação de informação sobre práticas ambientais e sociais (Haller et al., 2017). Inicialmente, as empresas limitavam-se a produzir relatórios esporádicos, mas a crescente exigência de transparência e *accountability* levou à formalização dessa divulgação com recurso às normas/diretrizes específicas, como as do GRI e do IIRC (Haller et al., 2017). Estes *frameworks* orientam na estruturação e normalização do relato da sustentabilidade, promovendo uma comunicação mais transparente e compreensiva dos impactos sociais e ambientais (Adams, 2004).

Face ao exposto, a evolução da sustentabilidade, no âmbito das organizações, remete para áreas transversais, incluindo a contabilidade. Para compreender plenamente a importância da sustentabilidade, é essencial explorar os seus pilares fundamentais, que servem como base para o desenvolvimento de práticas e políticas eficazes em prol do desenvolvimento sustentável.

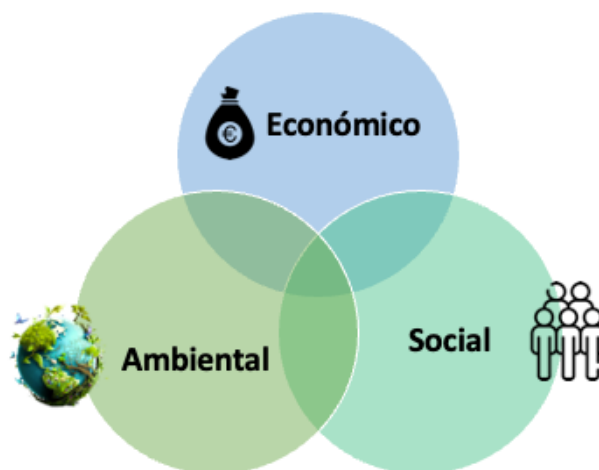
2.1.2 Pilares da Sustentabilidade

Tradicionalmente, a sustentabilidade era abordada principalmente sob a perspetiva da proteção ambiental (Opp & Saunders, 2013). No entanto, a conceção dos três pilares da sustentabilidade - social, económico e ambiental - tornou-se amplamente utilizada e é frequentemente representada por três círculos interrelacionados, com a sustentabilidade no centro (Purvis et al., 2018). A ideia dos três pilares emergiu gradualmente a partir de diversas críticas ao status económico, reconhecendo a importância de integrar as perspetivas sociais e ecológicas (Purvis et al., 2018). A conceção moderna dos três pilares foi inicialmente formalizada por Barbier em 1987, que

sugere que o desenvolvimento sustentável deveria equilibrar objetivos económicos, sociais e ambientais (Barbier, 1987). Contudo, a falta de uma definição teórica sólida para os pilares da sustentabilidade tem dificultado a sua prática e aplicação rigorosa (Purvis et al., 2018).

A sustentabilidade é um tema cada vez mais crucial para as empresas e envolve a avaliação contínua dos impactos das operações em três dimensões principais: ambiental, social e económica (Gaviria et al., 2023). Estes autores mencionam que o desenvolvimento sustentável, requer que as entidades, não se foquem apenas nos lucros, mas também considerem os impactos sociais e ambientais nas suas decisões. Os três pilares da sustentabilidade, identificados na figura 1, são essenciais para encaminhar as empresas na adoção de práticas que garantam o desenvolvimento sustentável (Global Sustainability Standards Board, 2023a):

Figura 1 - Pilares da Sustentabilidade



Fonte: Elaboração Própria

- 1. Pilar Ambiental:** foca-se na preservação e gestão dos recursos naturais, garantindo que o meio ambiente possa sustentar as necessidades atuais e futuras (Joudeh et al., 2024). A sustentabilidade ambiental envolve a conservação da biodiversidade, a proteção dos ecossistemas e a gestão responsável de recursos como a água, solo e ar, de forma a evitar práticas que causem poluição e degradação ambiental (Biorumo, 2005; Wagenhofer, 2024). A ideia central é minimizar o impacto das atividades humanas no planeta, garantindo que os recursos naturais sejam utilizados de forma

renovável e que os ecossistemas mantenham a sua capacidade de regeneração (Church et al., 2022).

2. **Pilar Social:** está relacionado ao bem-estar das pessoas, promovendo a justiça social, igualdade de oportunidades e condições de vida dignas para todos (Joudeh et al., 2024). A sustentabilidade social envolve a proteção dos direitos humanos, assegurando a igualdade de acesso à educação, saúde, segurança e oportunidades de emprego (Wagenhofer, 2024). Este pilar promove ainda a inclusão social, a diversidade e a redução das desigualdades entre diferentes grupos sociais (Biorumo, 2005).

3. **Pilar Económico:** refere-se à criação de um sistema económico que seja financeiramente viável no longo prazo, sem comprometer os outros dois pilares (Zanella et al., 2019). A sustentabilidade económica envolve o uso eficiente dos recursos para garantir a prosperidade das gerações presentes e futuras, promovendo a inovação, crescimento económico e a criação de empregos, sem causar danos ao meio ambiente ou à sociedade (Joudeh et al., 2024; Zanella et al., 2019). O objetivo é garantir que as atividades económicas sejam realizadas de forma responsável e que contribuam para a melhoria das condições de vida, reduzindo a pobreza e as desigualdades (Wagenhofer, 2024).

A integração destes três pilares na estratégia corporativa é vital para enfrentar e mitigar desafios globais, como as mudanças climáticas, pandemias e conflitos, que exigem respostas rápidas e eficientes (Fitz-Oliveira & Wasgen, 2023). Assim, os pilares da sustentabilidade fornecem a estrutura necessária para a implementação eficaz dos ODS, que visam promover um futuro mais equitativo e ambientalmente responsável.

2.1.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral da ONU em 2015, fornecem diretrizes globais para a sustentabilidade, visando erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos até 2030 (Bebbington & Unerman, 2018; United Nations Global Compact, 2015). Estes objetivos incentivam as empresas a alinhar as suas práticas e relatórios com estas metas

globais, a fim de demonstrar o compromisso com o desenvolvimento sustentável (Sachs, 2012).

A adoção de *frameworks* de sustentabilidade pode potencializar a contribuição das organizações, tanto públicas quanto privadas, na realização dos ODS (Osobajo et al., 2022). Estes *frameworks* facilitam a divulgação de informação sobre sustentabilidade, o que permite às empresas avaliar, divulgar e prestar contas aos *stakeholders* (Osobajo et al., 2022; van Wyk & Els, 2023).

Sachs (2012) enfatiza que os ODS desempenham um papel crucial na promoção de um mundo mais sustentável, destacando três elementos fundamentais: (1) a necessidade de enfrentar problemas globais que afetam o mundo e requerem o envolvimento público; (2) aprender com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); e (3) a importância de compreender as razões para o sucesso ou fracasso das iniciativas anteriores, corrigindo possíveis deficiências mais relevantes.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012 foi um marco para o estabelecimento dos ODS, culminando no documento “*The future we want*”, que reafirma o compromisso global com a sustentabilidade (Astuti et al., 2023). Em 2015, foram introduzidos os 17 ODS, os quais foram adotados por 193 países, divididos em 169 metas globais, com foco na erradicação da pobreza, promover a saúde e educação de qualidade, reduzir a desigualdade e combater as mudanças climáticas, preservando os recursos naturais, mas também erradicar a fome, garantir o acesso a água potável, saneamento e energia, promover o trabalho digno, crescimento económico, invocação e infraestruturas, fomentar cidades sustentáveis, promover o consumo e a produção responsáveis, e proteger os oceanos e ecossistemas (Fleaca et al., 2023; United Nations Global Compact, 2015).

Os ODS, apresentados na figura 2, são organizados em torno de cinco áreas de ação: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (5 Ps), cada um tem um foco específico para alcançar um futuro sustentável (KPMG, 2022; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022):

- **Pessoas:** o foco está na erradicação da pobreza e da fome, bem como na promoção da dignidade, igualdade e direitos humanos.
- **Planeta:** abrange temas como o consumo e a produção sustentáveis, a luta contra as alterações climáticas e a gestão responsável dos recursos naturais.

- **Prosperidade:** visa o desenvolvimento económico, o progresso social e a melhoria da qualidade de vida, de forma a garantir que todos os seres humanos possam alcançar a sua plenitude.
- **Paz:** promove sociedades pacíficas, justas e inclusivas, onde todos possam viver sem violência e com o acesso a direitos fundamentais.
- **Parcerias:** destaca a necessidade de colaboração e cooperação entre países, organizações e setores para atingir os objetivos globais e apoiar os mais vulneráveis.

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: United Nations Global Compact (2015)

As empresas têm um papel vital na implementação dos ODS, particularmente no que diz respeito ao crescimento económico, criação de empregos e avanço tecnológico, conforme destacado pelo *Business Council for Sustainable Development (BCSD)*. As organizações utilizam os ODS como uma base para estruturar, comunicar e direcionar as suas estratégias, obtendo diversas vantagens ao alinhar as suas operações com os objetivos globais (KPMG, 2022). Entre os benefícios, destacam-se .

- **Exploração de novos mercados:** as empresas podem descobrir oportunidades de negócios em mercados emergentes e desenvolver soluções inovadoras (KPMG, 2022; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022).

- **Valorização da sustentabilidade corporativa:** os incentivos económicos podem aumentar o valor das práticas de sustentabilidade adotadas pelas empresas (Fleaca et al., 2023; KPMG, 2022; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022).
- **Fortalecimento das relações com os *stakeholders*:** ao alinhar-se com o desenvolvimento de políticas públicas, as empresas podem melhorar as relações com os *stakeholders* e gerir proativamente riscos legais (Fleaca et al., 2023; KPMG, 2022; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022).
- **Estabilidade nas sociedades e mercados:** as organizações que operam em ambientes com mercados regulados, sistemas financeiros transparentes e instituições bem geridas e livres de corrupção apresentam maior probabilidade de sucesso e longevidade (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022).
- **Comunicação eficiente:** a adoção de uma linguagem e propósito comuns facilita a comunicação da empresa com os *stakeholders* sobre o impacto e desempenho (Fleaca et al., 2023; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022).

A concretização dos ODS depende, portanto, de uma gestão focada na sustentabilidade. As decisões estratégicas das empresas podem determinar o sucesso ou fracasso das iniciativas/práticas empresariais no âmbito da sustentabilidade, com consequências ao nível da realização dos ODS (Bebbington et al., 2023). A implementação dos ODS requer uma abordagem coordenada, que envolva a colaboração da sociedade, garantindo um futuro mais justo e sustentável para todos (Sachs, 2012).

2.1.4 Importância do Envolvimento da Gestão na Sustentabilidade

O envolvimento da gestão na sustentabilidade é amplamente reconhecido como um fator essencial para a implementação e sucesso das práticas de sustentabilidade nas organizações (Wagenhofer, 2024). Este envolvimento refere-se à forma como os gestores integram os princípios de sustentabilidade nas suas estratégias e operações, influenciando a formulação de políticas e a execução de iniciativas que visam equilibrar o desempenho ESG (Eccles et al., 2014). Segundo Epstein e Buhovac (2014), o envolvimento da gestão na sustentabilidade implica a incorporação de objetivos sustentáveis nos processos de tomada de decisão, assegurando que as práticas responsáveis sejam implementadas e avaliadas de forma contínua. Blass et al. (2011) e Wagenhofer (2024) sublinham que a

gestão desempenha um papel central na integração da sustentabilidade nas operações empresariais, ao desenvolver políticas que fomentam práticas de sustentabilidade e ao definir metas claras e mensuráveis. Elkington (1997), ao introduzir o conceito de TBL destaca que a gestão comprometida com a sustentabilidade deve procurar equilibrar os resultados económicos com os impactos sociais e ambientais, de modo a adotar uma visão de longo prazo que preserve os recursos naturais e promova o bem-estar social. Dyllick e Muff (2015) argumentam que o envolvimento da gestão representa uma verdadeira mudança de paradigma. Assim, o foco não deve estar apenas na minimização dos impactos ambientais e sociais, mas também em gerar valor para a sociedade e para o planeta (Dyllick e Muff, 2015).

Os gestores focados na criação de valor a longo prazo são capazes de incorporar práticas de sustentabilidade que reforçam a posição da empresa no mercado (Blass et al., 2011). Na literatura, a importância do envolvimento da gestão na sustentabilidade é evidenciado pela sua capacidade de alinhar as práticas de sustentabilidade com a estratégia empresarial, o que contribui para o alcance de vantagens competitivas (Dyllick & Muff, 2015). Adicionalmente, Blass et al. (2011) referem que nas pequenas e médias empresas, onde os gestores estão ainda mais próximos das operações, o impacto das práticas de sustentabilidade no sucesso organizacional a longo prazo é superior, quando comparado com as empresas de grande dimensão. De acordo com Eccles et al. (2014), os gestores comprometidos com a sustentabilidade desempenham um papel estratégico na promoção da mudança organizacional, implementando práticas que integram fatores sustentáveis nas cadeias de valor e nos processos de inovação.

A adoção de uma perspetiva de longo prazo é essencial para o sucesso da gestão na sustentabilidade. Contudo, Blass et al. (2011) referem que a falta de interesse por parte da gestão pode constituir uma barreira significativa para a implementação de práticas de sustentabilidade. Quando os gestores estão excessivamente focados em resultados de curto prazo ou em desafios operacionais imediatos, podem negligenciar iniciativas no âmbito da sustentabilidade que, embora benéficas a longo prazo, não apresentam retorno imediato (Blass et al., 2011). Em contrapartida, ao adotarem uma perspetiva estratégica de longo prazo, os gestores são capazes de ultrapassar barreiras financeiras e organizacionais que outros níveis hierárquicos da empresa poderiam não conseguir superar (Blass et al., 2011). A gestão ao deter o poder de alocar recursos estratégicos, tem a capacidade de superar as limitações financeiras enfrentadas pelos níveis inferiores da

organização e facilitar a implementação de soluções sustentáveis em toda a organização (Blass et al., 2011).

Enquanto o envolvimento da gestão é fundamental para direcionar as estratégias de sustentabilidade, o nível de envolvimento dos *stakeholders* desempenha um papel igualmente crucial, uma vez que as suas intervenções e perspetivas influenciam diretamente o sucesso das estratégias empresariais.

2.1.5 Importância do Envolvimento dos Stakeholders na Sustentabilidade

O envolvimento dos *stakeholders* na sustentabilidade refere-se à identificação e integração das necessidades e expectativas de todas as partes interessadas que podem influenciar ou ser influenciadas pelas iniciativas da organização, tornando-se assim, um canal de comunicação entre ambas as partes (Freeman & Mcvea, 2001; Moneva e Llana, 2000). Na implementação de práticas de sustentabilidade é crucial alinhar os objetivos empresariais com as expectativas dos *stakeholders*, de forma a criar valor económico e social, fortalecer as relações com as partes interessadas e reforçar a transparência e confiança nas práticas corporativas (Camilleri, 2017; Freeman & Mcvea, 2001). A este respeito, Osobajo et al. (2022) salientam que os *stakeholders* têm demonstrado uma maior preocupação com o alinhamento das atividades e operações das organizações com os princípios da sustentabilidade

Nas últimas décadas, as organizações têm intensificado a divulgação de informações sociais e ambientais, refletindo um compromisso crescente com os *stakeholders* (Indyk, 2022). A publicação de relatórios não financeiros e a integração de dados ESG nos mesmos indicam que as empresas devem considerar uma gama mais ampla de interesses e reivindicações dos *stakeholders* (Markota Vukić et al., 2017). A inclusão dos *stakeholders* não é apenas uma questão de conformidade, mas também de construção de confiança e legitimidade, conforme exigido pela regulamentação europeia (Markota Vukić et al., 2017). O progresso na divulgação de informação sobre sustentabilidade é impulsionado por fatores como a necessidade de conformidade com requisitos legais e a pressão crescente dos *stakeholders*, incluindo acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, governos, associações e comunidades (Freeman & Mcvea, 2001; Monteiro & Aibar-Guzmán, 2010).

O envolvimento dos *stakeholders* é fundamental para o sucesso das iniciativas no âmbito da sustentabilidade e está diretamente relacionado à capacidade de inovação e eficácia das empresas (Biancone et al., 2019). Cho e Patten (2007) e Wang et al. (2014)

defendem que o equilíbrio entre os interesses dos *stakeholders* e os objetivos da organização pode melhorar a capacidade financeira das empresas para sustentar iniciativas de sustentabilidade. Além disso, Roxas (2021) confirma que a orientação empreendedora pode ampliar a eficácia do envolvimento dos *stakeholders*, demonstrando que, quando há um compromisso com a sustentabilidade, existe um fortalecimento das relações com os diversos grupos de interesse. De acordo com Cho e Patten (2007), a integração eficaz de práticas de sustentabilidade e a transparência na divulgação de informações fortalecem a imagem corporativa e as relações com os *stakeholders*, proporcionando benefícios como a reputação aprimorada e maior lealdade.

A crescente procura por informações não financeiras pelas partes interessadas reflete a importância do envolvimento dos *stakeholders* na evolução da divulgação de informação sobre sustentabilidade (de Villiers et al., 2014). A literatura sugere que a valorização do comportamento socialmente responsável e o papel dos *stakeholders* são fatores fundamentais na evolução da divulgação de informação não financeira (Bona-Sánchez et al., 2017; Fernandez-Feijoo et al., 2014). De facto, a elevada atenção que é dada aos relatórios de sustentabilidade, torna-os ferramentas essenciais de comunicação entre as empresas e os seus *stakeholders*, que esperam que as empresas assumam as suas responsabilidades ambientais e atendam às suas expectativas (Joudeh et al., 2024; Osobajo et al., 2022). Por outro lado, a credibilidade das empresas está intimamente associada à divulgação de informações objetivas e mensuráveis, que é essencial para fortalecer o envolvimento dos *stakeholders* nas práticas de sustentabilidade (Marco et al., 2023; Monteiro & Aibar-Guzmán 2010).

A divulgação de informação nos relatórios de sustentabilidade emerge, portanto, como ferramenta essencial para o desenvolvimento de relacionamentos sólidos com as partes interessadas, promovendo a transparência corporativa e demonstrando o compromisso das empresas com a sustentabilidade (Altin & Yilmaz, 2023).

2.2. Divulgação da Sustentabilidade

A divulgação de sustentabilidade representa uma componente essencial da gestão empresarial contemporânea, o que reflete o compromisso das organizações com a sustentabilidade (Cho & Patten, 2007). Esta prática serve como um instrumento de comunicação dirigido aos *stakeholders*, abordando as questões ESG e/ou ODS (Cho & Patten, 2007).

Neste subponto, será analisada a divulgação de informação sobre sustentabilidade como um elemento essencial para a transparência organizacional. A discussão incluirá a contabilidade da sustentabilidade, as práticas de relato da sustentabilidade, bem como as iniciativas de normalização promovidas por entidades internacionais. Além disso, será abordada a importância das competências dos CC para garantir a qualidade da informação divulgada, assim como os benefícios associados a uma comunicação eficaz em matéria de sustentabilidade.

2.2.1 Contabilidade da Sustentabilidade

A Contabilidade da Sustentabilidade tem evoluído significativamente desde as suas origens, décadas de 1990/2000, refletindo uma trajetória de abrangência e complexidade (Jankalová & Jankal, 2024; Lamberton, 2005). Inicialmente derivada dos conceitos de contabilidade ambiental e de TBL, a contabilidade da sustentabilidade desenvolveu-se a partir de discussões filosóficas e avanços na contabilidade, expandindo-se além da contabilidade financeira tradicional e da contabilidade de custos (Lamberton, 2005; Schaltegger et al., 2006). Assim, a contabilidade da sustentabilidade transforma a contabilidade tradicional, centrada apenas em dados financeiros, num modelo mais abrangente que inclui informações não monetárias, como indicadores físicos, essenciais para avaliar o desempenho económico, social e ambiental das atividades organizacionais (Astuti et al., 2023; Garcia & Junior, 2019; Ozili, 2022).

O crescente interesse pelo conceito tem aumentado a necessidade de informação não financeira que complementam os dados financeiros, criando uma visão mais abrangente do valor da empresa (Papaj, 2017). A contabilidade da sustentabilidade emerge como uma ferramenta determinante para as organizações que procuram legitimar as suas operações perante a sociedade, demonstrando um compromisso verdadeiro com a sustentabilidade, em contraste com o mero reporte de informação financeira (Garcia & Junior, 2019; Ozili, 2022). Além disso, a prática envolve a medição e monitorização dos impactos sociais e ambientais, além de responder às expectativas das partes interessadas e às regulamentações (Garcia & Junior, 2019). De acordo com estes autores, o objetivo da contabilidade da sustentabilidade é assim, alinhar a contabilidade financeira e de gestão com as metas estratégicas da sustentabilidade, facilitando a tomada de decisões pelos gestores, melhorando a competitividade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Garcia & Junior, 2019). Neste contexto, a contabilidade da sustentabilidade emerge como uma peça fundamental na abordagem das questões relacionadas com a

sustentabilidade e na adaptação das organizações às novas exigências (Garcia-Torea et al., 2023).

Ozili (2022) explora diversas motivações para a adoção da contabilidade da sustentabilidade, incluindo:

- **Evitar o *Greenwashing*:** evitar que as empresas se apresentem falsamente como sustentáveis. A contabilidade da sustentabilidade deve assegurar que as organizações realmente realizem as ações que reivindicam em prol da sustentabilidade.
- **Mimetismo e Pressão da Indústria:** a pressão crescente para adotar práticas de sustentabilidade leva muitas empresas a implementar a contabilidade da sustentabilidade para acompanhar tendências e evitar críticas, refletindo um comportamento de mimetismo.
- **Pressão Legislativa:** a pressão legislativa pode ser um fator de motivação para a adoção da contabilidade da sustentabilidade.
- **Pressão dos *Stakeholders* e procura de Legitimidade:** a pressão dos *stakeholders* conscientes das questões ambientais e sociais motiva as empresas a adotar a contabilidade da sustentabilidade, ajudando a reforçar a sua legitimidade na sociedade.

A adoção da contabilidade da sustentabilidade tem-se expandido entre as empresas de diferentes setores e dimensões, evidenciando um compromisso crescente com as práticas responsáveis e maior transparência em relação aos impactos sociais e ambientais (Nikolić et al., 2020). No entanto, a implementação eficaz desta abordagem ainda enfrenta desafios consideráveis, uma vez que as empresas precisam de superar a falta de normalização, lidar com a resistência cultural e aprimorar a medição dos impactos intangíveis para obter plenamente os benefícios da contabilidade da sustentabilidade (Nikolić et al., 2020).

Schaltegger et al. (2006) referem que os obstáculos identificados no processo de implementação da contabilidade da sustentabilidade, impulsionaram a criação de normas e diretrizes para melhorar a transparência e a comparabilidade da informação. Mesmo assim, no futuro, espera-se uma maior regulamentação e normalização dos relatórios de sustentabilidade, juntamente com o uso de tecnologias emergentes e uma avaliação mais profunda dos impactos a longo prazo das práticas de sustentabilidade (Schaltegger et al., 2006).

Com o tempo, as empresas reconheceram o valor destas práticas, resultando numa maior integração nas estratégias corporativas e no aprimoramento das métricas de avaliação (Schaltegger et al., 2006). Segundo os autores, atualmente, as melhores práticas incluem a publicação de relatórios integrados, o uso de tecnologias para melhorar a qualidade dos dados e o envolvimento dos *stakeholders*.

2.2.2 Divulgação de informação sobre sustentabilidade

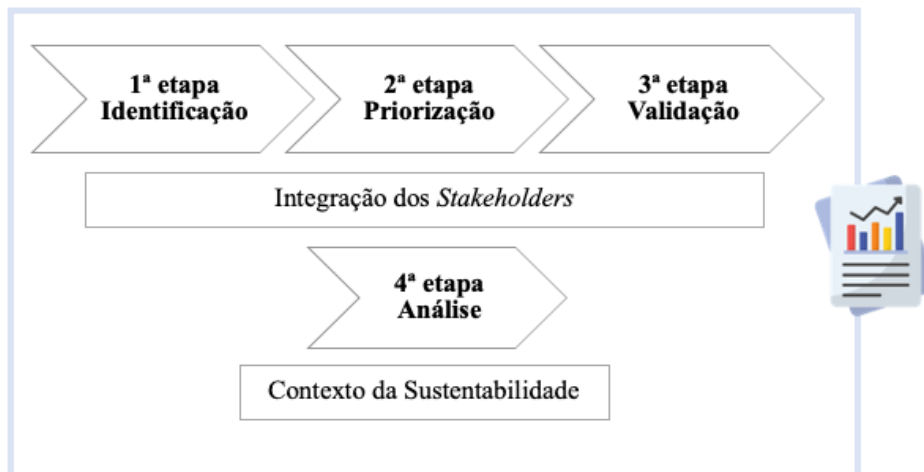
A divulgação de informação sobre sustentabilidade é um processo através do qual as empresas comunicam as suas práticas, impactos e compromissos em relação à sustentabilidade (Gaviria et al., 2023). Esta divulgação é frequentemente realizada por meio de relatórios, que fornecem informações detalhadas sobre as suas atividades e o desempenho obtido nas dimensões sociais, ambientais e económicas (Osobajo et al., 2022). Diversas designações têm sido utilizadas para identificar os documentos que reportam informações sobre sustentabilidade, incluindo como, por exemplo, Relatórios de responsabilidade social corporativa, Relatórios de sustentabilidade e Relatórios não financeiros. Contudo neste estudo, esses documentos serão designados por relatórios de sustentabilidade. Os relatórios de sustentabilidade podem ser divulgados em diversos formatos, como eletrónico ou impresso, e diversas formas, incluindo, relatórios independentes, sites de internet ou relatório anuais (Global Sustainability Standards Board, 2023b).

De acordo com o Global Sustainability Standards Board (2023a), a elaboração de relatórios de sustentabilidade envolve quatro fases principais (figura 3):

- 1. Identificação:** esta fase consiste na avaliação abrangente dos impactos associados às atividades, produtos, serviços e relacionamentos da organização, tanto internos quanto externos.
- 2. Priorização:** os aspetos identificados são ordenados com base na sua relevância, seguindo o princípio da materialidade. A prioridade é estabelecida por meio de testes específicos que garantem que os tópicos com maior relevância sejam destacados.
- 3. Validação:** nesta fase, aplicam-se os princípios históricos para verificar e confirmar a lista de aspetos materiais e os respetivos limites que serão divulgados nos relatórios.
- 4. Análise:** esta fase permite rever os aspetos relevantes do período anterior, reavaliar a inclusão dos *stakeholders* e o contexto da sustentabilidade, e

assegurar que o processo de relato continue a evoluir e a adaptar-se às novas circunstâncias e descobertas.

Figura 3 - Fases da elaboração de Relatórios de Sustentabilidade



Fonte: Global Sustainability Standards Board (2023a)

O relato da sustentabilidade refere-se ao processo de relato, que se inicia com a definição, por parte da empresa, dos temas materiais com base nos seus impactos mais significativos e culmina com a divulgação pública das informações relativas a estes impactos (Global Sustainability Standards Board, 2023b).

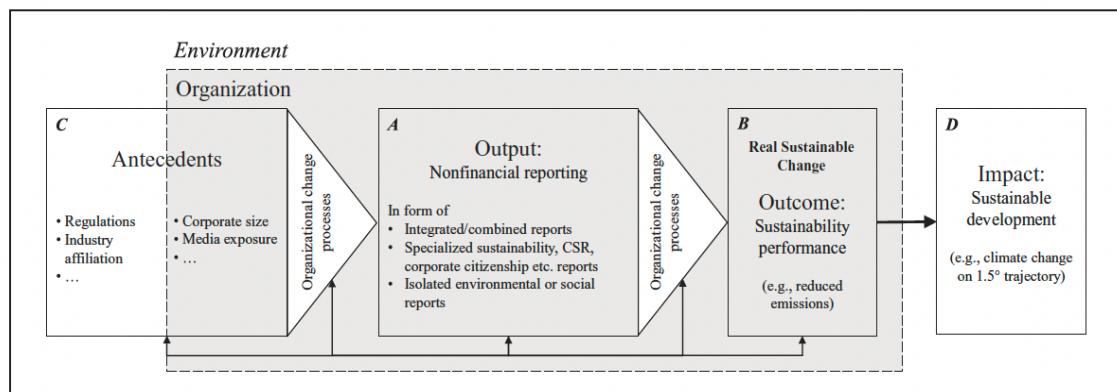
Segundo Dando e Swift (2003), o principal propósito dos relatórios de sustentabilidade é fornecer informações não financeiras que garantam a confiabilidade, equidade e razoabilidade das operações da empresa para os utilizadores da informação. Hahn et al. (2023) destacam que há uma tendência para a apresentação de informações mensuráveis e comparáveis que promovam a transparência e responsabilidade ambiental, social e de *governance*.

A relação entre a divulgação de informação não financeira e as mudanças de questões ligadas à sustentabilidade é complexa e multifacetada (Hahn et al., 2023). Os fatores internos, como a cultura organizacional e os processos internos, assim como fatores externos, como regulamentações e expectativas dos *stakeholders*, influenciam esta dinâmica (Hahn et al., 2023).

A Figura 4 ilustra a relação entre a divulgação não financeira e mudança da sustentabilidade real, em termos ambientais, demonstrando como a divulgação de informação sobre sustentabilidade, representada como "A", pode aumentar a transparência e melhorar o desempenho da sustentabilidade, representado como "B". No

entanto, esta relação é influenciada por fatores, tanto internos quanto externos, e mediada por processos de mudança organizacional, nos quais a divulgação de sustentabilidade não reflete apenas ações existentes dentro da organização, mas também pode estimular a criação de novas ações e iniciativas (Hahn et al., 2023). Portanto, a complexidade desta ligação sublinha a necessidade de pesquisas adicionais para compreender melhor como a divulgação não financeira pode impactar efetivamente a mudança da sustentabilidade real (Hahn et al., 2023).

Figura 4 - Divulgação não financeira e a mudança da sustentabilidade real



Fonte: Hahn et al. (2023)

De acordo com Hahn et al. (2023), os fatores internos e externos que influenciam a eficácia da divulgação da sustentabilidade, incluem:

- **Dimensão da organização:** organizações de diferentes tamanhos podem ter capacidades e recursos variados para implementar e reportar práticas no âmbito da sustentabilidade.
- **Exposição na comunicação social:** a visibilidade e a forma como a empresa é apresentada no exterior podem impactar a eficácia da divulgação não financeira.
- **Regulamentações do setor de atividade:** as normas e regulamentações específicas do setor em que a empresa opera podem afetar os requisitos e práticas de divulgação.

De acordo com Astuti et al. (2023), a inclusão de responsabilidade ambiental e social nos relatórios de sustentabilidade é crucial para que as organizações conquistem legitimidade junto da sociedade servindo, assim, como ferramenta de comunicação com

as partes interessadas. Esta divulgação está em conformidade com o conceito de “*accountability*”, que tem subjacente a obrigação de reportar como a organização está a impactar o ambiente social e ambiental em seu redor (Astuti et al., 2023).

Nos últimos anos, a adoção de normas de relatórios de sustentabilidade cresceu significativamente. Segundo a KPMG (2022), aproximadamente 96% das 250 maiores empresas do mundo divulgam informação relacionada com a sustentabilidade nos seus relatórios. O relatório da KPMG destaca ainda que 80% das 100 maiores empresas de casa país analisado apresenta relatórios de sustentabilidade (KPMG, 2022). Pode concluir-se que, o aumento da regulamentação, principalmente na UE e a crescente procura pelos relatórios de sustentabilidade claros e precisos tem impulsionado esta tendência (Fleaca et al., 2023).

2.2.3 Iniciativas para a Normalização do Relato da Sustentabilidade

Para a normalização do relato da sustentabilidade é necessário estabelecer diretrizes ou normas uniformes que garantam a transparência, consistência e a comparabilidade da informação divulgada pelas empresas sobre as práticas e impactos ESG (Fleaca et al., 2023; Ofori-Owusu et al., 2024). Na Europa, o processo de harmonização e normalização é fortemente influenciado pelas normas do GRI, da *International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation* e da União Europeia (UE), que desempenham um papel crucial na uniformização da divulgação não financeira das organizações (Fleaca et al., 2023; Pizzi, 2024).

A harmonização refere-se ao processo que visa a comparabilidade entre diferentes sistemas de relato, permitindo variações dentro de limites predefinidos, o que possibilita adaptações a contextos específicos sem comprometer a comparabilidade geral (Pizzi, 2024). Por outro lado, a normalização implica a adesão a regras rígidas e uniformes, com o objetivo de assegurar a consistência total entre os relatórios de diferentes entidades, eliminando variações que possam dificultar a comparação (Pizzi, 2024).

2.2.3.1 IFRS Foundation

As normas de sustentabilidade internacionais consideram *frameworks* anteriores, como as *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)*, o *Climate Disclosure Standards Board (CDSB)*, o SASB e o IIRC, que agora estão integrados na *IFRS Foundation* (Wagenhofer, 2024).

A IFRS *Foundation*, tradicionalmente dedicada à elaboração de normas internacionais de contabilidade financeira, tem vindo a expandir o seu campo de atuação para incluir os relatórios de sustentabilidade através da criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) (Fleaca et al., 2023). Este desenvolvimento procura estabelecer uma base comum que permita às empresas reportar de uma forma transparente o seu impacto ambiental e social, alinhando os relatórios com os requisitos de contabilidade financeira (IFRS Foundation, 2021). A implementação de normas de relato da sustentabilidade facilita a comparação entre empresas, promovendo uma maior transparência na informação divulgada, o que permite aos *stakeholders* avaliar de forma mais precisa o desempenho ESG das organizações (Fleaca et al., 2023).

Em resposta à crescente necessidade do relato da sustentabilidade, a IFRS *Foundation* passou a operar com dois organismos reguladores: 1) o *International Accounting Standards Board* (IASB) que mantém os objetivos de promover a adoção de normas internacionais de contabilidade; 2) e o ISSB que tem como meta fornecer uma base global de normas sobre sustentabilidade (IFRS Foundation, 2021; Street e Gordon, 2023).

O ISSB desenvolveu as primeiras normas sobre sustentabilidade para serem adotadas nos relatórios de sustentabilidade, com o objetivo de integrar questões ESG nas estratégias e processos organizacionais. Surgem, assim, a IFRS S1 – Requisitos Gerais para a Divulgação de Informações Financeiras relacionadas com a Sustentabilidade que orienta a comunicação de riscos e oportunidades em termos de sustentabilidade, e a IFRS S2 – Divulgações relacionadas com o clima, que define os requisitos para identificar, mensurar e divulgar riscos e oportunidades climáticas (Indyk, 2022; KPMG, 2022; Street & Gordon, 2023).

2.2.3.2 União Europeia

Nos últimos anos, a UE comprometeu-se a implementar a divulgação de informação sobre sustentabilidade (Radu et al., 2023; Wagenhofer, 2024). Em 2014, este tipo de divulgação era denominado de relato não financeiro e foi estabelecido pela Diretiva 2014/95/EU - *Non-Financial Reporting Directive* (NFRD) que entrou em vigor em 2017 (Radu et al., 2023). Esta diretiva introduziu requisitos adicionais para a divulgação de informação não financeira, especificamente para grandes entidades. Em particular, passou a exigir que as grandes empresas, consideradas entidades de interesse público e que, no final do exercício financeiro ultrapassem o número médio de 500

empregados, incluam no relatório de gestão, ou em relatório independente, informação não financeira relacionada com as questões ambientais e sociais (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014; Venturelli et al., 2019).

Em Portugal, a Diretiva 2014/95/EU foi transposta pelo Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho, mantendo as orientações indicadas na diretiva, bem como o âmbito de aplicabilidade. Embora não vinculativa, a Diretiva previa que a Comissão Europeia fornecesse orientações sobre a metodologia de relato de informação não financeira (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014).

Segundo Papaj (2017), a Diretiva 2014/95/EU visa aprimorar a divulgação de informação não financeira e de diversidade por grandes empresas e grupos, introduzindo regulamentos legais para garantir a comparabilidade e facilidade no acesso a esses dados. Esta mudança regulamentar teve como objetivo aperfeiçoar a responsabilidade corporativa, a transparência e a coerência nas áreas ESG, “a fim de identificar os riscos para essa mesma sustentabilidade e de aumentar a confiança dos investidores e dos consumidores” (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2014, p.1).

No entanto, de acordo com Samani et al. (2023), a NFRD e os seus requisitos de relato não foram suficientes para harmonizar o relato não financeiro e alcançar a comparabilidade na Europa, tendo surgido a necessidade de expandir os requisitos de relato da sustentabilidade com a nova Diretiva 2022/2464, denominada de *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), que entrou em vigor a 5 de janeiro de 2023. A CSRD apresenta alterações relevantes sobre o relato da sustentabilidade e prevê um impacto considerável, uma vez que alargou o seu âmbito de aplicação (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2022).

Assim, de acordo com a Diretiva 2022/2464, as regras de divulgação começam a ser aplicadas, de forma gradual, entre 2024 e 2028. A Diretiva procura equiparar a qualidade da divulgação das informação sobre sustentabilidade com a informação financeira, introduzindo a exigência de garantias de um auditor externo sobre os relatórios de sustentabilidade. Adicionalmente, a Diretiva prevê a criação de Normas Europeias Harmonizadas sobre Relatórios de Sustentabilidade, designadas como *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) e desenvolvidas pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG). O EFRAG, criado em 2001 para apoiar a Comissão Europeia, expandiu a sua missão em 2022 para fornecer um aconselhamento técnico sobre o CSRD. A sua atenção divide-se em dois pilares: (1) relato financeiro, com o intuito de influenciar o desenvolvimento das IFRS numa perspetiva europeia; (2) relato da

sustentabilidade, focado no desenvolvimento de normas de relato da sustentabilidade da UE (EFRAG, 2021). Em paralelo, as ESRS especificam a informação que as empresas devem divulgar sobre os impactos materiais e os riscos e oportunidades relacionados a questões ESG que as empresas enfrentam (Nielsen, 2023). Estes relatórios de sustentabilidade devem fornecer uma compreensão clara da estratégia da organização, a exposição a riscos e oportunidades, e as suas implicações (Nielsen, 2023).

A evolução destas normas e a integração das questões ESG nos relatórios refletem mudanças substanciais nas normas de sustentabilidade da UE (Gaviria et al., 2023). Estas normas impõem regras mais rígidas e uniformes, elevando o nível de exigência e a padronização do relato da sustentabilidade na Europa (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2022; Pizzi, 2024). A UE tem impulsionado diversas iniciativas para desenvolver e ampliar as normas de relato da sustentabilidade, além de exigir a certificação da informação divulgada em relatórios empresariais (Global Sustainability Standards Board, 2023b).

2.2.3.3 Global Reporting Initiative

O GRI, foi criado em 1997 em Boston, como uma resposta à crescente necessidade de maior transparência corporativa e em colaboração com o *United Nations Global Compact* (Mougenot & Doussoulin, 2024). A primeira versão das diretrizes do GRI foi publicada em 2000, introduzindo um *framework* global e inovador para relatórios de sustentabilidade (Mougenot & Doussoulin, 2024). Este *framework* tinha como objetivo fornecer orientações claras para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, com base em indicadores de desempenho (Astuti et al., 2023; Mougenot & Doussoulin, 2024).

Desde a sua criação, as diretrizes do GRI foram atualizadas em 2002 e 2006, para aprimorar e detalhar as orientações para os relatórios de sustentabilidade (Mougenot & Doussoulin, 2024). Até 2016, o GRI utilizava um conjunto de diretrizes que orientava as empresas na elaboração de relatórios de sustentabilidade. No entanto, em outubro de 2016, o GRI realizou uma mudança importante ao transformar essas diretrizes em normas internacionais de relato, estabelecendo o que hoje se denomina de *GRI Standards* (Global Sustainability Standards Board, 2016). Estas atualizações foram fundamentais para fortalecer a estrutura do GRI, garantindo que as empresas pudessem refletir nos relatórios de sustentabilidade informação mais clara e objetiva sobre o seu desempenho ambiental (Astuti et al., 2023; Mougenot & Doussoulin, 2024). A evolução contínua do GRI também envolveu a adaptação das diretrizes para os ODS da ONU e aos padrões de economia

circular (Mougenot & Doussoulin, 2024). Segundo os autores, este processo incluiu a adaptação das diretrizes para diferentes setores, abordando os desafios específicos de cada contexto.

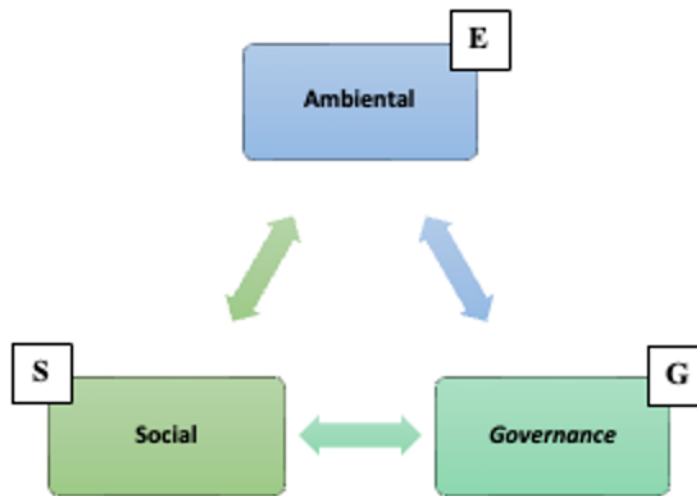
Nos últimos anos tem-se observado um aumento significativo na publicação de relatórios de sustentabilidade, impulsionado pela crescente consciencialização das empresas sobre a importância de avaliar e comunicar o seu desempenho sobre sustentabilidade (Joudeh et al., 2024). Segundo E-Vahdati e Aripin, (2023), na primeira década após o lançamento do GRI, o número de publicações foi relativamente baixo, com apenas 14 relatórios publicados, o que indica que as empresas estavam em período de adaptação às novas diretrizes de relato da sustentabilidade. Este número cresceu gradualmente na segunda fase, atingindo 40 relatórios publicados até 2012 e acelerou a partir de 2013, com 126 documentos publicados até 2019 (E-Vahdati & Aripin, 2023). Este crescimento reflete um crescente interesse e reconhecimento das diretrizes do GRI na promoção da transparência e *accountability*, abordando os três pilares da sustentabilidade (Astuti et al., 2023).

A estrutura estabelecida pelo GRI visa padronizar a comunicação de indicadores de sustentabilidade ao exigir que os intervenientes relatem informação em três categorias: ESG (Global Sustainability Standards Board, 2023a). Estas categorias são amplamente reconhecidas como as bases para avaliar o impacto das atividades empresariais e promover uma maior transparência nas práticas de sustentabilidade (Global Sustainability Standards Board, 2023a). A seguir, cada um dos pilares é descrito de forma detalhada (figura 5):

- **Dimensão ambiental (E):** esta dimensão refere-se às políticas implementadas pela organização com o objetivo de proteger e preservar o meio ambiente. Inclui a gestão sustentável dos recursos naturais, a redução de emissões de gases com efeito de estufa, a conservação da biodiversidade e a correta gestão de resíduos e poluentes (Global Sustainability Standards Board, 2023a).
- **Dimensão Social (S):** diz respeito ao impacto da empresa nas pessoas e nas comunidades com as quais interage. Esta dimensão abrange a responsabilidade social corporativa, a promoção da diversidade e inclusão, a adoção de relações laborais justas, a proteção da saúde e a segurança dos colaboradores, o envolvimento comunitário e o respeito pelos direitos humanos (Global Sustainability Standards Board, 2023a).

- **Dimensão *Governance* (G):** esta dimensão está relacionada com a estrutura de *governance* corporativa e com as políticas e práticas que orientam a gestão da organização. A dimensão engloba aspetos como a transparência, a ética empresarial, a *accountability*, a gestão de riscos, as auditorias independentes, a justa remuneração, e a responsabilidade dos gestores (Global Sustainability Standards Board, 2023a).

Figura 5- Relação ESG



Fonte: Elaboração própria

As normas GRI têm sido amplamente adotadas na preparação de relatórios de sustentabilidade a nível global (Halkos & Nomikos, 2021). Globalmente, a maioria dos relatórios de sustentabilidade adota os princípios e indicadores estabelecidos pelas normas GRI, abordando aspetos quantitativos relacionados com o desempenho ESG (Astuti et al., 2023). O aumento na adoção das normas GRI destaca a sua forte influência na normalização das práticas de divulgação de informação sobre sustentabilidade, garantindo consistência e facilitando a análise comparativa dos dados da empresa ao longo do tempo e em diferentes setores (Astuti et al., 2023).

No entanto, a aplicação das normas GRI varia significativamente entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento (Mougenot & Doussoulin, 2024). Nos países desenvolvidos, as normas GRI são amplamente adotadas e utilizadas nos relatórios empresariais, com o objetivo de aprimorar a imagem corporativa e cumprir com os requisitos regulamentares e de mercado, além disso a implementação é mais estruturada e alinhada com as normas GRI (Mougenot & Doussoulin, 2024). Por outro lado, nos

países em desenvolvimento, a aplicação das normas GRI é mais inconsistente e enfrenta diversos desafios, como a escassez de recursos, infraestrutura inadequada e falta de suporte institucional (Mougenot & Doussoulin, 2024). Neste contexto, os relatórios elaborados de acordo com as normas GRI podem ser mais vistos como uma ferramenta para melhorar a imagem das empresas do que como uma solução eficaz para promover a sustentabilidade (Mougenot & Doussoulin, 2024). Além disso, as críticas indicam que as diretrizes/normas GRI podem ser complexas e que o grande número de indicadores pode dificultar a seleção e a implementação das diretrizes sobre sustentabilidade, resultando muitas vezes em melhorias que priorizam a aparência em vez de promover mudanças substantivas nas práticas empresariais (Mougenot & Doussoulin, 2024).

2.2.4 Conhecimento das Normas de Relato da Sustentabilidade

Monteiro et al. (2021) sublinham a importância de produzir informações úteis para a tomada de decisões e destacam que o conhecimento das normas de relato deve ser suficiente para garantir que as informações divulgadas estejam em conformidade com os requisitos regulamentares. Boharu et al. (2022) destacam a necessidade dos profissionais de contabilidade terem conhecimento sobre as normas de relato, como as estabelecidas pelo GRI. Os autores mencionam que a compreensão destas normas é essencial para garantir a precisão e a qualidade da informação divulgada nos relatórios de sustentabilidade.

De acordo com Wagenhofer (2024), o conhecimento sobre as normas de relato da sustentabilidade varia entre empresas e setores de atividades. Por isso, é importante que os profissionais e as empresas se atualizem sobre as normas e regulamentos para garantir a conformidade dos mesmos e melhorar a qualidade da informação sobre sustentabilidade divulgada às partes interessadas (Wagenhofer, 2024).

No entanto, o estudo de Fonseca et al. (2011) revela que muitas empresas demonstram um conhecimento limitado das normas de sustentabilidade. Segundo os autores, somente algumas empresas seguem as diretrizes da GRI de forma completa, enquanto outras apenas fazem referências superficiais às mesmas. Esta falta de familiaridade pode levar a relatórios que não abrangem adequadamente todas as dimensões da sustentabilidade, como aspetos ambientais, sociais e económicos, prejudicando a qualidade e a abrangência da informação divulgada (Fonseca et al., 2011).

2.2.5 Benefícios da Divulgação sobre Sustentabilidade

A divulgação de informação sobre sustentabilidade, especialmente em relação a questões ESG, oferece diversos benefícios tanto para as empresas quanto para os *stakeholders* (Markota Vukić et al., 2017). Os relatórios de sustentabilidade são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de relações sólidas com as partes interessadas, promovendo a transparência corporativa e evidenciando o compromisso com a responsabilidade social (Altin & Yilmaz, 2023). A crescente importância atribuída ao relato da sustentabilidade motiva as organizações a adotar práticas mais sustentáveis, resultando em impactos positivos nas comunidades, no meio ambiente e na economia (Permatasari & Gunawan, 2023).

Um dos principais benefícios da divulgação da sustentabilidade é a melhoria da transparência e da reputação corporativa (Camilleri, 2017). Assim, a divulgação eficaz das iniciativas de sustentabilidade permite que as empresas demonstrem o seu compromisso com a sustentabilidade, facilitando uma avaliação mais precisa do seu desempenho (Astuti et al., 2023; Camilleri, 2017; Faria, 2017). Esta transparência na divulgação sobre a sustentabilidade fortalece a confiança dos *stakeholders*, incluindo clientes, fornecedores, investidores e a sociedade em geral, resultando na melhoria da reputação empresarial (Daub, 2007; Nielsen & Thomsen, 2007; Wagenhofer, 2024). Ademais, a transparência estabelece vínculos mais sólidos com os *stakeholders*, que percebem a empresa como mais confiável e comprometida com questões ambientais e sociais (Astuti et al., 2023; Daub, 2007; Wagenhofer, 2024). Além disso, a divulgação proativa contribui para o cumprimento das crescentes exigências legais e regulamentares sobre sustentabilidade, reforçando a credibilidade da organização (Wagenhofer, 2024).

A análise e divulgação de informação sobre sustentabilidade são fundamentais para a identificação de áreas de risco e oportunidades de melhoria (Boharu et al., 2022). Esta prática permite que as empresas implementem estratégias eficazes, que resultam em operações mais eficientes e sustentáveis a longo prazo (Boharu et al., 2022). A divulgação também serve como ferramenta de gestão interna, permitindo que as organizações monitorem e aprimorem continuamente o seu desempenho (Fonseca et al., 2011). Esta abordagem além de atrair consumidores e parceiros que valorizam práticas de sustentabilidade, ainda ajudam a mitigar riscos associados à sustentabilidade (Fonseca et al., 2011).

Conforme ressaltado por Daub (2007), a crescente procura por informações sociais e ambientais pelos diversos grupos de interesse não apenas reforça a legitimidade

das empresas, mas também solidifica a sua aceitação social e a capacidade de operar de forma ética e responsável.

A divulgação de informação sobre sustentabilidade confere também vantagens competitivas para as organizações (Astuti et al., 2023). Num mercado cada vez mais atento às questões ESG, a percepção sobre o comprometimento da empresa com práticas de sustentabilidade torna-se um fator de diferenciação perante os concorrentes, o que poderá atrair investidores e clientes que valorizam a responsabilidade corporativa (Astuti et al., 2023; Wagenhofer, 2024). Além disso, esta prática possibilita a criação de novos mercados, nomeadamente os ligados à economia circular e ao comércio justo (Daub, 2007). Logo, os relatórios de sustentabilidade oferecem benefícios claros, tanto no reforço da imagem pública como no posicionamento estratégico a longo prazo (Astuti et al., 2023; Daub, 2007).

Assim sendo, divulgação de informação sobre sustentabilidade não apenas melhora a reputação da empresa e oferece uma vantagem competitiva, como também assegura a conformidade regulamentar e contribui para o aprimoramento do desempenho, ao promover uma gestão mais eficaz dos riscos e oportunidades associados (Astuti et al., 2023; Boharu et al., 2022; Camilleri 2017; Faria, 2017; Markota Vukić et al., 2017; Venturelli et al., 2019). Contudo, os benefícios da divulgação podem variar conforme o contexto empresarial, sendo fundamental uma regulamentação eficaz para maximizar os resultados e fortalecer a confiança dos *stakeholders* (Venturelli et al., 2019).

2.2.6 Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Desde a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, as empresas têm adotado relatórios mais detalhados e abrangentes sobre práticas ambientais e sociais, refletindo um compromisso crescente com a sustentabilidade (Markota Vukić et al., 2017). Esta evolução, extensão e qualidade dos relatórios permite uma avaliação mais aprofundada e confiável do desempenho da sustentabilidade em termos empresariais (Markota Vukić et al., 2017).

Para que os relatórios sejam úteis e confiáveis, é crucial que as informações sejam precisas, completas, divulgadas em tempo útil e comparáveis (Wagenhofer, 2024). A precisão assegura que os dados sejam corretos e verificáveis, enquanto a tempestividade mantém a relevância da informação e a comparabilidade entre as organizações (Wagenhofer, 2024).

A qualidade dos relatórios de sustentabilidade é avaliada com base em critérios, incluindo a clareza, a relevância, a precisão e a exaustividade das informações fornecidas (Romolini & Fissi, 2015). No entanto, muitos relatórios ainda são superficiais e oferecem uma visão positiva e parcial da empresa, sem um compromisso real com a divulgação detalhada dos impactos ambientais e sociais (Daub, 2007). Isto deve-se, em grande parte, à falta de normalização e à ausência de informação suficiente para satisfazer as necessidades dos *stakeholders* (Romolini & Fissi, 2015). Para superar as limitações associadas à qualidade da informação, é necessário adotar metodologias robustas que avaliem tanto a quantidade quanto a qualidade da informação constante nos relatórios (Daub, 2007). Este autor destaca a importância de seguir diretrizes/normas internacionais, como as do GRI, para garantir a comparabilidade e a consistência entre relatórios de diferentes empresas.

Embora a regulamentação seja essencial, ela não garante, por si só, uma melhoria na qualidade da divulgação (Venturelli et al., 2019). Pois a qualidade da informação divulgada é também afetada por fatores como a dimensão da empresa, o uso de relatórios específicos e a adoção de práticas de garantia externa (Venturelli et al., 2019). A implementação de normas, como as do GRI e a adoção de práticas rigorosas de relato são importantes, mas a falta de consistência metodológica e a variabilidade na aplicação das normas do GRI podem afetar a comparabilidade e a confiança na informação divulgada (Ackers & Eccles, 2015; Boharu et al. 2022; Boiral & Henri, 2017).

A qualidade da informação sobre sustentabilidade depende da apresentação de dados qualitativos e quantitativos (Romolini & Fissi, 2015). Os indicadores quantitativos, são fundamentais para medir o desempenho de uma organização em termos de sustentabilidade, fornecendo uma base sólida de análise e comparação (Daub, 2007). No entanto, muitos relatórios de sustentabilidade carecem de dados quantitativos concretos, o que limita a capacidade de avaliação rigorosa do desempenho ESG das empresas (Daub, 2007). A ausência de uma estrutura de relato integrada e de indicadores abrangentes compromete a profundidade e a utilidade das informações apresentadas, limitando a eficácia dos relatórios como ferramentas de apoio à tomada de decisões e de comunicação com os *stakeholders* (Fonseca et al., 2011; Shriberg, 2004).

2.2.7 Determinantes da qualidade da informação sobre a sustentabilidade

A qualidade da informação sobre sustentabilidade depende de diversos fatores, internos e externos às empresas. Em primeiro lugar, o cumprimento das normas de relato

é fundamental para garantir a integridade da informação divulgada (Jaffe, 1995). A elaboração de relatórios de acordo com as normas de sustentabilidade não só demonstra o compromisso da empresa com a sustentabilidade, mas também atende às expectativas dos *stakeholders*, o que contribui para a transparência e credibilidade dos relatórios de sustentabilidade (Jaffe, 1995). A adesão a normas e diretrizes reconhecidas, como as do GRI, as da EFRAG e as do ESRS também é essencial para elevar a comparabilidade e transparência dos relatórios de sustentabilidade (Romolini & Fissi, 2015; Wagenhofer, 2024). O uso de indicadores padronizados assegura que a informação divulgada permita uma avaliação precisa do desempenho ambiental e social das organizações (Romolini & Fissi, 2015). Williams e Schaefer (2013) afirmam que o conhecimento das normas não é apenas uma exigência legal, mas também é um elemento fundamental do compromisso ético das empresas com a transparência.

Outro fator relevante, é o papel dos CC. Stancheva-Todorova (2020) afirma que a adaptação destes profissionais, nomeadamente no desenvolvimento de competências específicas, para gerir e interpretar novas ferramentas e *frameworks*, é fundamental para integrar eficazmente os dados ESG (Markota Vukić et al., 2017). O desenvolvimento de competências especializadas, por meio de programas de qualificação profissional, permite que os CC ajustem as suas práticas às exigências da contabilidade integrada, resultando em relatórios mais completos e precisos (Boharu et al., 2022). Além disso, o domínio das tecnologias de informação e a capacidade de analisar dados ambientais e sociais são indispensáveis para identificar métricas relevantes e produzir relatórios de sustentabilidade mais transparentes (Stancheva-Todorova, 2020). O foco nas competências gerais dos contabilistas, como nas habilidades de comunicação, no trabalho em equipa e no domínio de tecnologias de informação é essencial para garantir a qualidade dos relatórios de sustentabilidade, pois estas competências permitem a gestão eficaz de dados ambientais e sociais (Palmer et al., 2004; Siriwardane et al., 2014). Além disso, a crescente integração dos contabilistas no processo de relato da sustentabilidade melhora a harmonização das práticas de sustentabilidade, o que, por sua vez, eleva a qualidade da informação reportada (Adams, 2004; Ascani et al., 2021).

Fonseca et al. (2011) reforçam que a eficácia dos processos internos e as competências dos profissionais envolvidos na elaboração dos relatórios afetam diretamente a qualidade dos dados divulgados. A formação e a experiência dos responsáveis pela elaboração dos relatórios são, portanto, determinantes cruciais na qualidade da informação sobre sustentabilidade (Fonseca et al., 2011; Wagenhofer,

2024). Contudo, os relatórios de sustentabilidade muitas vezes sofrem de falta de uniformidade, resultando em práticas de divulgação incompletas e, por vezes, inconsistentes (Fonseca et al., 2011). A ausência de auditoria externa agrava esta situação, já que, sem uma validação independente, a credibilidade da informação pode estar comprometida (Romolini & Fissi, 2015). Neste sentido, a Diretiva 2022/2464 da UE visa resolver esta lacuna, ao impor a obrigatoriedade de verificação externa por auditores, com o objetivo de melhorar a consistência e a qualidade dos relatórios de sustentabilidade.

De acordo com Adams e Evans (2004), a percepção positiva dos benefícios da divulgação resulta num aumento na qualidade dos relatórios de sustentabilidade. A este respeito, Wang et al. (2014) afirmam que as empresas que divulgam de forma eficaz informação no âmbito da sustentabilidade criam um ciclo positivo: quanto maior a qualidade da informação divulgada, melhor é a percepção pública dos benefícios.

A pressão externa de *stakeholders*, incluindo a comunicação social e sociedade civil, desempenha um papel significativo na qualidade da informação reportada (Romolini & Fissi, 2015). Em particular, nos países em desenvolvimento, esta pressão pode incentivar as empresas a melhorar tanto a quantidade quanto a qualidade do relato da sustentabilidade, atendendo à crescente procura por transparência e responsabilidade social por parte dos *stakeholders* (Daub, 2007; Romolini & Fissi, 2015).

Cho e Patten, (2007) argumentam que o compromisso da gestão em garantir uma comunicação clara e aberta potencia a interação eficaz com os *stakeholders*, constituindo um fator determinante para o sucesso das iniciativas de sustentabilidade. Neste contexto, a elaboração de relatórios de sustentabilidade configura-se como uma ferramenta indispensável para aprimorar esse diálogo e garantir a transparência nas práticas empresariais (Osobajo et al., 2022). Adams e Evans (2004) e Kolk e Perego (2008) indicam que um comprometimento da gestão com práticas da sustentabilidade é fundamental para garantir a integridade e a qualidade dos relatórios de sustentabilidade.

**CAPÍTULO III – OBJETIVOS, MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES
DE INVESTIGAÇÃO**

3.1 Objetivos de Investigação

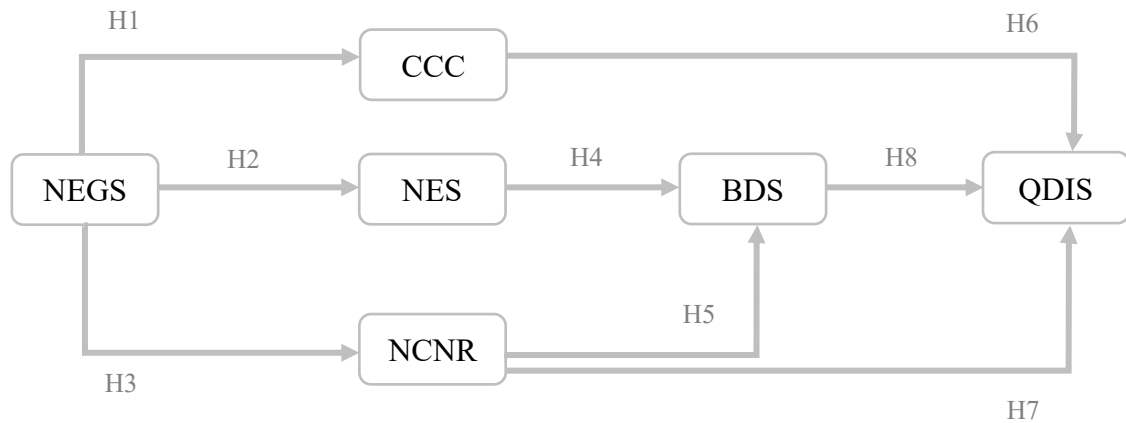
A presente investigação tem como objetivo principal os determinantes da qualidade do relato da sustentabilidade. Em concreto, neste estudo pretende-se, numa primeira fase, explorar a perceção da OCC sobre as competências dos CC bem como as barreiras e os desafios associados ao relato da sustentabilidade, e, posteriormente, tendo por base a literatura e os resultados da primeira fase de investigação, desenvolver e avaliar um modelo com o propósito de analisar os determinantes da qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade. Especificamente, nesta segunda fase da investigação, pretende-se analisar:

1. A relação entre o envolvimento da gestão na sustentabilidade e as competências dos CC;
2. A relação entre o envolvimento da gestão na sustentabilidade e o envolvimento dos *stakeholders*;
3. O impacto do envolvimento da gestão na sustentabilidade no nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade;
4. A relação entre o nível de envolvimento dos *stakeholders* e a perceção dos benefícios da divulgação da sustentabilidade;
5. Analisar a relação entre o conhecimento das normas de relato da sustentabilidade e a perceção dos benefícios da divulgação da sustentabilidade;
6. A influência das competências dos CC na qualidade da divulgação da sustentabilidade;
7. A relação entre o conhecimento das normas de relato da sustentabilidade e a qualidade da divulgação da sustentabilidade;
8. O impacto da perceção dos benefícios da divulgação da sustentabilidade na qualidade do relato da sustentabilidade.

3.2 Modelo Conceptual

Os objetivos específicos, apresentados para a segunda fase de investigação, estão refletidos no modelo conceptual apresentado na figura 6. Como pode observar-se, os objetivos acima referidos conduzem à formulação de 8 hipóteses.

Figura 6 - Modelo Conceptual



Legenda:

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*

CCC – Competências dos contabilistas certificados

QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

3.3 Hipóteses de investigação

O modelo teórico apresentado estabelece diversas relações entre as/os variáveis/construtos, resultando em várias hipóteses de investigação. Estas hipóteses formam a base de pesquisa e, se bem formalizadas, possibilitam a resposta aos objetivos do estudo. A seguir, serão detalhadas e justificadas cada uma das hipóteses de investigação incluídas no modelo conceptual proposto.

A compreensão profunda do modelo de negócio das empresas, assim como uma sólida compreensão dos processos, produção e logística são aspetos fundamentais para os CC (Stancheva-Todorova, 2020). Quando a gestão das empresas está profundamente envolvida nas práticas de sustentabilidade, isso requer que os contabilistas não entendam apenas os aspetos financeiros, mas também as implicações ambientais e sociais das operações empresariais (Stancheva-Todorova, 2020). Nesse sentido, o autor argumenta que os contabilistas devem desenvolver competências na área da sustentabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao relato, além de serem conhecedores das práticas de sustentabilidade implementadas pela gestão. À medida que aumenta a responsabilidade dos contabilistas na integração de práticas no âmbito da sustentabilidade nas organizações, a ampliação das suas competências torna-se essencial para alinhar as estratégias de sustentabilidade com os objetivos financeiros da empresa (Stancheva-Todorova, 2020).

Além disso, uma gestão com elevado nível de comprometimento com a sustentabilidade geralmente exige que os CC possuam competências técnicas e de ética aprimoradas (Boiral & Gendron, 2011). Estudos anteriores sugerem que um maior envolvimento da gestão influencia diretamente a formação e as qualificações dos CC, resultando num aperfeiçoamento contínuo das suas competências (Wong & Millington, 2014). A crescente exigência da gestão para que os contabilistas integrem considerações ambientais nos processos de relato reflete a necessidade de formação contínua destes profissionais em áreas emergentes da sustentabilidade (Ascani et al., 2021). Desta forma, a primeira hipótese de investigação do presente estudo é formulada:

H1: Empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade têm contabilistas certificados com mais competências.

A teoria dos *stakeholders*, introduzida na década de 1980 por Freeman e Mcvea, reconhece que as empresas devem ter uma responsabilidade moral abrangente para com os *stakeholders*, considerados essenciais para o sucesso empresarial (Freeman & Mcvea, 2001). Segundo os autores, esta teoria enfatiza que a manutenção de relacionamentos saudáveis com os *stakeholders* é uma responsabilidade bidirecional, garantindo assim a continuidade do sucesso empresarial ao atender de forma equilibrada aos interesses de todas as partes envolvidas (Gray et al., 1995). Neste contexto, a gestão desempenha um papel fundamental na promoção de uma cultura organizacional que valorize o envolvimento efetivo com os *stakeholders*, tanto internos como externos (Simnett et al., 2007). Aliás, o apoio da gestão ao desenvolvimento de práticas de sustentabilidade pode não refletir apenas o seu grau de compromisso com a sustentabilidade, mas também o nível de envolvimento dos *stakeholders* com a organização (Simnett et al., 2007).

Adicionalmente, a literatura também sugere que apesar da ambiguidade legislativa poder dificultar a mudança de mentalidades nas empresas, Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) afirmam que o envolvimento dos *stakeholders* potencia a consciencialização dos gestores na implementação eficaz de políticas de sustentabilidade. De acordo com os autores, uma atitude positiva da gestão em relação à sustentabilidade não apenas satisfaz as exigências regulamentares, mas também antecipa as crescentes expectativas dos *stakeholders* (Rodriguez-Melo & Mansouri, 2011). Assim, a relação entre o envolvimento da gestão na sustentabilidade e o envolvimento dos *stakeholders* é simbiótica: gestores que lideram com exemplos positivos e estratégias integradas são

capazes de motivar e envolver os *stakeholders*, criando um ciclo de apoio mútuo e benefícios compartilhados (Maxwell et al., 1997; Simnett et al., 2007).

Outros estudos, como o realizado por Yusliza et al. (2019) demonstram que o comprometimento da gestão com práticas de sustentabilidade é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, refletindo-se numa maior proatividade na comunicação e no envolvimento dos *stakeholders*. A investigação de Dick et al. (2021) aplicada a empresas Polacas, revela que o comprometimento da gestão com práticas de sustentabilidade não apenas influencia as políticas internas da empresa, mas também fortalece as relações com os *stakeholders*. Os autores notam que as empresas familiares tendem a ser mais seletivas no envolvimento com os *stakeholders*, no sentido de proteger o controlo familiar, enquanto as empresas não familiares envolvem-se de forma mais ativa na sustentabilidade (Dick et al., 2021). A pesquisa de Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) indica que uma liderança ativa e comprometida com a sustentabilidade facilita a construção de relações sólidas com os *stakeholders*, mostrando que as empresas que priorizam o diálogo e a interação com os mesmos não apenas melhoram as suas práticas de sustentabilidade, mas também aumentam a confiança e a lealdade dos *stakeholders*. Num estudo aplicado a empresas dos Estados Unidos, Wang et al. (2014) concluem que o envolvimento da gestão na sustentabilidade é um fator crucial para a eficácia do envolvimento dos *stakeholders*. Deste modo, neste estudo propõe-se a segunda hipótese de investigação:

H2: Empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade têm um maior envolvimento com os seus stakeholders.

O estudo empírico de Dick et al. (2021), sobre as empresas familiares na Polónia revela que o envolvimento destas organizações com a sustentabilidade é frequentemente limitado pela necessidade de preservar o controlo familiar. Esta situação pode gerar resistência na adoção de normas sobre sustentabilidade, que são percecionadas como ameaças à autoridade familiar (Dick et al., 2021). Como consequência, as empresas familiares tendem a ser menos propensas a implementar normas formais de relato da sustentabilidade quando comparadas com as empresas não familiares (Dick et al., 2021). Contudo, quando as empresas familiares se envolvem em iniciativas de sustentabilidade, como atividades ambientais e comunitárias, demonstram uma compreensão estratégica das normas de sustentabilidade (Dick et al., 2021). Este envolvimento é seletivo, focando-se em atividades que garantam *improvements* ao nível da reputação, sem comprometer o

controle familiar (Dick et al., 2021). O estudo sugere que essa adesão seletiva à sustentabilidade pode refletir um maior conhecimento sobre as normas de relato, uma vez que estas empresas reconhecem os benefícios associados à divulgação adequada das questões ESG.

Por outro lado, Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) destacam, com base nas entrevistas realizadas a gestores do Reino Unido, a importância das empresas estarem familiarizadas com as normas sobre sustentabilidade a fim de garantir a transparência e a conformidade nos seus relatórios. Assim, um forte compromisso das organizações com a sustentabilidade tende a estar associado a um conhecimento mais aprofundado das normas de relato, o que não apenas melhora a qualidade da informação divulgada, mas também fortalece a reputação da empresa (Rodriguez-Melo & Mansouri, 2011).

De forma semelhante, o estudo Williams e Schaefer (2013), realizado junto de gestores de pequenas e médias empresas, do Reino Unido, constata que a conformidade com as normas de relato reflete um maior envolvimento em práticas de sustentabilidade. Este conhecimento não é apenas uma exigência legal, mas também um elemento fundamental do compromisso ético das empresas com a transparência (Williams & Schaefer, 2013).

Dick et al. (2021) sublinham ainda que a orientação ética e a participação ativa da gestão na sustentabilidade são essenciais para a implementação eficaz de políticas de sustentabilidade e para a familiarização com as normas de relato. Adams e Evans (2004) e Kolk e Perego (2008) também referem que nas organizações onde a gestão apresenta um elevado envolvimento com a sustentabilidade, há uma maior tendência para a adoção e aplicação rigorosa das normas de relato da sustentabilidade, promovendo assim, um conhecimento mais aprofundado dessas normas. Assim, neste estudo propõe-se a terceira hipótese de investigação:

H3: Empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade detêm maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade.

A pressão exercida pelos *stakeholders* pode influenciar significativamente o nível de transparência nos relatórios de sustentabilidade (Fernandez-Feijoo et al., 2014; Moneva & Llana, 2000). Por seu turno, a divulgação de práticas ESG, reflete o compromisso das empresas com a transparência e a sustentabilidade Li et al. (2021). Os relatórios de sustentabilidade funcionam como ferramentas que fortalecem as relações

com os *stakeholders*, evidenciando o compromisso das organizações com a responsabilidade social e potenciando a transparência corporativa (Altin & Yilmaz, 2023).

O estudo empírico de Dick et al. (2021) revela que as empresas com maior envolvimento dos *stakeholders* são mais propensas a reconhecer e valorizar os benefícios da transparência das suas práticas de sustentabilidade. Este envolvimento permite às organizações compreender de forma eficaz como a divulgação de informação sobre sustentabilidade pode impactar positivamente a sua imagem, reputação e as relações com clientes e comunidades (Dick et al., 2021). Assim, as empresas que respondem proativamente às necessidades dos *stakeholders* tendem a desenvolver uma perceção mais clara dos benefícios associados à divulgação de informações (Dick et al., 2021).

As entrevistas, realizadas por Rodriguez-Melo e Mansouri (2011), a gestores de empresas do Reino Unido, indicam que o envolvimento ativo dos *stakeholders* não só melhora as práticas de sustentabilidade, como também aumenta a consciencialização dos gestores sobre os benefícios da divulgação. De acordo com o estudo de Wang et al. (2014), as empresas que mantêm um diálogo constante com os *stakeholders*, envolvendo-os nas suas decisões, conseguem aumentar a consciencialização deste grupo sobre os impactos positivos das suas práticas no âmbito da sustentabilidade. Segundo Fuhrmann et al. (2017), o envolvimento ativo dos *stakeholders* contribui também para o aumento da credibilidade dos relatórios, criando benefícios tangíveis, como uma maior aceitação e valorização da divulgação sobre sustentabilidade. Desta forma, a interação contínua com os *stakeholders* influencia diretamente a perceção dos benefícios decorrentes da divulgação de informação sobre sustentabilidade (Manetti & Toccafondi, 2012). Face ao exposto, neste estudo propõe-se a quarta hipótese de investigação:

H4: Empresas com maior envolvimento dos stakeholders têm uma melhor perceção dos benefícios da divulgação de informação sobre a sustentabilidade.

Segundo o GRI, a fiabilidade da informação divulgada deve ser caracterizada pela sua qualidade e materialidade (Global Sustainability Standards Board, 2023a). No entanto, Fonseca (2010) sublinha que o nível de conhecimento das normas está diretamente relacionado com a capacidade das empresas em produzir relatórios de elevada qualidade, destacando a importância do conhecimento do normativo para assegurar a robustez do relato da sustentabilidade. De acordo com Usman (2020), o conhecimento aprofundado das normas de relato influencia positivamente a qualidade da

divulgação e pode funcionar como um catalisador do desempenho não financeiro e da reputação da empresa.

A compreensão das normas de relato da sustentabilidade é essencial para que as empresas não apenas cumpram os requisitos regulamentares, mas também maximizem os benefícios derivados de uma maior transparência (Yusliza et al., 2019). Assim, conforme referido por Yusliza et al. (2019), as organizações que incorporam práticas de sustentabilidade tendem a ter uma compreensão das diretrizes de relato, o que resulta numa divulgação mais eficaz. Este conhecimento não só aprimora a qualidade da informação divulgada, como também permite às empresas reconhecer os benefícios estratégicos da sustentabilidade, nomeadamente a melhoria da imagem corporativa e a atração de investimentos sustentáveis (Yusliza et al., 2019). Com base nas considerações acima, neste estudo propõe-se a quinta hipótese de investigação:

***H5:** Empresas com maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade têm uma melhor percepção dos benefícios da divulgação de informação sobre sustentabilidade.*

A literatura sugere que os CC desempenham um papel vital no relato da sustentabilidade, uma vez que as suas competências são essenciais para a integridade das informações transversais divulgadas sobre sustentabilidade (Stancheva-Todorova, 2020). Segundo Welford et al. (2008), as competências dos CC são fundamentais para garantir a qualidade e credibilidade dos relatórios de sustentabilidade. Embora a literatura sobre esta temática seja escassa, neste estudo espera-se que as empresas que possuem CC competentes apresentem qualidade no relato da sustentabilidade (Adams & Evans, 2004; Maxwell et al., 1997). Portanto, neste estudo formula-se a sexta hipótese de investigação:

***H6:** Empresas que têm contabilistas certificados com maior nível de competências divulgam informação sobre sustentabilidade com maior índice de qualidade.*

Os relatórios elaborados com base no conhecimento sólido das normas tendem a ser mais completos e precisos, evidenciando uma relação entre o conhecimento dos normativos e a qualidade da divulgação (Moroney et al., 2009). Desta forma, verifica-se que um conhecimento aprofundado das normas de sustentabilidade melhora

significativamente a qualidade da informação sobre sustentabilidade divulgada (Kolk & Perego, 2008).

A este respeito, Clarkson et al. (2011) argumentam que empresas com um elevado nível de conhecimento das normas de relato têm um incentivo adicional para divulgar informação não financeira de forma independente e com elevada qualidade. Segundo estes autores, tal prática resulta da preocupação em demonstrar, de forma transparente e exata, o seu desempenho ambiental e social perante os diferentes *stakeholders*. O estudo empírico desenvolvido por Dick et al. (2021) reforça esta ideia, concluindo que as empresas que compreendem melhor as normas de relato da sustentabilidade conseguem divulgar informação de forma estratégica e de alta qualidade. Um bom entendimento das normas não apenas facilita a conformidade regulamentar, mas também melhora a qualidade da informação divulgada no âmbito da sustentabilidade (Williams & Schaefer, 2013). Estes autores sugerem que empresas bem informadas são capazes de produzir relatórios de sustentabilidade mais detalhados, precisos e alinhados com os normativos (Williams & Schaefer, 2013).

De acordo com o estudo realizado por Rodriguez-Melo e Mansouri (2011), os gestores de empresas do Reino Unido afirmam que a conformidade com as normas eleva a clareza e a utilidade dos relatórios de sustentabilidade, permitindo uma comunicação mais eficaz das práticas de sustentabilidade. Neste contexto, considera-se que o conhecimento profundo das normas contribui para a melhoria da qualidade da divulgação da sustentabilidade. Com base no exposto acima, neste estudo formula-se a sétima hipótese de investigação:

H7: Empresas com maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade divulgam informação sobre sustentabilidade com maior índice de qualidade.

A literatura existente sugere que a perceção dos benefícios derivados de uma divulgação eficaz, como o aumento da credibilidade e da transparência, motiva as empresas a melhorar a qualidade da informação que divulgam nos relatórios empresariais (Boiral & Henri, 2017). Nesse sentido, Adams e Evans (2004) destacam que a perceção positiva destes benefícios resulta num aumento da qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Na mesma linha, Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) verificam que os gestores de empresas do Reino Unido, sugerem que uma compreensão clara dos benefícios da divulgação de informação sobre sustentabilidade motiva as empresas a

produzir relatórios de alta qualidade. Estes gestores afirmam que, ao reconhecerem o valor que a comunicação traz em termos de reputação e lealdade dos clientes, investem mais tempo e recursos na elaboração de relatórios de sustentabilidade detalhados e informativos sobre as suas práticas de sustentabilidade (Rodriguez-Melo & Mansouri, 2011). O estudo empírico de Dick et al. (2021) corrobora esta visão, ao indicar que a perceção positiva dos benefícios da divulgação se traduz em práticas mais robustas e de maior qualidade na comunicação de informação sobre sustentabilidade. As empresas que reconhecem a importância de partilhar as suas iniciativas de sustentabilidade não apenas melhoram a transparência, mas também aprimoram a profundidade e qualidade das informações apresentadas (Dick et al., 2021). Este esforço resulta em relatórios mais detalhados e claros, o que aumenta a credibilidade e a confiança na informação divulgada sobre sustentabilidade (Dick et al., 2021).

Wang et al. (2014) referem que as empresas que relatam de forma eficaz os seus progressos em sustentabilidade tendem a criar um ciclo positivo: quanto mais elevada é a qualidade da informação divulgada, maior é a perceção pública dos benefícios, o que, por sua vez, motiva ainda mais as empresas a continuarem a melhorar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Face ao exposto, neste estudo é formulada a última hipótese de investigação:

***H8:** Empresas com uma melhor perceção dos benefícios da divulgação de informação sobre sustentabilidade apresentam a informação com maior índice de qualidade.*

A tabela seguinte apresenta um resumo das hipóteses de investigação acima descritas.

Tabela 1 - Síntese das hipóteses de investigação

Hipóteses	Relação	Autores
H1	NEGS – CCC	Ascani et al. (2021); Boiral e Gendron (2011); Stancheva-Todorova (2020); Wong e Millington (2014).
H2	NEGS – NES	Dick et al. (2021); Freeman e Mcvea (2001); Gray et al. (1995); Maxwell et al. (1997); Rodriguez-Melo e Mansouri (2011); (Simnett et al., 2007); Wang et al. (2014); Yusliza et al. (2019).
H3	NEGS – NCNR	Adams e Evans (2004); Dick et al. (2021); Kolk e Perego (2008); Rodriguez-Melo e Mansouri (2011); Williams e Schaefer (2013).

Hipóteses	Relação	Autores
H4	NES - BDS	Altin e Yilmar, (2023); Dick et al. (2021); Fernandez-Feijoo et al. (2014); Fuhrmann et al. (2017); Li et al. (2021); Manetti e Toccafondi (2012); Moneva & Llana (2000); Rodriguez-Melo e Mansouri (2011); Wang et al. (2014).
H5	NCNR – BDS	Fonseca (2010); Global Sustainability Standards Board 2023a); Usman (2020); Yusliza et al. (2019).
H6	CCC – QDIS	Adams e Evans (2004); Maxwell et al. (1997); Stancheva-Todorova, (2020); Welford et al. (2008).
H7	NCNR – QDIS	Clarkson et al. (2011); Dick et al. (2021); Kolk e Perego (2008); Moroney et al. (2009); Rodriguez-Melo e Mansouri (2011); Williams e Schaefer (2013).
H8	BDS - QDIS	Adams e Evans (2004); Boiral e Henri (2017); Dick et al. (2021); Rodriguez-Melo e Mansouri (2011); Wang et al. (2014).

Legenda:

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*

CCC – Competências dos contabilistas certificados

QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

O próximo capítulo apresenta a metodologia de investigação seguida neste estudo, nomeadamente, instrumentos de medida, pré-teste, estrutura do questionário, processo de recolha de dados da amostra e a técnica de análise com recurso ao MEE.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Após a definição dos objetivos de investigação gerais e específicos, do modelo conceptual e das correspondentes hipóteses, é crucial delinear a metodologia de investigação adotada neste estudo. O presente estudo utiliza uma abordagem mista, através da combinação de análise qualitativa e quantitativa, apresentada de seguida.

4.1 Investigação Qualitativa - Entrevista

Este estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa na primeira fase de investigação, com o objetivo de explorar a perceção da OCC sobre as competências dos CC, bem como as barreiras e os desafios associados ao relato da sustentabilidade. Para tal, neste estudo realizou-se uma entrevista semiestruturada à OCC. A entrevista foi conduzida via email, conforme sugestão do entrevistado, utilizando um guião previamente preparado. A entrevista semiestruturada foi a escolhida pela sua flexibilidade e por permitir a recolha de dados qualitativos.

A preparação da entrevista envolveu a elaboração de um guião detalhado (tabela 2). As questões incluídas neste guião foram formuladas com base numa análise cuidadosa, fundamentada em quatro tópicos principais:

1. Competências dos CC necessárias à preparação dos relatórios da sustentabilidade;
2. Formação e atuação da OCC na preparação dos seus membros;
3. Impactos e desafios das normas de sustentabilidade;
4. Barreiras na adaptação às mudanças globais.

Tabela 2 - Guião de Entrevista

Objetivo	Questões
Competências dos CC necessárias à preparação dos relatórios de sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os CC estão preparados para assumir a elaboração dos relatórios de sustentabilidade? ▪ Os CC possuem as competências necessárias para tratar a informação sobre sustentabilidade nos relatórios?
Formação e atuação da OCC na preparação dos membros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De que forma a OCC tem atuado para garantir que os seus membros estejam atualizados e possuam as competências necessárias para cumprir com os requisitos do relato da sustentabilidade?
Impactos e desafios nas normas de sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A adoção das normas de sustentabilidade terá impacto ao nível da qualidade dos relatórios?

Objetivo	Questões
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais consideram ser os impactos positivos e negativos da adoção das normas de sustentabilidade na profissão de Contabilista Certificado? ▪ Quais são os principais desafios enfrentados ou a enfrentar pelos CC em relação à interpretação e aplicação das normas de sustentabilidade?
<p>Barreiras na adaptação às mudanças globais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais são as principais barreiras enfrentadas ou a enfrentar pelos CC na preparação da informação sobre a sustentabilidade? ▪ Como a OCC está a adaptar-se às mudanças globais no cenário da contabilidade, especialmente em relação à informação sobre sustentabilidade?

Fonte: Elaboração própria

O principal objetivo da aplicação da entrevista é essencialmente compreender se os CC possuem as competências necessárias para a preparação de relatórios de sustentabilidade. A partir dos resultados da entrevista e da revisão da literatura foi desenvolvido o modelo teórico proposto.

4.2 Investigação Quantitativa - Inquérito por Questionário

A segunda fase da investigação envolve a utilização de uma abordagem quantitativa. Assim, nesta fase do estudo foi desenvolvido um inquérito por questionário, no *software Limesurvey*, e aplicado aos gestores de empresas portuguesas.

4.2.1 Pré-teste

Antes da aplicação do inquérito por questionário, procedeu-se a um pré-teste do mesmo, trata-se de uma técnica simples usada antecipadamente para identificar dificuldades de resposta por parte dos inquiridos (Ikart, 2019). Este procedimento envolveu o envio do link ao questionário a três gestores de empresas e dois académicos, solicitando o seu parecer sobre o conteúdo do inquérito. Por conseguinte, no questionário foram efetuadas clarificações em algumas questões e incluídas opções adicionais para caracterizar os respondentes e as empresas em causa.

4.2.2 Estrutura do Inquérito por Questionário

O inquérito está organizado em onze partes distintas. A primeira parte inclui questões referentes à caracterização da empresa (apêndice 1), onde se encontram questões fechadas de escolha múltipla. Nas seguintes nove partes do inquérito, constam as dimensões/construtos em estudo, utilizando escalas de medida validadas e/ou adaptadas de estudos antecedentes. No caso do construto Nível de Envolvimento dos *Stakeholders*, a escala de medida foi desenvolvida com base nos estudos de vários autores.

Na última parte, apresentam-se questões que permitem avaliar as características individuais dos profissionais inquiridos (apêndice 2).

Neste estudo, utilizou-se a escala de *Likert* de 5 pontos para avaliar cada variável/construto evidenciada no modelo conceptual proposto. A ordenação das respostas segue então a escala de *Likert* de 5 pontos, variando de “discordo totalmente” (1) a “concordo totalmente” (5).

No que concerne aos itens utilizados para medir o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade, estes são apresentados na tabela 3. Os itens foram obtidos de Yusliza et al. (2019) e adaptados dos estudos de Dick et al. (2021), Rodriguez-Melo e Mansouri (2011), Roxas (2021).

Tabela 3 - Itens relativos ao nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

Nível de Envolvimento da Gestão na Sustentabilidade		
NEGS1	Na empresa existe um compromisso da gestão com a integração de práticas sustentáveis na sua estratégia.	Yusliza et al. (2019)
NEGS2	Na empresa há comprometimento com as práticas de gestão ambiental e socialmente responsáveis.	Yusliza et al. (2019)
NEGS3	As práticas de gestão de recursos humanos nas empresas incorporam preocupações ambientais e sociais.	Yusliza et al. (2019)
NEGS4	A empresa dedica recursos às práticas ambientais e socialmente responsáveis.	Adaptado de Roxas (2021)
NEGS 5	A empresa tem definidas as políticas sobre sustentabilidade.	Adaptado de Rodriguez-Melo e Mansouri (2011)
NEGS6	Os gestores demonstram um elevado nível de envolvimento na sustentabilidade/responsabilidade social.	Adaptado de Dick et al. (2021)

Fonte: Elaboração própria

A tabela 4 apresenta os itens que permitem avaliar o nível de envolvimento dos *stakeholders*, os quais foram obtidos de Dick et al. (2021), Rodriguez-Melo e Mansouri (2011), Wang et al. (2014) e de Williams e Schaefer (2013).

Tabela 4 - Itens relativos ao nível de envolvimento dos *stakeholders*

Nível de Envolvimento dos <i>Stakeholders</i>		
NES1	A empresa no âmbito da sustentabilidade, atende às expectativas dos <i>stakeholders</i> / partes interessadas.	Dick et al. (2021)
NES2	A empresa valoriza o envolvimento dos <i>stakeholders</i> na estratégia de sustentabilidade.	Rodriguez-Melo e Mansouri (2011)
NES3	Os <i>stakeholders</i> estão envolvidos em iniciativas sobre sustentabilidade.	Wang et al. (2014)
NES4	Os valores pessoais dos <i>stakeholders</i> desempenham um papel significativo no compromisso da empresa com questões ambientais e sociais.	Adaptado de Williams & Schaefer (2013)

Fonte: Elaboração própria

Relativamente às competências dos CC (tabela 5), os itens foram adaptados dos estudos de Nyquist (2003), Palmer et al., (2004), Siriwardane et al., (2014) e Stancheva-Todorova (2020).

Tabela 5 - Itens relativos às competências dos contabilistas certificados

Competências dos Contabilistas Certificados		
CCC1	O Contabilista Certificado tem a capacidade de manter relações profissionais através de competências interpessoais.	Adaptado de Palmer et al. (2004)
CCC2	O Contabilista Certificado tem manifestado uma conduta ética e íntegra em todas as suas atividades.	Adaptado de Siriwardane et al. (2014)
CCC3	O Contabilista Certificado executa as suas tarefas de forma eficaz.	Adaptado de Siriwardane et al. (2014)
CCC4	O Contabilista Certificado tem demonstrado uma atitude crítica e questionadora ao analisar informações no exercício da sua profissão.	Adaptado de Siriwardane et al. (2014)

Competências dos Contabilistas Certificados		
CCC5	O Contabilista Certificado detém competências digitais essenciais para se adaptar às exigências atuais.	Adaptado de Stancheva-Todorova (2020)
CCC6	O Contabilista Certificado detém a formação necessária para o exercício da profissão.	Adaptado de Nyquist (2003)
CCC7	O Contabilista Certificado tem as competências necessárias para lidar eficazmente com a preparação e divulgar informação sobre questões ambientais e sociais nos relatórios da empresa ou outros meios de divulgação.	Adaptado de Nyquist (2003)
CCC8	O Contabilista Certificado tem elevada competência para o exercício da profissão.	Adaptado de Nyquist (2003)

Fonte: Elaboração própria

A tabela 6 apresenta os itens que permitem avaliar o nível de conhecimento do gestor das normas de relato da sustentabilidade, os quais foram adaptados de Ali Uyar (2011).

Tabela 6 - Itens relativos ao nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

Nível de Conhecimento das Normas de Relato da Sustentabilidade		
NCNR1	Detenho um elevado conhecimento sobre as normas contabilísticas.	Adaptado de Ali Uyar (2011)
NCNR2	Detenho um elevado conhecimento sobre as normas aplicáveis ao relato da informação sobre sustentabilidade.	Adaptado de Ali Uyar (2011)
NCNR3	Detenho um elevado conhecimento sobre o teor das diretivas europeias sobre o relato da sustentabilidade.	Adaptado de Ali Uyar (2011)
NCNR4	Detenho um elevado conhecimento sobre as normas GRI.	Adaptado de Ali Uyar (2011)

Fonte: Elaboração própria

Os itens sobre a perceção dos benefícios da divulgação de informação sobre sustentabilidade foram adaptados de Abbas et al., (2022), Almeida (2023), Domingues et al., (2017) e Pérez (2015).

Tabela 7 - Itens relativos aos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

Benefícios da Divulgação sobre Sustentabilidade		
BDS1	A divulgação de informação sobre a sustentabilidade nos relatórios empresariais influencia positivamente a cultura organizacional.	Domingues et al. (2017)
BDS2	A divulgação de informação sobre questões ambientais e sociais nos relatórios empresariais promove mudanças proativas no âmbito da sustentabilidade por parte dos <i>stakeholders</i> internos (p.e. gestores, sócios e colaboradores).	Adaptado de Domingues et al. (2017)
BDS3	A divulgação de iniciativas no âmbito da sustentabilidade / responsabilidade social contribui para uma melhor percepção do desempenho da empresa em termos de sustentabilidade por parte dos <i>stakeholders</i> .	Adaptado de Pérez (2015)
BDS4	A divulgação de informação sobre questões ambientais e sociais têm impacto positivo na reputação da empresa.	Adaptado de Abbas et al. (2022)
BDS5	As empresas envolvidas na responsabilidade social adotam comportamentos éticos.	Adaptado de Almeida (2023)
BDS6	As empresas envolvidas na responsabilidade social são mais transparentes.	Adaptado de Almeida (2023)

Fonte: Elaboração própria

Os itens do construto qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade (tabela 8) foram adaptados de Baraibar-Diez e Sotorrió (2018), Domingues et al. (2017) e Dornier, 2018).

Tabela 8 - Itens relativos à qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Qualidade da Divulgação de Informação sobre Sustentabilidade		
QDIS1	Diversos departamentos estiveram envolvidos no processo de preparação da informação sobre a sustentabilidade.	Domingues et al. (2017)
QDIS2	A informação sobre a sustentabilidade divulgada é oportuna.	Adaptado de Baraibar-Diez & Sotorrió (2018)
QDIS3	A informação sobre a sustentabilidade divulgada é isenta de juízos de valor.	Adaptado de Dornier (2018)
QDIS4	A informação sobre a sustentabilidade é cuidadosamente preparada para assegurar a sua qualidade.	Adaptado de Dornier (2018)

Qualidade da Divulgação de Informação sobre Sustentabilidade

<i>QDIS5</i>	A exatidão das informações sobre a sustentabilidade é relevante para a tomada de decisões.	Adaptado de Dornier (2018)
<i>QDIS6</i>	A informação sobre a sustentabilidade é facilmente compreendida pelo seu utilizador.	Adaptado de Dornier (2018)
<i>QDIS7</i>	A informação sobre a sustentabilidade inclui toda a informação necessária para a tomada de decisões.	Adaptado de Dornier (2018)

Fonte: Elaboração própria

4.2.3 Processo de seleção da amostra e recolha de dados

O processo de seleção da amostra foi realizado utilizando a base de dados Sistema de Análises de Balanços Ibéricos (SABI), aplicando os seguintes critérios de filtragem: (1) empresas portuguesas e (2) número de colaboradores: mínimo 50.

A base de dados SABI gerou uma lista inicial de 11 301 empresas. No entanto, após a aplicação dos filtros, algumas empresas foram excluídas por não disponibilizarem o endereço de email visível para a divulgação do inquérito, resultando numa amostra final de 8 633 empresas.

Devido ao elevado número de empresas, optou-se por aplicar o inquérito a todas as empresas, em vez de limitar o estudo a uma região específica, com o intuito de aumentar a probabilidade de alcançar uma taxa de resposta satisfatória (Cepeda & Monteiro, 2020; Menezes Montenegro & Lima Rodrigues, 2020).

O inquérito foi aplicado via online, através do envio do link ao questionário por email às empresas, direcionado aos gestores, durante o período de 5 de maio a 18 de junho de 2024 (apêndices 3 e 4). Apenas foram consideradas válidas as respostas provenientes de gestores de empresas que divulgam informação sobre a sustentabilidade. Neste período resultaram 213 respostas completas.

4.2.4 Modelo de Equações Estruturais

Neste estudo foram utilizadas técnicas estatísticas univariadas e multivariadas para analisar o modelo teórico com recurso ao MEE. Esta técnica estatística permitirá investigar relações causais entre diversos construtos, identificando os fatores que determinam a qualidade da divulgação da sustentabilidade.

O MEE é uma ferramenta avançada de análise multivariada que permite a avaliação simultânea de múltiplas relações causais, considerando efeitos diretos e

indiretos, permitindo uma abordagem mais abrangente, no que se refere à análise de dados (Kline, 2004). A estrutura do MEE inclui um submodelo de medida, que operacionaliza construtos por indicadores, e um submodelo estrutural, que especifica as influências entre construtos (Marôco, 2010).

4.2.4.1 Etapas da análise do Modelo de Equações Estruturais

O MEE adota uma abordagem confirmatória no teste às hipóteses de investigação propostas. Além disso, sugere a implementação de uma estratégia de desenvolvimento do modelo teórico, sugerindo modificações fundamentadas, se necessário (Anderson & Gerbing, 1988). Para concretização das estratégias descritas, seguiram-se as seguintes etapas (Hair et al., 2009):

1. Definição dos construtos;
2. Desenvolvimento e especificação do modelo de medida;
3. Desenho do estudo;
4. Avaliação do modelo de medida;
5. Especificação do modelo estrutural;
6. Avaliação do modelo estrutural.

4.2.4.1.1 Definição dos construtos

A primeira etapa foca-se na operacionalização dos construtos, identificando todos os construtos, indicadores e as respetivas escalas que compõem o modelo. Existem duas abordagens para esta identificação: a primeira baseia-se na revisão da literatura a fim de pesquisar os construtos e indicadores relevantes e a segunda consiste no desenvolvimento de escalas de medida (Hair et al., 2009). Este trabalho identifica os construtos e indicadores do MEE, devidamente fundamentados na revisão da literatura, apresentados no capítulo 2.

4.2.4.1.2 Desenvolvimento e especificação do modelo de medida

A segunda etapa envolve o desenvolvimento e a especificação do modelo de medida. Esta fase é crucial, devido aos comuns problemas que surgem no desenvolvimento do modelo de medida, denominados de erros de especificação. A fim de evitar estes erros, é necessário verificar:

1. A unidimensionalidade, a fiabilidade e a validade dos construtos;
2. O número de indicadores que operacionalizam cada constructo.

A unidimensionalidade verifica-se quando o construto é considerado válido (determinado pela seleção dos indicadores que mais adequadamente representem o construto em questão) (Hair et al., 2009). Este processo envolve a identificação dos indicadores que oferecem o melhor ajuste ao construto em análise (Anderson & Gerbing, 1988).

A fiabilidade é avaliada pela *Composite Reliability* (CR), a qual avalia o grau de consistência entre os múltiplos itens do instrumento de medida de um construto (Hair et al., 2009). Segundo Hair et al. (2009), o instrumento de medida de um construto deve apresentar ponderações *standardizadas* superiores a 0,5 ou, idealmente, superiores a 0,7.

A validade dos construtos é aferido quando os itens de um instrumento de medida correspondem à definição teórica do construto (Hair et al., 2009). A validade do construto inclui três componentes principais: (1) validade fatorial, que assegura a correta especificação dos itens do construto com base na teoria subjacente (Hair et al., 2009); (2) validade convergente, que confirma a relação positiva entre o construto em análise e outros construtos semelhantes, com itens que apresentam correlações significativas entre si (Marôco, 2010); e (3) validade discriminante, que verifica que os construtos não estão excessivamente correlacionados entre si (Fornell & Larcker, 1981). Neste estudo, procedeu-se à análise da validade convergente através dos coeficientes estandardizados, com valor $> 0,5$, de acordo com Steenkamp e van Trijp (1991). No que se refere à validade discriminante, esta é aferida através da Variância Extraída Média (VEM) do construto, a qual deve apresentar um valor $> 0,5$ (Fornell & Larcker, 1981).

Embora não haja consenso sobre o número ideal de indicadores para cada construto, é recomendado o uso de pelo menos três indicadores por construto (Hair et al., 2009; Marôco, 2010). No entanto, os autores referem que pode ser aceitável usar apenas dois ou até um único indicador por construto, desde que o investigador esteja confiante na validade e confiabilidade da medida.

4.2.4.1.3 Desenho do estudo

A terceira etapa visa desenvolver o estudo para obter resultados empíricos. Numa primeira fase, deverá existir especial atenção aos dados e à estimação do modelo (Hair et al. 2009). Os seguintes aspetos são fundamentais na pesquisa: (1) escolha entre o uso de covariâncias ou correlações para os dados; (2) definição da abordagem para lidar com dados omissos e (3) avaliação da adequação do tamanho da amostra aos objetivos do estudo.

No processo de desenho do modelo de medida e no modelo estrutural teve-se em consideração os principais símbolos e significados, tal como demonstrado na tabela 9.

Tabela 9 - Símbolos usados na representação gráfica do MEE

Símbolo	Significado
□	Variável manifesta ou variável observada – manipuladas ou observadas diretamente
○	Variável latente (erros) – não são diretamente observáveis ou mensuráveis, ou seja, resultam da existência de variáveis manifestas ou observadas
→	Relação causal
↔	Relação recursiva ou <i>feedback</i>
↔	Relação correlacional

Fonte: Adaptado de Marôco (2010)

Os modelos podem ser estimados usando matrizes de covariâncias ou de correlações. Neste estudo, utilizou-se a matriz de covariâncias para avaliar o ajuste do MEE (Marôco, 2010). O método a utilizar na análise dos dados omissos deve ter em consideração a dimensão da amostra, a natureza da análise, a variável com mais valores ausentes e a distribuição dos dados omissos (Schafer et al., 2002). No entanto, neste estudo, não houve ausência de dados, uma vez que todas as respostas eram de carácter obrigatório. Contudo, esta obrigatoriedade poderá ser a causa da elevada taxa de abandono do inquérito por parte dos respondentes, para além do abandono devido à não divulgação de relato da sustentabilidade.

4.2.4.1.4 Avaliação do modelo de medida

Na quarta fase do desenvolvimento do MEE, o objetivo principal consiste em avaliar a validade do modelo de medida. Esta avaliação centra-se na determinação de níveis aceitáveis de ajustamento e na verificação dos construtos utilizados.

Na análise à qualidade do ajustamento do modelo devem ser verificadas as medidas de ajustamento absolutas. Estas medidas permitem avaliar o grau em que o modelo global consegue prever a matriz da covariância. Entre as medidas comumente utilizadas em pesquisas empíricas estão os indicadores *Normed Chi-square*, *Root Mean Square error of approximation* (RMSEA) e *Goodness-of-Fit Index* (GFI) (Hair et al, 1998; Marôco 2010). A tabela 10 descreve a interpretação das referidas medidas.

Tabela 10 - Medidas absolutas

Medidas Absolutas	
Índice	Interpretação
<i>Normed Chi-square</i> $X^2 / g.l.$	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valor do qui-quadrado obtido através do número de graus de liberdade ▪ Até 3 (bom ajustamento); entre 3 e 5 (ajustamento aceitável)
RMSEA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avalia a diferença entre o modelo teórico e o modelo observado, considerando o número de parâmetros estimados ▪ < 0,05 (bom ajustamento); entre 0,05 a 0,08 (ajustamento razoável); entre 0,08 a 0,09 (ajustamento aceitável)
GFI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mede a proporção da covariância observada entre os indicadores que é explicada através do modelo ajustado ▪ < 0,08 (mau ajustamento); = 0 (ajustamento pobre); entre 0,08 a 0,09 (ajustamento aceitável); entre 0,90 a 0,95 (bom ajustamento); = 1 (ajustamento perfeito)

Fonte: Hair et al. (1998); Marôco (2010)

As medidas incrementais avaliam o ajustamento do modelo estimado relativamente a alguns modelos base alternativos. As medidas *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI), *Normed Fit Index* (NFI) e *Comparative Fit Index* (CFI) são as mais frequentemente utilizadas na análise do MEE (Hair et al, 1998; Marôco 2010). A tabela seguinte apresenta uma síntese de interpretação destas medidas.

Tabela 11 - Medidas incrementais

Medidas Incrementais	
Índice	Interpretação
AGFI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajusta a medida GFI ajustada pelos graus de liberdade ▪ > 0,80 (ajustamento aceitável); ≥ 0,90 (bom ajustamento)
NFI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corresponde ao rácio da diferença entre o X^2 do modelo ajustado e o modelo nulo ▪ < 0,80 (mau ajustamento); entre 0,83 (limiar de aceitabilidade) e 0,90 (ajustamento aceitável); ≥ 0,90 (bom ajustamento)
CFI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corresponde a uma versão melhorada do NFI, pois permite corrigir a subestimação que ocorrem no NFI ▪ 0 (ajustamento pobre); entre 0,80 e 0,90 (ajustamento aceitável); ≥ 0,90 (bom ajustamento); = 1 (ajustamento perfeito)

Fonte: Hair et al. (1998); Marôco (2010)

No que respeita aos índices de medidas parcimoniosas, estes são obtidos pela correção dos índices absolutos de ajustamento com um fator de penalização associado à complexidade do modelo (Marôco, 2010). Os indicadores de parcimónia mais utilizados são o *Parsimonious Normed Fit Index* (PNFI) e *Parsimonious Goodness-of-Fit Index* (PGFI) (Hair et al, 1998; Marôco 2010).

Tabela 12 - Medidas parcimónias

Medidas Parcimónias	
Índice	Interpretação
PNFI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajusta o NFI pelos graus de liberdade
PGFI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ajusta o GFI pelos graus de liberdade ▪ Varia entre 0 e 1, sendo que os valores maiores indicam maior parcimónio do modelo

Fonte: Hair et al. (1998); Marôco (2010)

4.2.4.1.5 Especificação do modelo estrutural

Na quinta fase do desenvolvimento do MEE, procede-se à especificação do modelo estrutural. Esta etapa estabelece as relações de influência entre os construtos, conforme delineado no modelo conceptual proposto. Durante o desenvolvimento do modelo estrutural, utilizam-se índices de modificação calculados pelo *software* AMOS (Marôco, 2010).

4.2.4.1.6 Avaliação do modelo estrutural

A sexta fase no desenvolvimento do MEE envolve verificar a validade do modelo estrutural e a confirmação das relações teóricas propostas. Isso inclui a avaliação das medidas de ajuste do modelo e verificação da significância estatística das principais relações teóricas. Nesta fase, são testadas as hipóteses de relação direta apresentadas no modelo conceptual e caso alguma das hipóteses apresente o *p-value* > 0,05, o modelo deve ser revisto. Adicionalmente, são analisados os efeitos diretos (impacto de uma variável preditora numa variável de resultado) e os efeitos indiretos (efeito de uma variável numa variável de resultado) das relações estabelecidas no modelo teórico (Tood et al., 2007).

O capítulo seguinte apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos no desenvolvimento do trabalho empírico. Primeiramente, é analisado o estudo qualitativo e apresentados os resultados da entrevista à OCC. Em segundo lugar, é efetuada a análise preliminar dos dados, seguida da avaliação ao modelo de medida e estrutural. Por último, apresenta-se a discussão dos resultados.

CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da entrevista realizada. Na análise serão destacados os pontos relevantes da entrevista de modo a estabelecer uma relação com a fundamentação teórica apresentada na revisão da literatura, essencialmente no que respeita às competências dos CC.

Este capítulo dedica-se também à análise dos dados e discussão dos resultados obtidos através da utilização de técnicas estatísticas. A análise de dados inclui: (1) a análise preliminar de dados em falta e caracterização da amostra; (2) a avaliação do modelo de medida e (3) a análise do modelo estrutural. Por fim, o capítulo conta com a discussão dos resultados.

5.1 Entrevista

5.1.1 Resultados

A entrevista semiestruturada realizada à OCC forneceu uma visão abrangente sobre as competências dos CC, barreiras e desafios associados ao relato da sustentabilidade. O resultado da entrevista conta no apêndice 5.

O primeiro ponto abordado na entrevista refere-se às competências dos CC necessárias à elaboração dos relatórios de sustentabilidade. A OCC destaca que os CC, devido à natureza exigente e em constante evolução da sua profissão, estão preparados para acompanhar as transformações que surgem, quer no âmbito dos normativos contabilísticos, quer em matérias conexas, como a sustentabilidade. A formação contínua, uma exigência da profissão, proporciona-lhes as ferramentas necessárias para valorizar e refletir adequadamente as questões ESG nos relatórios, conferindo-lhes as competências exigidas para este tipo de relato.

No que se refere à atuação da OCC na preparação dos seus membros para o relato da sustentabilidade, o entrevistado referiu que a entidade reguladora tem desempenhado um papel fundamental. A Ordem tem estado na vanguarda de todos os temas relacionados com a profissão, e a sustentabilidade tem sido uma prioridade. A OCC tem promovido vários eventos sobre o tema em discussão, no sentido de preparar os profissionais para os desafios atuais da contabilidade sustentável. Entre esses eventos, destaca-se a Conferência “Contabilidade e Sustentabilidade”, que discutiu a evolução da contabilidade no contexto da sustentabilidade, com foco no presente e no futuro da profissão. Outro evento importante foi o 7º Congresso dos CC, que abordou temas como o relato não financeiro, responsabilidade empresarial e empreendedorismo social, além de destacar a

importância da certificação das práticas ambientais, sociais e de *governance*. Além disso, a OCC organizou, um Conferência em Braga sobre os “Novos desenvolvimentos no relato da sustentabilidade”, abordando as exigências legais e os desafios para as empresas ao integrar práticas de sustentabilidade nos relatórios. No plano de formação, a Ordem inclui várias sessões destinadas a capacitar os contabilistas para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade reforçando assim, o compromisso da OCC com a formação contínua aos contabilistas, capacitando-os para apoiar as empresas na adoção de práticas no âmbito da sustentabilidade.

A adoção das normas de sustentabilidade, nomeadamente as IFRS S1 e S2, representa, segundo a OCC, um marco significativo na melhoria da qualidade dos relatórios. A harmonização dos requisitos de divulgação de informação financeira e de sustentabilidade, bem como a inclusão de riscos e oportunidades relacionadas ao clima, constituem um avanço importante. No entanto, a OCC identifica algumas limitações, nomeadamente a falta de métricas claras que permitam alinhar a interpretação e aplicação das normas ao relato da sustentabilidade das empresas. Ainda assim, os CC estão preparados para implementar estas normas e responder às exigências dos *stakeholders*, como investidores, clientes e entidades financeiras, que cada vez mais valorizam as boas práticas ESG.

Relativamente aos impactos positivos e negativos da adoção das normas de sustentabilidade, a OCC sublinha que, pela positiva, os CC, enquanto especialistas, estão capacitados para aplicar as normas e elaborar os relatórios de sustentabilidade. Contudo, são mencionadas algumas dificuldades, incluindo a falta de informação por parte das entidades sobre as suas práticas de sustentabilidade, o que representa um desafio significativo para a elaboração de relatórios mais precisos e completos. A falta de boas práticas de sustentabilidade dentro das organizações dificulta o trabalho dos contabilistas na recolha e tratamento de dados relevantes para o relato da sustentabilidade.

As barreiras na preparação da informação sobre sustentabilidade estão, segundo a OCC, fortemente relacionadas com a ausência de conhecimento por parte de gestores e empresários sobre as boas práticas de sustentabilidade. Esta lacuna cria dificuldades na implementação de políticas e ações no âmbito da sustentabilidade, o que, por sua vez, afeta a qualidade da informação fornecida aos CC para a elaboração dos relatórios. Adicionalmente, a interpretação e aplicação das normas de sustentabilidade são vistas como um desafio, uma vez que apesar de serem estabelecidas com base em princípios e padrões claros, a sua aplicabilidade prática pode ser complexa, especialmente em

empresas que ainda não estão familiarizadas com este tipo de relato. No entanto, a OCC disponibiliza várias formas de apoio técnico e formativo aos membros, de modo a garantir a correta interpretação e aplicação das normas de sustentabilidade.

No que diz respeito à adaptação da OCC às mudanças globais no cenário da contabilidade, particularmente no que concerne à sustentabilidade, a Ordem destaca-se pela sua posição de liderança. Assim, a OCC tem sido pioneira na publicação de relatórios de sustentabilidade, incluindo relatórios trimestrais intercalares e anuais que seguem as melhores práticas internacionais de sustentabilidade. Estes documentos servem como exemplo e modelo para os CC e para outras entidades, reforçando o papel da OCC como um agente de mudança no contexto da adoção de práticas de sustentabilidade no relato.

A entrevista revela que os CC, com o apoio contínuo da OCC, estão bem preparados para enfrentar os novos desafios colocados pela integração da sustentabilidade nos relatórios. Contudo, o sucesso desta transição depende, em grande medida, da colaboração entre as empresas e os profissionais da contabilidade, sendo fundamental que as empresas adotem práticas de sustentabilidade e forneçam informação de qualidade para que os contabilistas possam desempenhar o seu papel de forma eficaz. A OCC, por outro lado, continua a liderar o processo de adaptação às novas exigências globais, proporcionando aos membros da Ordem o suporte necessário para a implementação das normas de sustentabilidade e promovendo a adoção de práticas de sustentabilidade.

Concluindo, a relação entre o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade, as competências dos CC e a perceção da qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade é intrínseca e complexa. O envolvimento da gestão na sustentabilidade é um fator determinante para o desenvolvimento das competências necessárias nos CC e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade da informação sobre a sustentabilidade. A atuação proativa da OCC, aliada ao envolvimento da gestão, é essencial para garantir que os relatórios da sustentabilidade sejam precisos, completos e capazes de satisfazer as expectativas dos *stakeholders*.

Os resultados desta entrevista sugerem que o envolvimento da gestão na sustentabilidade e o conhecimento das normas de relato da sustentabilidade poderão ser relevantes para o exercício competente das funções dos CC, e, conseqüentemente, para a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade.

5.2 Inquérito por Questionário

5.2.1 Análise preliminar dos dados

Antes de avaliar o modelo proposto, procede-se a uma análise preliminar dos dados. Esta etapa tem como finalidade preparar os dados e verificar se cumprem os requisitos necessários para a análise do modelo de medida e estrutural. Além disso, a caracterização da amostra deve ser realizada antes da avaliação do modelo teórico.

5.2.2 Tratamento de dados em falta

De acordo com Grung e Manne (1998), os valores ausentes são definidos como aqueles que ocorrem quando os inquiridos não respondem a perguntas do questionário. Contudo, dado que o questionário aplicado neste estudo não permitia omissões, não se registaram valores em falta. A obrigatoriedade de resposta para todas as questões foi uma característica intencional para garantir um conjunto de dados completo e consistente.

5.2.3 Análise da tendência central e da normalidade

A avaliação da normalidade dos dados foi realizada no *software* SPSS, utilizando o teste *Kolmogorov-Smirnov* indicado para amostras com mais de 50 observações. Os resultados indicam que os dados não seguem uma distribuição normal, uma vez que o *p-value* é inferior a 0,05 (apêndice 6) (Varsha et al., 2019).

No entanto, a validade dos índices de ajustamento e das estimativas dos parâmetros não é comprometida neste estudo, dado que não há evidências de uma violação extrema da normalidade (assimetria $> 2 - 3$ e a curtose $> 7 - 10$) (apêndice 7) (Marôco, 2010).

5.2.4 Análise de dados extremos

A análise *boxplot* realizada no *software* estatístico SPSS é uma técnica que permite identificar os *outliers*, ou seja, valores que se desviam consideravelmente da maioria dos dados. No entanto, após análise aos *outliers*, opta-se por manter as variáveis com *outliers*, uma vez que são representativas da população. Isto deve-se ao facto de que, na escala de 5 pontos de *Likert*, os *outliers* encontram-se no intervalo de 1 a 5 (Hair et al., 1998).

5.2.5 Análise da dimensão da amostra

No que respeita à dimensão da amostra existem divergências na literatura quanto à definição mais adequada. Hair et al. (2009) destacam que o MEE é particularmente sensível à dimensão da amostra, em comparação com outros métodos estatísticos. A determinação apropriada da dimensão da amostra deve ter em consideração vários fatores, conforme delineado por Hair et al. (2009): (1) a normalidade multivariada dos dados; (2) método de estimação utilizado; (3) complexidade do modelo; (4) número de dados omissos e (5) média da variância dos erros entre os indicadores reflexivos.

Os autores sintetizam a discussão sobre a dimensão da amostra de acordo com a tabela 13, que se apresenta de seguida.

Tabela 13 - Dimensão da amostra

Análise da dimensão da amostra	
Dimensão	Condições
100	Modelos que possuem até cinco construtos, cada um com três ou mais indicadores, todos apresentando altas comunalidades (0,6 ou superior)
150	Modelos que possuem até sete construtos, sem construtos sub-identificados, mas com indicadores que têm comunalidades moderadas (superiores a 0,5)
300	Modelos que possuem até sete construtos, incluindo construtos sub-identificados (com menos de três indicadores cada) e indicadores com comunalidades baixas (inferiores a 0,45)
500	Modelos com um grande número de construtos, incluindo construtos sub-identificados (com menos de três indicadores) e alguns indicadores com comunalidades baixas

Fonte: Marôco (2010); Hair et al. (2009)

A estimação através do MEE tem como objetivo determinar um conjunto de parâmetros que reproduza da melhor forma possível a matriz de covariâncias observadas. Neste estudo empírico, utilizou-se o método da máxima verossimilhança (*Maximum Likelihood*), reconhecido pela sua eficiência e por ser apresentada uma amostra superior a 200 observações (Laros, 2007). Este método continua a ser o método padrão em muitos programas estatísticos, incluindo no *software* AMOS, devido à sua robustez e ampla aplicabilidade (Jannoo et al., 2015).

A amostra da investigação com 213 observações é considerada adequada para o presente estudo, e essa adequação é justificada pelos critérios discutidos na literatura e

acima mencionados. Por conseguinte, a amostra ao respeitar estas condições, proporciona uma base sólida para a análise de dados.

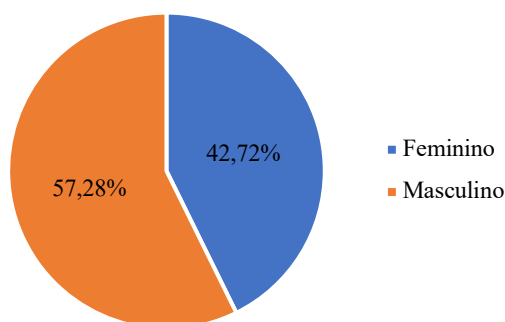
5.2.6 Caracterização da amostra

Neste subponto apresenta-se o perfil dos inquiridos e efetua-se uma breve caracterização das empresas que estes representam.

5.2.6.1 Caracterização dos inquiridos

Neste estudo, a amostra é composta predominantemente por homens (57,28%) e com uma representação feminina de 42,72% (figura 7).

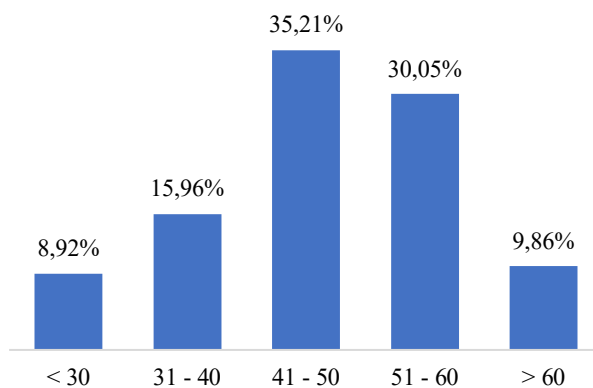
Figura 7 - Género



Fonte: Elaboração própria

A faixa etária dos respondentes (figura 8) está maioritariamente concentrada entre os 41 e 50 anos (35,21%), seguida da faixa entre os 51 e 60 anos (30,05%), indicando que a maioria dos inquiridos tem mais de 40 anos.

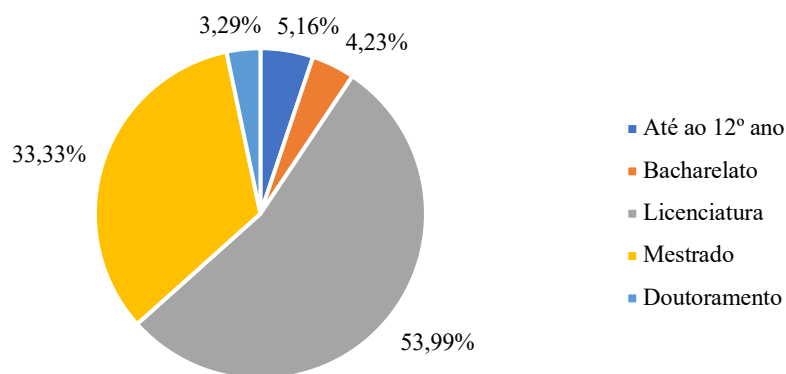
Figura 8 - Faixa etária



Fonte: Elaboração própria

Em termos de qualificações académicas (figura 9), mais de metade dos inquiridos possui Licenciatura (53,99%), seguindo-se os detentores de Mestrado (33,33%). Apenas 5,16% têm até ao 12º ano e 3,29% possuem doutoramento, o que reflete um elevado nível de formação dos inquiridos.

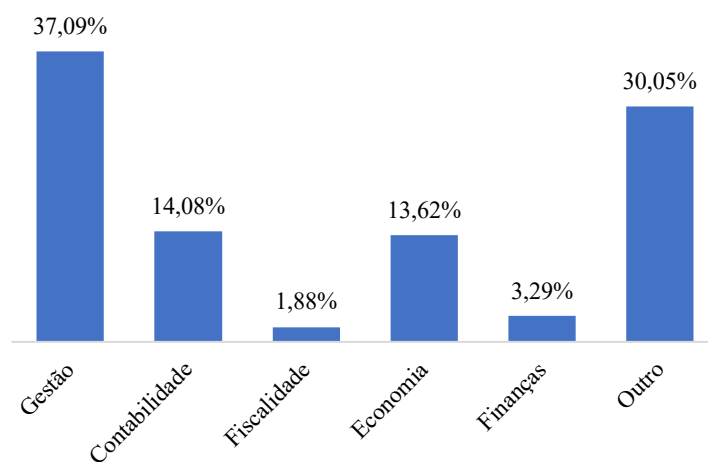
Figura 9 - Grau de escolaridade



Fonte: Elaboração própria

A área de formação mais comum é a Gestão (37,09%), seguida da Contabilidade (14,08%) e Economia (13,62%). A categoria “Outro” representa 30,05% dos respondentes, sugerindo a existência de diversidade no que diz respeito à formação académica dos gestores, a qual não se restringem às áreas tradicionais, como por exemplo Engenharia (figura 10).

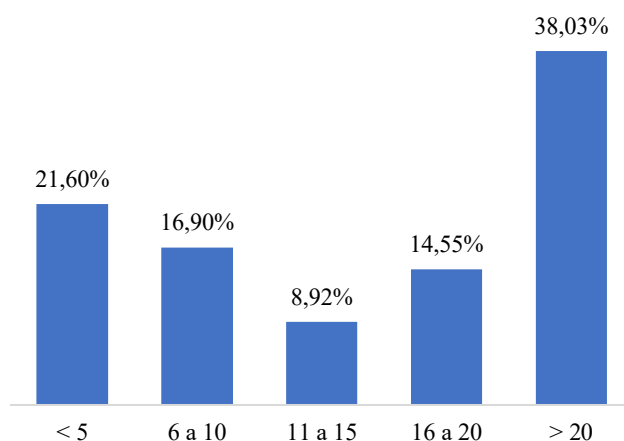
Figura 10 - Área de formação



Fonte: Elaboração própria

A experiência profissional dos inquiridos é vasta, com 38,03% a deter mais de 20 anos de experiência. Aliás, a maioria dos inquiridos tem mais de 15 anos de experiência e apenas 21,60% tem menos de 5 anos de experiência, demonstrando que a amostra inclui tanto profissionais veteranos como mais jovens no mercado de trabalho (figura 11).

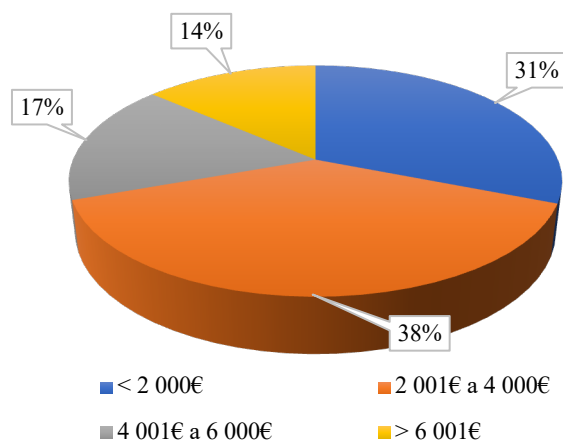
Figura 11 - Anos de experiência



Fonte: Elaboração própria

Em relação à remuneração, a faixa salarial mais comum é entre 2 001 e 4 000 euros (38%), seguida pela faixa até 2 000 euros (31%). Na amostra há, ainda, inquiridos, 17%, que ganham entre 4 001 e 6 000 euros e que recebem mais de 6 001 euros mensais, 14%, indicando que a maioria dos inquiridos tem uma remuneração mensal até 4 000 euros (figura 12).

Figura 12 - Remuneração

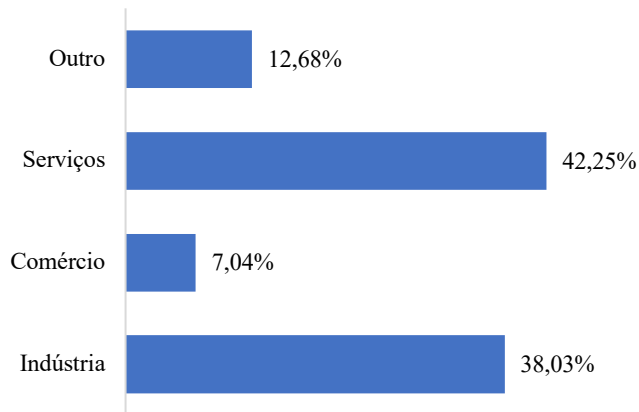


Fonte: Elaboração própria

5.2.6.2 Caracterização da empresa

Os dados apresentados de seguida revelam que a maior parte das empresas, nos quais os inquiridos desenvolvem funções, atua no setor dos serviços (42,25%), seguido pela indústria (38,03%), comércio (7,04%) e outras atividades (12,68%) (figura 13).

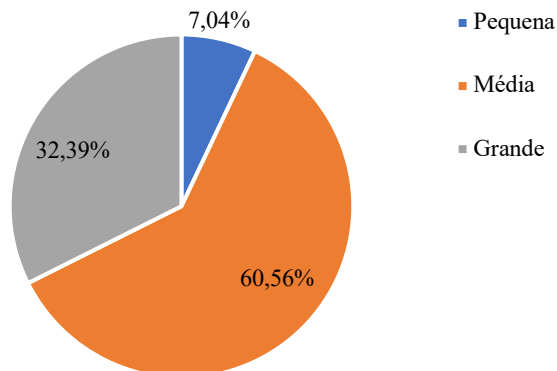
Figura 13 - Setor de atividade



Fonte: Elaboração própria

Quanto à dimensão das empresas, a maioria está representada por médias empresas (60,56%), estando uma grande parte da amostra também representada por grandes empresas (32,29%). As restantes empresas constituem uma pequena parte da amostra, apenas 7,04% (figura 14).

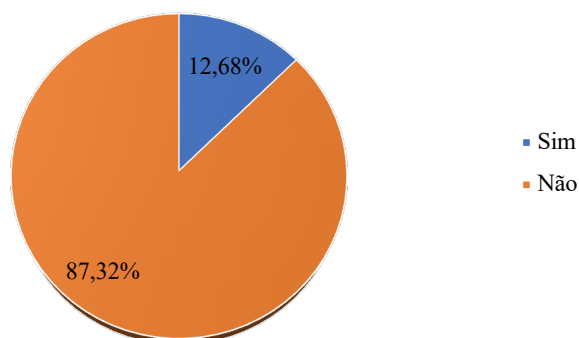
Figura 14 - Dimensão da empresa



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à cotação em bolsa, a esmagadora maioria das empresas (87,32%) não se encontra cotada, enquanto apenas 12,68% das empresas da amostra não está cotada em bolsa (figura 15).

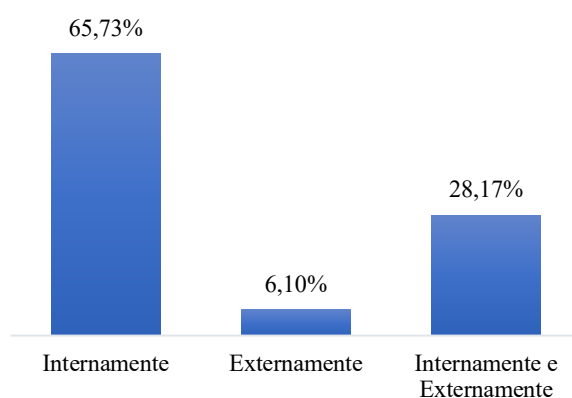
Figura 15 - Cotação em bolsa



Fonte: Elaboração própria

Os serviços de contabilidade (figura 16) são maioritariamente assegurados internamente (65,73%), embora algumas empresas recorram a uma combinação de serviços internos e externos (28,17%). Uma pequena parte da amostra utiliza exclusivamente serviços externos (6,10%).

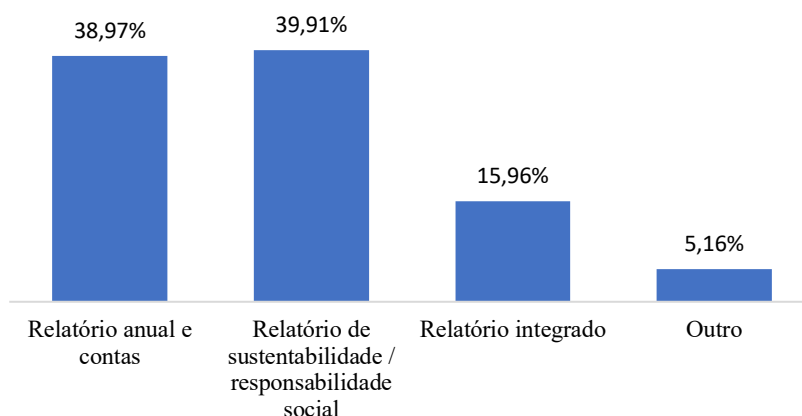
Figura 16 - Tipologia dos serviços de contabilidade



Fonte: Elaboração própria

As empresas utilizam diferentes documentos para divulgar informação sobre sustentabilidade, sendo os mais comuns o relatório de sustentabilidade/responsabilidade social (39,91%) e o relatório anual e contas (38,97%). O relatório integrado é utilizado por 15,96% das empresas, enquanto 5,16% usa outras ferramentas de divulgação (figura 17).

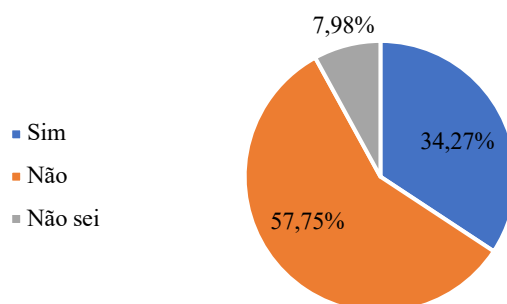
Figura 17 - Meios de divulgação de informação sobre sustentabilidade



Fonte: Elaboração própria

Por fim, 34,27% das empresas pertence a setores considerados ambientalmente críticos. Contudo 7,98% dos inquiridos não sabe se a sua empresa se enquadra nessa categoria (figura 18).

Figura 18 - Empresa pertence a setor ambientalmente crítico



Fonte: Elaboração própria

5.2.7 Avaliação do modelo de medida

Conforme se pode verificar na tabela 14, os resultados da avaliação do modelo de medida inicial revelam um ajustamento inaceitável em todas as dimensões. Desta forma, optou-se por se melhorar o ajustamento do modelo de medida com base no peso fatorial (coeficiente > 0,5) e nos índices de modificação gerados pelo *software* AMOS (Fornell & Larcker, 1981).

Posteriormente, efetuou-se uma nova avaliação ao modelo de medida designado de modelo de medida revisto e resultaram modelos com ajustamentos razoáveis. É relevante referir que todos os índices apresentaram uma melhoria substancial e encontram-se dentro dos valores de referência estabelecidos por Hair et al. (1998) e Marôco (2010).

Tabela 14 - Medidas de ajustamento dos construtos antes e após o ajustamento

		Medidas Absolutas			Medidas Incrementais			Medidas parcimoniosas	
		X ² / gl	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
NEGS	mmi	5,77	0,15	0,93	0,83	0,94	0,95	0,56	0,40
	mmr	2,22	0,08	0,98	0,94	0,98	0,99	0,49	0,33
NES	mmi	3,73	0,11	0,98	0,92	0,99	0,99	0,33	0,20
	mmr	3,73	0,09	0,98	0,92	0,99	0,99	0,33	0,20
CCC	mmi	6,01	0,15	0,88	0,78	0,90	0,91	0,64	0,49
	mmr	2,34	0,08	0,96	0,91	0,97	0,98	0,55	0,43
NCNR	mmi	5,35	0,14	0,98	0,88	0,98	0,98	0,33	0,20
	mmr	2,10	0,07	1,00	0,95	1,00	1,00	0,17	0,10
BDS	mmi	17,78	0,28	0,83	0,61	0,79	0,80	0,47	0,36
	mmr	2,58	0,09	0,98	0,91	0,98	0,99	0,39	0,28
QDIS	mmi	11,31	0,22	0,82	0,64	0,78	0,80	0,52	0,41
	mmr	2,12	0,07	0,97	0,93	0,97	0,98	0,46	0,35

Legenda: mmi (modelo de medida inicial); mmr (modelo de medida revisto).

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*

CCC – Competências dos contabilistas certificados

QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

A tabela 15 apresenta os itens eliminados e retidos na análise da avaliação do modelo de medida.

Tabela 15 - Itens eliminados e retidos pela Análise Fatorial Confirmatória

NEGS	NES	CCC	NCNR	BDS	QDIS
✗ NEGS5	✗	✗ CCC1 CCC6	✗ NCNR1	✗ BDS5 BDS6	✗ QDIS1
✓ NEGS1 NEGS2 NEGS3 NEGS4 NEGS6	✓ NES1 NES2 NES3 NES4	✓ CCC2 CCC3 CCC4 CCC5 CCC7 CCC8	✓ NCNR2 NCNR3 NCNR4	✓ BDS1 BDS2 BDS3 BDS4	✓ QDIS2 QDIS3 QDIS4 QDIS5 QDIS6 QDIS7

Legenda:

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*

CCC – Competências dos contabilistas certificados

QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

Para avaliar a adequabilidade do modelo de medida, foram analisados a unidimensionalidade, a validade e a fiabilidade dos construtos do modelo teórico proposto. A tabela 16 apresenta esses indicadores, mostrando que todos os itens estão significativamente associados aos seus respectivos construtos, o que confirma a unidimensionalidade das dimensões (Fornell & Larcker, 1981; Marôco, 2010; Steenkamp & van Trijp, 1991). Ao analisar a unidimensionalidade dos diferentes construtos, observa-se que todos os itens estão significativamente associados aos seus respectivos construtos ($> 0,50$), o que valida a unidimensionalidade dos construtos em análise (Marôco, 2010). Quanto à fiabilidade, que é medida pela CR, esta demonstra-se adequada em todos os construtos, apresentando valores superiores a 0,70 o que garante a fiabilidade do modelo (Marôco, 2010). A validade convergente e a validade discriminante são evidenciadas pelos CE e pelos valores da VEM, respetivamente, que atendem aos critérios

estabelecidos, apresentando valores superiores a 0,50 (Fornell & Larcker, 1981; Steenkamp & van Trijp, 1991).

Tabela 16 - Análise Fatorial Confirmatória de cada construto

Construto		CE
Nível de Envolvimento da Gestão na Sustentabilidade (CR = 0,95; VEM = 0,66)		
NEGS1	Na empresa existe um compromisso da gestão com a integração de práticas sustentáveis na sua estratégia.	0,827 ***
NEGS2	Na empresa há comprometimento com as práticas de gestão ambiental e socialmente responsáveis.	0,927***
NEGS3	As práticas de gestão de recursos humanos nas empresas incorporam preocupações ambientais e sociais.	0,709 ***
NEGS4	A empresa dedica recursos às práticas ambientais e socialmente responsáveis.	0,784***
NEGS6	Os gestores demonstram um elevado nível de envolvimento na sustentabilidade / responsabilidade social.	0,807 ***
Nível de Envolvimento dos Stakeholders (CR = 0,94; VEM = 0,70)		
NES1	A empresa no âmbito da sustentabilidade, atende às expectativas dos <i>stakeholders</i> / partes interessadas.	0,838 ***
NES2	A empresa valoriza o envolvimento dos <i>stakeholders</i> na estratégia de sustentabilidade.	0,882 ***
NES3	Os <i>stakeholders</i> estão envolvidos em iniciativas sobre sustentabilidade.	0,822 ***
NES4	Os valores pessoais dos <i>stakeholders</i> desempenham um papel significativo no compromisso da empresa com questões ambientais e sociais.	0,801 ***
Competências dos Contabilistas Certificados (CR = 0,95; VEM = 0,64)		
CCC2	O Contabilista Certificado tem manifestado uma conduta ética e íntegra em todas as suas atividades.	0,812 ***
CCC3	O Contabilista Certificado executa as suas tarefas de forma eficaz.	0,947 ***
CCC4	O Contabilista Certificado tem demonstrado uma atitude crítica e questionadora ao analisar informações no exercício da sua profissão.	0,703 ***
CCC5	O Contabilista Certificado detém competências digitais essenciais para se adaptar às exigências atuais.	0,766 ***
CCC7	O Contabilista Certificado tem as competências necessárias para lidar eficazmente com a preparação e divulgar informação sobre questões ambientais e sociais nos relatórios da empresa ou outros meios de divulgação.	0,741 ***

Construto		CE
CCC8	O Contabilista Certificado tem elevada competência para o exercício da profissão.	0,805 ***
Nível de Conhecimento das Normas de Relato da Sustentabilidade (CR = 0,95; VEM = 0,77)		
NCNR2	Detenho um elevado conhecimento sobre as normas aplicáveis ao relato da informação sobre sustentabilidade.	0,833 ***
NCNR3	Detenho um elevado conhecimento sobre o teor das diretivas europeias sobre o relato da sustentabilidade.	0,923 ***
NCNR4	Detenho um elevado conhecimento sobre as normas GRI.	0,870 ***
Benefícios da Divulgação sobre Sustentabilidade (CR = 0,95; VEM = 0,72)		
BDS1	A divulgação de informação sobre a sustentabilidade nos relatórios empresariais influencia positivamente a cultura organizacional.	0,889 ***
BDS2	A divulgação de informação sobre questões ambientais e sociais nos relatórios empresariais promove mudanças proativas no âmbito da sustentabilidade por parte dos <i>stakeholders</i> internos (p.e. gestores, sócios e colaboradores).	0,839 ***
BDS3	A divulgação de iniciativas no âmbito da sustentabilidade / responsabilidade social contribui para uma melhor perceção do desempenho da empresa em termos de sustentabilidade por parte dos <i>stakeholders</i> .	0,840 ***
BDS4	A divulgação de informação sobre questões ambientais e sociais têm impacto positivo na reputação da empresa.	0,814 ***
Qualidade da Divulgação de Informação sobre Sustentabilidade (CR = 0,95; VEM = 0,63)		
QDIS2	A informação sobre a sustentabilidade divulgada é oportuna.	0,940 ***
QDIS3	A informação sobre a sustentabilidade divulgada é isenta de juízos de valor.	0,744 ***
QDIS4	A informação sobre a sustentabilidade é cuidadosamente preparada para assegurar a sua qualidade.	0,782 ***
QDIS5	A exatidão das informações sobre a sustentabilidade é relevante para a tomada de decisões.	0,798 ***
QDIS6	A informação sobre a sustentabilidade é facilmente compreendida pelo seu utilizador.	0,770 ***
QDIS7	A informação sobre a sustentabilidade inclui toda a informação necessária para a tomada de decisões.	0,713 ***
<p>Legenda:</p> <p>CE (Coeficiente Estandarizado); CR (<i>Composite Reliability</i>); VEM (Variância Extraída Média); *** (Valor significativo para $p < 0.1\%$).</p> <p>O cálculo da CR e VEM dos construtos encontra-se nos apêndices de 8 ao 13.</p>		

Fonte: Elaboração própria

5.2.8 Avaliação do modelo estrutural

Neste subponto, procede-se à avaliação do modelo teórico proposto e ao teste das hipóteses de pesquisa formuladas (H1- H8). Neste tipo de investigação, é essencial o uso de técnicas que possibilitem a otimização do ajuste do modelo teórico inicialmente proposto. Portanto, a seguir são apresentados os resultados tanto do modelo teórico inicial quanto do modelo revisto.

5.2.8.1 Avaliação do modelo estrutural inicial

Através da análise dos índices de ajustamento (tabela 17), o modelo apresenta um ajuste geral razoável. As medidas absolutas e parcimoniosas, com exceção do GFI encontram-se dentro dos valores de referência. No entanto, as medidas incrementais, NFI e CFI, encontram-se abaixo dos valores recomendados, o que sugere que o modelo necessita ser ajustado.

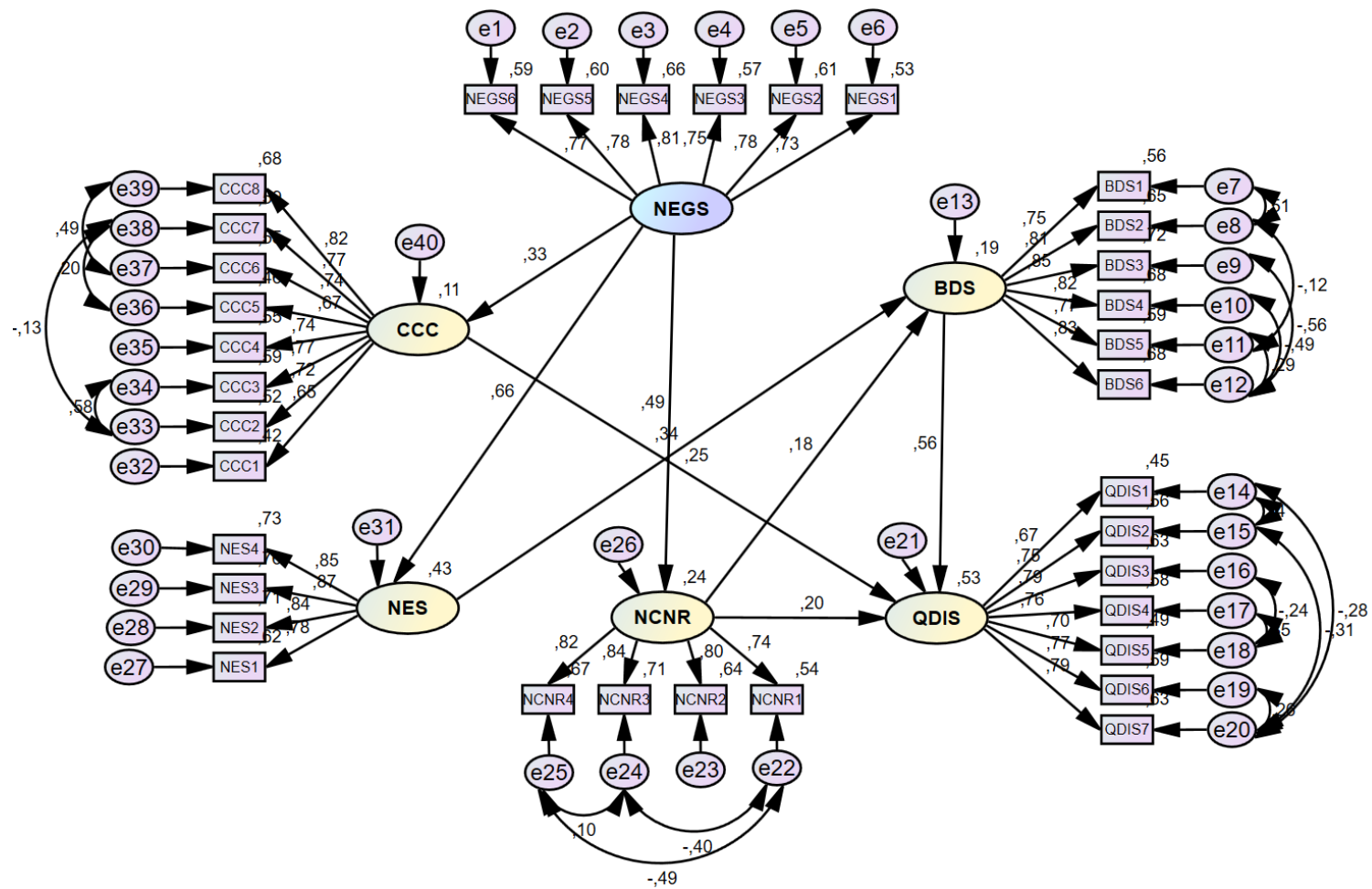
Tabela 17 - Medidas de ajustamento do modelo estrutural inicial

	Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniosas	
	X ² /g.l.	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
Medidas	2,83	0,093	0,705	0,684	0,705	0,786	0,696	0,658
Medidas de referência	< 3 Bom ajustamento	0,08 a 0,09 Ajustamento aceitável	< 0,90 Mau ajustamento	> 0,80 Ajustamento aceitável	< 0,80 Mau Ajustamento		0,60 a 0,80 Bom Ajustamento	
Autores	Hair et al. (1998); Marôco (2010)							

Fonte: Elaboração própria

De seguida apresentam-se os resultados da avaliação do modelo estrutural após a inclusão de covariâncias de erros, conforme recomendado pelos índices de modificação do *software* AMOS. Esta prática permite aprimorar a qualidade do ajuste do modelo, abordando questões de unidimensionalidade e otimizando o ajuste geral (Baumgartner & Homburg, 1996; Ping, 2004). A figura 19 mostra os resultados do modelo inicial com coeficientes estandardizados.

Figura 19 - Diagrama do modelo teórico inicial



Legenda:

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade
 BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*
 CCC – Competências dos contabilistas certificados

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade
 QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria no *software* AMOS

No modelo estrutural inicial, todas as hipóteses foram suportadas, uma vez que todas as variáveis apresentavam significância estatística ($p > 0,05$). No entanto, procurou-se melhorar a qualidade do modelo, em particular alcançar índices com valores considerados como “bom ajustamento”, com a revisão do modelo inicial.

5.2.8.2 Avaliação do modelo estrutural revisto

Da revisão do modelo estrutural, resultou na remoção dos itens: NEGS5; BDS5; BDS6; QDIS1; NCNR1; CCC1 e CCC6.

O modelo teórico foi revisto, de uma forma geral, apresenta um bom ajuste de acordo com as medidas de referência (tabela 18). O *Normed Chi-square* indica um bom ajuste, assim como as medidas CFI, PNFI e PGFI. O RMSEA está dentro dos parâmetros razoáveis, e os índices AGFI e NFI também exibem valores aceitáveis.

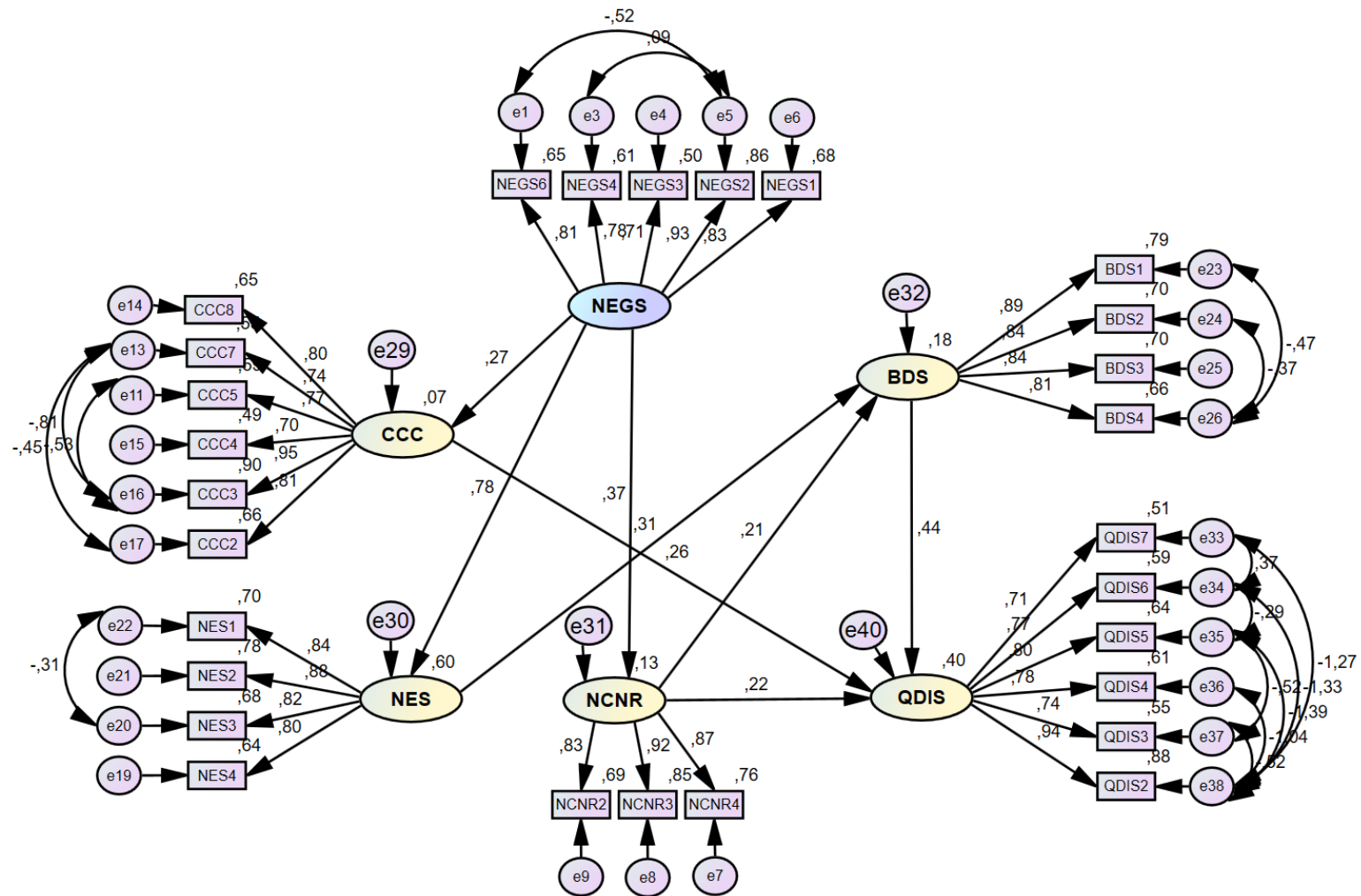
Tabela 18 - Medidas de ajustamento do modelo estrutural revisto

	Medidas absolutas			Medidas incrementais			Medidas parcimoniosas	
	X ² /g.l.	RMSEA	GFI	AGFI	NFI	CFI	PNFI	PGFI
Medidas	1,803	0,062	0,836	0,802	0,859	0,931	0,766	0,694
Ajustamento	Bom ajustamento	Ajustamento razoável	Ajustamento aceitável	Ajustamento aceitável		Bom ajustamento	Bom ajustamento	
Autores	Hair et al. (1998); Marôco (2010)							

Fonte: Elaboração própria

O modelo estrutural revisto apresenta as mesmas covariâncias dos erros adicionados ao modelo inicial, o que revelou uma ligeira melhoria das medidas de ajustamento (figura 20).

Figura 20 - Diagrama do modelo teórico revisto



Legenda:

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade
 BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*
 CCC – Competências dos contabilistas certificados

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade
 QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria no *software* AMOS

Os resultados da análise do modelo estrutural revisto indicam que existe uma relação positiva e significativa entre todas as relações estabelecidas no modelo teórico ($p < 0,001$). A tabela 19 apresenta os resultados da avaliação do modelo estrutural revisto.

Tabela 19 - Resultados da avaliação do modelo teórico revisto

Hipóteses	Parâmetros	Coefficiente estandardizado	Coefficiente não estandardizado	<i>p-value</i>	R^2
H1	NEGS - CCC	0,242	0,266	***	0,07
H2	NEGS - NES	0,749	0,778	***	0,60
H3	NEGS - NCNR	0,509	0,366	***	0,13
H4	NES - BDS	0,297	0,313	***	0,18
H5	NCNR - BDS	0,141	0,215	0,003**	
H6	CCC - QDIS	0,291	0,260	***	0,40
H7	NCNR - QDIS	0,160	0,219	***	
H8	BDS - QDIS	0,487	0,438	***	

Legenda: R^2 : Coeficiente de determinação; *** valor significativo para 0,1%; ** valor significativo para 1%.

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

CCC – Competências dos contabilistas certificados

BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

Através da análise da tabela 19, constata-se que todas as hipóteses formuladas no estudo foram suportadas ($p < 0,001$). Estes resultados empíricos fornecem evidências que permitem suportar as 8 hipóteses propostas neste estudo.

Os resultados do estudo revelam que as empresas com gestores envolvidos na sustentabilidade são as que têm CC competentes ($\beta = 0,266$; $p < 0,001$), o que leva a suportar a H1.

A relação entre o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade e nível de envolvimento dos *stakeholders* (H2) é a que se apresenta com maior coeficiente ($\beta = 0,778$; $p < 0,001$), com a variável independente a explicar 60% da variância do nível de envolvimento dos *stakeholders*.

Os gestores com maior nível de envolvimento na sustentabilidade detêm melhor conhecimento das normas de relato da sustentabilidade coeficiente ($\beta = 0,366$; $p < 0,001$). Esta evidência estatística suporta a H3.

As relações entre o nível de envolvimento dos *stakeholders* e os benefícios da divulgação sobre sustentabilidade (H4) e entre o nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade e os benefícios da divulgação sobre sustentabilidade (H5), apresentam coeficientes com impacto significativo e moderado ($\beta = 0,313$; $\beta = 0,215$, respectivamente, $p < 0,01$). Ambas as variáveis (nível de envolvimento dos *stakeholders* e o nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade) explicam 18% da variação nos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade.

Por sua vez, os resultados, relativos às hipóteses H6, H7, H8 indicam que as variáveis competências dos CC, nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade e benefícios da divulgação sobre sustentabilidade têm uma relação significativa com a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade ($\beta = 0,260$; $\beta = 0,219$; $\beta = 0,438$ respectivamente, $p < 0,001$). As variáveis do modelo explicam 40% da variância da qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade.

5.2.8.3 Avaliação do efeito direto, indireto e total

Adicionalmente, o estudo avalia os efeitos diretos, indiretos e totais. A análise do modelo estrutural permite calcular os efeitos diretos das relações definidas no modelo teórico. No entanto, é crucial também avaliar os efeitos indiretos e totais das variáveis. Portanto, a tabela 20 exhibe os efeitos diretos, indiretos e totais entre os construtos, conforme dados obtidos no *software* AMOS.

Tabela 20 - Efeitos direto, indireto e total

	NEGS	NES	NCNR	BDS	CCC	QDIS
Efeito Direto						
<i>NES</i>	0,778					
<i>CCC</i>	0,266					
<i>NCNR</i>	0,366					
<i>BDS</i>		0,313	0,215			
<i>QDIS</i>			0,219	0,438	0,260	
Efeito Indireto						
<i>NES</i>						
<i>CCC</i>						
<i>NCNR</i>						
<i>BDS</i>	0,322					
<i>QDIS</i>	0,290	0,137	0,094			
Efeito Total						
<i>NES</i>	0,778					
<i>CCC</i>	0,266					

	NEGS	NES	NCNR	BDS	CCC	QDIS
NCNR	0,366					
BDS	0,322	0,313	0,215			
QDIS	0,290	0,137	0,313	0,438	0,260	

Legenda:

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

CCC – Competências dos contabilistas certificados

BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao impacto da variável nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade, o modelo revisto revela que a mesma exerce uma influência direta sobre as variáveis nível de envolvimento dos *stakeholders*, competências dos CC e nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade. Assim, o efeito direto é igual ao efeito total, apresentando coeficientes estandardizados de 0,778; 0,266 e 0,366 respectivamente. A variável nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade também demonstra um efeito indireto sobre benefícios da divulgação sobre sustentabilidade e qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade, com coeficientes estandardizados de 0,322 e 0,290 respectivamente, e estes valores correspondem ao efeito total.

No que diz respeito à variável nível de envolvimento dos *stakeholders*, o efeito total é composto por um efeito direto e total de 0,313 nos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade e um efeito indireto e total de 0,137 na qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade.

A variável nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade demonstra um efeito direto e total nos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade com coeficientes estandardizados de 0,215 e um efeito direto e indireto de 0,219 e 0,094, respectivamente na qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade, que corresponde ao efeito total de 0,313.

A variável percepção dos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade apresenta um efeito direto e total de 0,438 na qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade, assim como a variável competências dos CC, que apresenta um coeficiente estandardizado de 0,260 que é explicado pelo efeito direto e total na qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade.

5.2.9 Discussão dos resultados

A primeira hipótese (H1) explora a relação entre o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade e as competências dos CC. Os resultados indicam que as empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade têm CC com mais competências, logo a H1 é suportada. As evidências empíricas vão ao encontro do estudo de Boiral e Gendron (2011) e Stancheva-Todorova (2020), uma vez que salientam a importância das empresas disporem de CC com as competências adequadas para apoiar a gestão em questões de sustentabilidade. Neste contexto, os CC desempenham um importante papel como consultores estratégicos das empresas (Stancheva-Todorova, 2020).

Relativamente à relação entre o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade e o nível de envolvimento dos *stakeholders*, os resultados indicam que as empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade têm um maior envolvimento com os seus *stakeholders* (H2). Esta conclusão destaca a importância de uma liderança ativa e comprometida com a sustentabilidade para a construção de relações sólidas com os *stakeholders* (Rodriguez-Melo & Mansouri, 2011). No mesmo sentido, Dick et al. (2021) e Wang et al. (2014) constataam, para uma amostra de empresas polacas e americanas, que o envolvimento da gestão na sustentabilidade é determinante para um maior envolvimento dos *stakeholders*.

Este estudo revelou ainda que as empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade detêm maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade, suportando a H3. Estas evidências corroboram o estudo de Dick et al. (2021), o qual revela que uma orientação ética e uma participação ativa da gestão na sustentabilidade são cruciais para o desenvolvimento de práticas no âmbito da sustentabilidade. Por conseguinte, o estudo revela ainda que a gestão comprometida com a sustentabilidade tende a estar mais familiarizada com as normas de relato da sustentabilidade. Também Williams e Schaefer (2013), no estudo realizado a empresas do Reino Unido, concluíram que a conformidade com as normas de relato da sustentabilidade reflete um maior envolvimento da gestão na sustentabilidade.

Em relação à quarta hipótese de investigação, os resultados revelam que as empresas com maior envolvimento dos *stakeholders* têm uma melhor perceção dos benefícios da informação sobre a sustentabilidade, dando suporte estatístico a esta hipótese. No mesmo sentido, vários autores (Dick et al., 2021; Manetti & Toccafondi, 2012; Wang et al., 2014 e Williams & Schaefer, 2013) verificam que o envolvimento

ativo dos *stakeholders* nas estratégias de sustentabilidade das empresas está associado a uma melhor percepção dos benefícios da divulgação de informação sobre a sustentabilidade.

A associação entre o conhecimento das normas de relato da sustentabilidade e a percepção dos benefícios da divulgação de sustentabilidade apresenta neste estudo resultados positivos e significativos estatisticamente, suportando a H5. A este respeito, a literatura sugere que um maior conhecimento dos normativos, como evidenciado por Usman (2020) e Yusliza et al. (2019), pode influenciar a percepção dos gestores sobre os benefícios da divulgação de sustentabilidade.

A relação entre as competências dos CC e a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade revelou-se estatisticamente significativa e positiva, o que suporta a H6. O estudo empírico é consistente com os resultados das investigações de Maxwell et al. (1997) e Stancheva-Todorova (2020) que referem que as competências dos CC são essenciais para a melhoria da qualidade dos relatórios da sustentabilidade.

As empresas com maior nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade apresentam qualidade na informação divulgada sobre esta matéria, o que leva a aceitar a H7. Estes resultados corroboram as conclusões de Clarkson et al. (2011) e Williams e Schaefer (2013), que destacam a importância do conhecimento aprofundado das normas de relato para a qualidade da informação divulgada. O estudo de Rodriguez-Melo e Mansouri (2011), aplicado aos gestores de empresas do Reino Unido, evidencia que um maior conhecimento das normas de relato está associado a uma melhor qualidade da divulgação da sustentabilidade.

Por último, as empresas com uma melhor percepção dos benefícios da divulgação da sustentabilidade apresentam informação sobre a temática com um maior índice de qualidade. A literatura sugere que a percepção dos benefícios da transparência motiva as empresas a aumentar a qualidade da informação sobre a sustentabilidade (Adams & Evans, 2004; Dick et al., 2021). Estes autores constataam que as empresas que reconhecem os benefícios associados à divulgação da sustentabilidade tendem a publicar relatórios com melhores níveis de qualidade, confirmando a H8.

No que diz respeito à avaliação do modelo teórico proposto, a tabela 21 sintetiza os resultados obtidos no teste das hipóteses que integram o modelo.

Tabela 21 - Hipóteses de Investigação formuladas no modelo teórico

Hipóteses	Hipóteses de Investigação		Resultados
H1	Empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade têm CC com mais competências.	NEGS – CCC	Suportada
H2	Empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade têm um maior envolvimento com os seus <i>stakeholders</i> .	NEGS – NES	Suportada
H3	Empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade detêm maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade.	NEGS – NCNR	Suportada
H4	Empresas com maior envolvimento dos <i>stakeholders</i> têm uma melhor perceção dos benefícios da divulgação de informação sobre a sustentabilidade.	NES – BDS	Suportada
H5	Empresas com maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade têm uma melhor perceção dos benefícios da divulgação de informação sobre sustentabilidade.	NCNR – BDS	Suportada
H6	Empresas que têm CC com maior nível de competências divulgam informação sobre sustentabilidade com maior índice de qualidade.	CCC – QDIS	Suportada
H7	Empresas com maior conhecimento das normas de relato da sustentabilidade divulgam informação sobre sustentabilidade com maior índice de qualidade.	NCNR – QDIS	Suportada
H8	Empresas com uma melhor perceção dos benefícios da divulgação de informação sobre sustentabilidade apresentam a informação com maior índice de qualidade.	BDS – QDIS	Suportada

Legenda:

NEGS – Nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NCNR – Nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

BDS – Benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

NES – Nível envolvimento dos *stakeholders*

CCC – Competências dos contabilistas certificados

QDIS – Qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria

Concluído este capítulo dedicado à análise e discussão dos resultados, é importante, por fim, expor as conclusões e limitações do presente estudo, assim como sugerir possíveis direções de investigações futuras.

Neste capítulo, são apresentadas as principais conclusões, as contribuições e as limitações do estudo, juntamente com sugestões para futuras investigações.

6.1 Principais conclusões

A evolução dos relatórios de sustentabilidade reflete o crescente compromisso das empresas em divulgar o seu desempenho económico, social e ambiental (Monteiro & Aibar-Guzmán, 2010). A qualidade destes relatórios é crucial na tomada de decisão por parte dos *stakeholders*, que dependem destas informações para avaliar o desempenho global das organizações (Eccles et al., 2014).

Desta forma, este estudo tem como objetivo principal desenvolver e avaliar um modelo teórico com vista a analisar os determinantes da qualidade do relato da sustentabilidade. Numa primeira fase, a investigação consiste em explorar a perceção da OCC sobre as competências dos CC, barreiras e desafios associados ao relato da informação sobre a sustentabilidade. Posteriormente, a investigação foca-se na análise dos fatores que influenciam a qualidade da divulgação sobre a sustentabilidade.

A entrevista à OCC salienta o importante papel dos CC para a qualidade dos relatórios de sustentabilidade e evidencia que os CC detêm as competências necessárias ao seu desenvolvimento no relato da sustentabilidade. No entanto, a OCC sugere que é necessário um melhor conhecimento/envolvimento da gestão na sustentabilidade para uma comunicação eficaz com os CC, o que pode contribuir para o desenvolvimento competente das suas funções e, conseqüentemente, para a qualidade do relato da sustentabilidade. Esta perspetiva corrobora a literatura, na qual Ofori-Owusu et al. (2024) e Stancheva-Todorova (2020) destacam que as competências destes profissionais são essenciais para garantir a qualidade do relato da sustentabilidade. A OCC também enfatiza a relevância da formação contínua, que é imperativa para que os contabilistas possam lidar de forma eficaz com as normas complexas sobre sustentabilidade. Esta afirmação está em consonância com os estudos de Adams e Evans (2004) e Maxwell et al. (1997), que sugerem que as empresas que dispõem de CC competentes tendem a divulgar informação sobre sustentabilidade com maior qualidade.

Em termos de barreiras e desafios do relato da sustentabilidade, a OCC, além de referir que a potencial falta de informação dos gestores sobre sustentabilidade possa dificultar a implementação/qualidade do relato da sustentabilidade, os CC enfrentam o desafio da interpretação e aplicação das normas de sustentabilidade, que apresentam um elevado nível de complexidade.

Na segunda fase da investigação a condução de uma análise de cariz quantitativo, baseada numa amostra de 213 empresas portuguesas, permitiu abordar de forma eficaz os oito objetivos específicos deste estudo.

Os resultados da H1 revelam que as empresas com maior envolvimento da gestão na sustentabilidade têm CC competentes. Esta evidência empírica permite suportar a primeira hipótese e vai ao encontro das evidências de Ascani et al. (2021), Boiral e Gendron (2011), Stancheva-Todorova (2020) e Wong e Millington (2014).

Neste estudo, os resultados destacam a importância da relação entre o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade e o nível de envolvimento dos *stakeholders* (H2). Os resultados revelam que 60% da variação no envolvimento dos *stakeholders* é explicada pelo nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade. Assim, neste estudo verifica-se uma relação positiva e significativa entre as variáveis mencionadas, corroborando com os estudos de Dick et al. (2021), Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) e Wang et al. (2014).

Relativamente à terceira hipótese de investigação, os resultados mostram evidências de que o nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade têm um impacto positivo e significativo no nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade, suportando, desta forma, a H3. Os resultados estão de acordo com os estudos de Adams e Evans (2004), Dick et al. (2021), Kolk e Perego (2008), Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) e Williams e Schaefer (2013).

A análise indica que o nível de envolvimento dos *stakeholders* tem influência na perceção dos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade (H4). Além disso, o nível de conhecimento das normas de relato também está positivamente relacionado com a perceção dos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade (H5). Os resultados da H4 são consistentes com os estudos de Altin e Yilmar (2023), Dick et al. (2021), Fernandez-Feijoo et al. (2014), Fuhrmann et al. (2017), Li et al. (2021), Manetti e Toccafondi (2012), Moneva e Llana (2000), Rodriguez-Melo e Mansouri (2011) e Wang et al. (2014). Relativamente à H5, estão de acordo com Fonseca (2010), Global Sustainability Standards Board (2023a), Usman (2020) e Yusliza et al. (2019).

As hipóteses H6, H7 e H8 analisam a influência das competências dos CC, do nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade e dos benefícios da divulgação sobre sustentabilidade na qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade. Os resultados indicam que as variáveis do modelo explica 40% da variância da variável dependente. Os resultados proporcionam suporte estatístico a estas

hipóteses de investigação, os quais estão alinhados com os estudos de Adams e Evans (2004), Clarkson et al. (2011), Dick et al. (2021), Maxwell et al. (1997), Rodriguez-Melo e Mansouri (2011), Stancheva-Todorova (2020) e Williams e Schaefer (2013).

6.2 Contributos do estudo

Este estudo começa por explorar a perceção da OCC sobre a perceção das competências dos CC no âmbito do relato da sustentabilidade, o que juntamente com a revisão da literatura, apoiou o desenvolvimento do modelo teórico desta investigação. O modelo proposto formula e testa oito hipóteses de investigação, proporcionando uma compreensão mais clara das relações entre os fatores determinantes em análise e a qualidade da divulgação de informação sobre a sustentabilidade, contribuindo para o avanço da literatura nesta área.

Os resultados obtidos são importantes tanto para os gestores, quanto para os CC. Para os gestores, oferecem orientações para a melhoria das estratégias e da comunicação de informação no âmbito da sustentabilidade. Para os contabilistas, destacam a importância dos determinantes da qualidade da divulgação de informação sobre a sustentabilidade.

Além disso, este estudo é relevante para instituições de ensino superior, governos e entidades reguladoras do relato da sustentabilidade na medida em que estes podem incentivar o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade nas empresas, o envolvimento dos *stakeholders* e o desenvolvimento de competências dos profissionais, no âmbito da sustentabilidade, de forma a contribuir para a transparência empresarial e para o desenvolvimento sustentável.

6.3 Limitações do estudo

Uma das principais limitações deste estudo reside na origem das respostas obtidas. Embora o questionário tenha sido direcionado a um público-alvo específico, como gestores, não há garantias de que os respondentes pertençam, de facto, a esta categoria profissional.

Adicionalmente, neste estudo optou-se pela utilização de uma amostra de conveniência, de carácter não probabilística. Embora esta técnica apresente limitações, é muito utilizada em estudos onde a população é composta por um elevado número de elementos (Etikan et al., 2016).

Outro fator limitador foi a disponibilização do questionário exclusivamente em português, o que pode ter restringido a participação dos inquiridos não fluentes neste idioma, reduzindo assim, a diversidade dos respondentes (Vale, 2020).

6.4 Perspetivas para investigações futuras

Para futuras investigações sobre os determinantes a qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade, sugere-se a inclusão no modelo teórico das competências dos auditores, dada a crescente relevância dos auditores na avaliação e verificação das informações divulgadas sobre sustentabilidade. As recentes alterações regulamentares, quanto à obrigatoriedade de auditoria nos relatórios de sustentabilidade, faz destes profissionais um elemento fundamental na garantia da credibilidade e integridade da informação sobre sustentabilidade divulgada.

Sugere-se expandir o estudo a empresas situadas em diferentes países ou regiões, de forma a avaliar diferentes contextos geográficos e culturais. Investigação futura sobre a qualidade da divulgação da sustentabilidade pode também beneficiar de uma análise das perceções de vários grupos de *stakeholders*, tais como auditores e investidores. Estudar como cada um destes grupos valoriza e interpreta as informações pode trazer *insights* importantes para a melhoria do relato da sustentabilidade.

Portanto, estas perspetivas fornecem uma base sólida para futuras investigações científicas que possam contribuir de forma substancial para a melhoria da qualidade da divulgação sobre sustentabilidade e, em última análise, para uma maior transparência das práticas ESG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbas, Y. A., Mehmood, W., Lazim, Y. Y., & Aman-Ullah, A. (2022). Sustainability reporting and corporate reputation of Malaysian IPO companies. *Environmental Science and Pollution Research*, 29(52), 78726–78738. <https://doi.org/10.1007/s11356-022-21320-9>
- Ackers, B., & Eccles, N. (2015). Mandatory corporate social responsibility assurance practices: The case of King III in South Africa. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28, 515–550. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-12-2013-1554>
- Adams, C. A., & Evans, R. (2004). Accountability, Completeness, Credibility and the Audit Expectations Gap. *Journal of Corporate Citizenship*, 14, 97–115. <https://doi.org/https://doi.org/10.9774/GLEAF.4700.2004.su.00010>
- Adams, C. A., & Frost, G. R. (2008). Integrating sustainability reporting into management practices. *Accounting Forum*, 32(4), 288–302. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2008.05.002>
- Ali Uyar, A. H. G. (2011). Professional Knowledge and Skills Required for Accounting Majors Who Intend to Become Auditors: Perceptions of External Auditors. *Business and Economics Research Journal*, 2, 33–49. <https://www.researchgate.net/publication/227489048>
- Almeida, D. (2023). Fatores Inibidores da Prática Contabilidade Criativa e seu Impacto no Desempenho e Reputação das Empresas [Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Politécnico do Porto]. Repositório Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/24493>
- Altin, M., & Yilmaz, R. (2023). Bibliometric Analysis of Sustainability Accounting and Reporting. *Muhasebe ve Vergi Uygulamaları Dergisi*, 16(1), 1–15. <https://doi.org/10.29067/muvu.1192389>
- Anderson, J. C., & Gerbing, D. W. (1988). Structural equation modeling in practice: A review and recommended two-step approach. *Psychological Bulletin*, 103(3), 411–423. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.103.3.411>
- Ascani, I., Ciccola, R., & Chiucchi, M. S. (2021). A structured literature review about the role of management accountants in sustainability accounting and reporting. *Sustainability (Switzerland)*, 13(4), 1–25. <https://doi.org/10.3390/su13042357>
- Astuti, Y., Sukoharso, E., & Bariduwana, Z. (2023). Evaluation and Analysis of Brawijaya University Sustainability Report Based on GRI Standards. *Journal of Applied Business, Taxation and Economics Research*, 3(1), 33–40. <https://doi.org/10.54408/jabter.v3i1.220>
- Baraibar-Diez, E., & Sotorrió, L. L. (2018). O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 20(1), 5–21. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i1.3600>

- Barbier, E. B. (1987). The Concept of Sustainable Economic Development. *Environmental Conservation*, 14(2), 101–110. <https://doi.org/10.1017/S0376892900011449>
- Barnett, J., & Dovers, S. (2001). Environmental Security, Sustainability and Policy. *Pacifica Review: Peace, Security & Global Change*, 13(2), 157–169. <https://doi.org/10.1080/713604521>
- Baumgartner, H., & Homburg, C. (1996). Applications of structural equation modeling in marketing and consumer research: A review. *International Journal of Research in Marketing*, 13(2), 139–161. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0167-8116\(95\)00038-0](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0167-8116(95)00038-0)
- Bebbington, J., Laine, M., Larrinaga, C., & Michelon, G. (2023). Environmental Accounting in the European Accounting Review: A Reflection. *European Accounting Review*, 32(5), 1107–1128. <https://doi.org/10.1080/09638180.2023.2254351>
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 2–24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>
- Biancone, P., Secinaro, S., Brescia, V., & Calandra, D. (2019). Management of open innovation in healthcare for cost accounting using EHR. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 5(4). <https://doi.org/10.3390/joitmc5040099>
- Biorumo. (2005). *Anuário da Sustentabilidade 2005: A Era da Responsabilidade Social Empresarial*. <https://bcsdportugal.org/?s=Anu%C3%A1rio+BCSD+Portugal+2005>
- Blass, V., Corbett, C. J., Delmas, M. A., & Org, E. (2011). Top Management Involvement in the Adoption of Energy Efficiency Projects. *Institute of the Environment and Sustainability*. <https://escholarship.org/uc/item/0018v62d>
- Block, E. S., Glavas, A., Mannor, M. J., & Erskine, L. (2017). Business for Good? An Investigation into the Strategies Firms Use to Maximize the Impact of Financial Corporate Philanthropy on Employee Attitudes. *Journal of Business Ethics*, 146(1), 167–183. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2930-8>
- Boff, L. (1993). *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. (Vol. 2). Editora Atica.
- Boharu Anca Daniela Șenchea Andreea Cristina Savu, R.-M. (2022). Evolution and Professional Revolution for Accounting Professionals. *Valahian Journal of Economic Studies*67, XXIII, 67–74. <https://doi.org/https://doi.org/10.2478/vjes-2022-0007>
- Boiral, O., & Gendron, Y. (2011). Sustainable Development and Certification Practices: Lessons Learned and Prospects. *Business Strategy and the Environment*, 20(5), 331–347. <https://doi.org/10.1002/bse.701>

- Boiral, O., & Henri, J. F. (2017). Is Sustainability Performance Comparable? A Study of GRI Reports of Mining Organizations. *Business and Society*, 56(2), 283–317. <https://doi.org/10.1177/0007650315576134>
- Bona-Sánchez, C., Pérez-Alemán, J., & Santana-Martin, D. J. (2017). Sustainability disclosure, dominant owners and earnings informativeness. *Research in International Business and Finance*, 39, 625–639. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2016.07.020>
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685–701. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>
- Camilleri, M. A. (2017). Corporate sustainability and responsibility: creating value for business, society and the environment. *Asian Journal of Sustainability and Social Responsibility*, 2(1), 59–74. <https://doi.org/10.1186/s41180-017-0016-5>
- Cepeda, C., & Monteiro, A. (2020). The Accountant's Perception of the Usefulness of Financial Information in Decision Making – A Study in Portugal. *Review of Business Management*, 22, 363–380. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4050>
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7–8), 639–647. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>
- Church, J. M., Tirrell, A., Moomaw, W. R., & Ragueneau, O. (2022). Sustainability. *Routledge Handbook of Global Environmental Politics*. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:246786199>
- Clarkson, P. M., Li, Y., Rotman, J., Richardson, G. D., & Vasvari, F. P. (2011). Does it Really Pay to be Green? Determinants and Consequences of Proactive Environmental Strategies. *Journal of Accounting and Public Policy*, 30(2), 122–144.
- Coelho, C., & Godoi, C. K. (2013). O discurso da sustentabilidade e sua inserção no contexto organizacional. *Revista Gestão & Conexões*, 2(1), 147–186. <https://doi.org/https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2013.2.1.5061.147-186>
- Dando, N., & Swift, T. (2003). Transparency and Assurance Minding the Credibility Gap. *Journal of Business Ethics*, 44(2), 195–200. <https://doi.org/10.1023/A:1023351816790>
- Daub, C. H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), 75–85. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>
- de Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1042–1067. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Dick, M., Wagner, E., & Pernsteiner, H. (2021). Founder-Controlled Family Firms, Overconfidence, and Corporate Social Responsibility Engagement: Evidence From

- Survey Data. *Family Business Review*, 34(1), 71–92.
<https://doi.org/10.1177/0894486520918724>
- Domingues, A. R., Lozano, R., Ceulemans, K., & Ramos, T. B. (2017). Sustainability reporting in public sector organisations: Exploring the relation between the reporting process and organisational change management for sustainability. *Journal of Environmental Management*, 192, 292–301.
<https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2017.01.074>
- Dornier, P. (2018). Investigating the impact of comprehensive information systems on accounting information quality. *Electronic Business Journal*, 17(12), 1–15.
- Dyllick, T., & Muff, K. (2015). Clarifying the Meaning of Sustainable Business: Introducing a Typology From Business-as-Usual to True Business Sustainability. *Organization and Environment*, 29(2), 156–174.
<https://doi.org/10.1177/1086026615575176>
- Eccles, R. G., Ioannou, I., & Serafeim, G. (2014). The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. *Management Science*, 60(11), 2835–2857. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2014.1984>
- EFRAG. (2021). *EFRAG welcomes its role in the European Commission’s proposal for a new CSRD*. <https://effas.com/efrag-welcomes-its-role-in-the-european-commissions-proposal-for-a-new-csrd/>
- Elkington, J. (1997). *The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. New Society Publishers.
- Epstein, M., & Buhovac, A. (2014). Making Sustainability Work: Best Practices in Managing and Measuring Corporate Social, Environmental, and Economic Impacts. In *Making Sustainability Work: Best Practices in Managing and Measuring Corporate Social, Environmental and Economic Impacts*.
<https://doi.org/10.4324/9781351276443>
- Etikan, I., Musa, S. A., & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1. <https://doi.org/10.11648/j.ajtas.20160501.11>
- E-Vahdati, S., & Aripin, N. (2023). A Review of Global Reporting Initiative (GRI) Research with Sustainability Reporting: 1999-2020 dataset. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 26(2), 274–290.
<https://doi.org/10.6018/rcsar.468261>
- Faria, M. J. da S. (2017). Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(spe), 534–558.
<https://doi.org/10.1590/1679-395159702>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2014). Effect of Stakeholders’ Pressure on Transparency of Sustainability Reports within the GRI Framework. *Journal of Business Ethics*, 122(1), 53–63. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1748-5>

- Fitz-Oliveira, M., & Wasgen, A. M. (2023). Innovation capability and sustainability: a bibliometric analysis. *Technological Sustainability*, 2(2), 156–176. <https://doi.org/10.1108/TECHS-06-2022-0027>
- Fleaca, B., Fleaca, E., & Corocaescu, M. (2023). Sustainability information – analysis of current trends in sustainability monitoring & reporting. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, 10(3), 274–287. [https://doi.org/10.9770/jesi.2023.10.3\(18\)](https://doi.org/10.9770/jesi.2023.10.3(18))
- Fonseca, A. (2010). How credible are mining corporations' sustainability reports? a critical analysis of external assurance under the requirements of the international council on mining and metals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(6), 355–370. <https://doi.org/10.1002/csr.230>
- Fonseca, A., Macdonald, A., Dandy, E., & Valenti, P. (2011). The state of sustainability reporting at Canadian universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 12(1), 22–40. <https://doi.org/10.1108/146763711111098285>
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39–50.
- Freeman, R., & Mcvea, J. (2001). A Stakeholder Approach to Strategic Management. *Corporate Law: Law & Finance EJournal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.263511>
- Friede, G., Busch, T., & Bassen, A. (2015). ESG and financial performance: aggregated evidence from more than 2000 empirical studies. *Journal of Sustainable Finance and Investment*, 5(4), 210–233. <https://doi.org/10.1080/20430795.2015.1118917>
- Fuhrmann, S., Ott, C., Looks, E., & Guenther, T. W. (2017). The contents of assurance statements for sustainability reports and information asymmetry. *Accounting and Business Research*, 47(4), 369–400. <https://doi.org/10.1080/00014788.2016.1263550>
- Garcia, D., & Junior, E. (2019). Contabilidade de Gestão da sustentabilidade: revisão sistemática da literatura mundial. *Revista de Gestão e Contabilidade Da UFPI*, 6, 72–88. <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2019.v6ed18298>
- Garcia-Torea, N., Larrinaga, C., & Luque-Vílchez, M. (2023). Bridging the Understanding of Sustainability Accounting and Organizational Change. *Organization & Environment*, 36(1), 17–38. <https://doi.org/10.1177/10860266221083339>
- Gaviria, D. A. G., Martínez, E. M. C., Polo, O. C. C., & Arcila, J. O. S. (2023). Accounting Mechanism to Measure the Environmental Impact of Industries in the Aburrá Valley and its Application of the General Disclosure Requirements Related to Financial Information on Sustainability (IFRS S1) and Climate-Related Disclosures (IFRS S2). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 17(5), e03639. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v17n5-013>
- Global Sustainability Standards Board. (2016). *GRI Standards: Global Best Practice for Sustainability Reporting*. <https://www.erm.com/sustainabilityreport2017/reporting-approach/>

- Global Sustainability Standards Board. (2023a). *GRI 1: Fundamentos 2021 Norma Universal*. <https://globalreporting.org/>
- Global Sustainability Standards Board. (2023b). *GRI G4 - Diretrizes para relato de sustentabilidade*. <https://www.b3.com.br/data/files/F7/07/8C/C9/5B243510DF0CA135790D8AA8/GRI-G4-Manual-de-Implementacao.pdf>
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995). Corporate social and environmental reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 47–77. <https://doi.org/10.1108/09513579510146996>
- Grung, B., & Manne, R. S. (1998). Missing values in principal component analysis. *Chemometrics and Intelligent Laboratory Systems*, 42, 125–139. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:123106420>
- Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: A review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. In *Journal of Cleaner Production* (Vol. 59, pp. 5–21). <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.005>
- Hahn, R., Reimsbach, D., & Wickert, C. (2023). Nonfinancial Reporting and Real Sustainable Change: Relationship Status—It’s Complicated. *Organization & Environment*, 36(1), 3–16. <https://doi.org/10.1177/10860266231151653>
- Hair, J., Anderson, R., Babin, B., & Black, W. (2009). *Multivariate Data Analysis Pearson New International Edition*. Pearson Deutschland. <https://elibrary.pearson.de/book/99.150005/9781292035116>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (1998). *Multivariate data analysis* (Vol. 5). Upper Saddle River, NJ: Prentice hall.
- Halkos, G., & Nomikos, S. (2021). Corporate social responsibility: Trends in global reporting initiative standards. *Economic Analysis and Policy*, 69, 106–117. <https://doi.org/10.1016/j.eap.2020.11.008>
- Haller, A., Link, M., & Groß, T. (2017). The Term ‘Non-financial Information’ – A Semantic Analysis of a Key Feature of Current and Future Corporate Reporting. *Accounting in Europe*, 14(3), 407–429. <https://doi.org/10.1080/17449480.2017.1374548>
- IFRS Foundation. (2021). *IFRS Advisory Council Update International Sustainability Standards Board*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/meetings/2021/november/advisory-council/ap4-update-on-international-sustainability-standards-board.pdf>
- Ikart, E. (2019). Survey Questionnaire Survey Pretesting Method: An Evaluation of Survey Questionnaire via Expert Reviews Technique. *Asian Journal of Social Science Studies*, 4, 1. <https://doi.org/10.20849/ajsss.v4i2.565>

- Indyk, M. (2022). Are the Companies Prepared for Sustainability Reporting under the ED IFRS S1 and S2? Evidence from Poland. *Audit Financiar*, 20, 641–654. <https://doi.org/10.20869/AUDITF/2022/168/022>
- Jaffe, A. (1995). Environmental Regulation and the Competitiveness of U.S. Manufacturing: What Does the Evidence Tell Us? *Journal of Economic Literature*, 33(1), 132–163. <https://www.researchgate.net/publication/4981382>
- Jankalová, M., & Jankal, R. (2024). Review of Sustainability Accounting Terms. *Administrative Sciences*, 14(7), 137. <https://doi.org/10.3390/admsci14070137>
- Jannoo, Z., Kamaruddin, Amira, A., Sayang, Y., & Deni, S. (2015). Sample Size and Non-normality Effects on Goodness of Fit Measures in Structural Equation Models. *Pertanika Journal of Science and Technology*, 25, 575–586.
- Joudeh, A. H. M., Alroud, S. F., Al-Sayyed, S. M., Al-Shurafa, A. J., Salameh, R. S., & Joudeh, J. M. M. (2024). The Impact of Disclosing Sustainability on the Value Added from the Stakeholders' Perspective of Industrial Companies Listed on the Amman Stock Exchange. *Quality - Access to Success*, 25(201), 54–64. <https://doi.org/10.47750/QAS/25.201.07>
- Kline, R. B. (2004). Principles and Practice of Structural Equation Modeling. *Guilford Publications Inc.*, 2. <https://doi.org/10.1177/1049731509336986>
- Kolk, A., & Perego, P. (2008). Determinants of the Adoption of Sustainability Assurance Statements: An International Investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19, 182–198. <https://doi.org/10.1002/bse.643>
- KPMG. (2022). *Sustainability reporting – New on the Horizon*. <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/xx/pdf/2022/10/ssr-executive-summary-small-steps-big-shifts.pdf>
- Lamberton, G. (2005). Sustainability accounting - A brief history and conceptual framework. *Accounting Forum*, 29(1), 7–26. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2004.11.001>
- Lanzano, C. (2021). Sustainability. *The Anthropology of Resource Extraction*. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:245055309>
- Laros, J. (2007). Modelos de Equações Estruturais em Psicologia: Conceitos e Aplicações. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 23, 205–216. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200011>
- Li, T.-T., Wang, K., Sueyoshi, T., & Wang, D. D. (2021). ESG: Research Progress and Future Prospects. *Sustainability*, 13(21). <https://doi.org/10.3390/su132111663>
- Manetti, G., & Toccafondi, S. (2012). The Role of Stakeholders in Sustainability Reporting Assurance. *Journal of Business Ethics*, 107(3), 363–377. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1044-1>

- Marco, B., Aufiero, C., & Viola, C. (2023). A systematic literature review on the determinants of sustainability reporting systems. *Heliyon*, 9, e14893. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e14893>
- Markota Vukić, N., Vuković, R., & oec, bacc. (2017). Non-financial reporting as a new trend in sustainability accounting. In *Journal of Accounting and Management*.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações*. Report Number.
- Matten, D., & Moon, J. (n.d.). "Implicit" and "Explicit" CSR: A conceptual framework for a comparative understanding of social responsibility. <https://doi.org/https://doi.org/10.5465/amr.2008.31193458>
- Maxwell, J., Rothenberg, S., Bnscoe, F., & Marcus, A. (1997). Green Schemes: corporate environmental strategies and their implementation. *California Management Review*, 39. <https://doi.org/10.2307/41165902>
- Menezes Montenegro, T., & Lima Rodrigues, L. (2020). Determinants of the attitudes of Portuguese accounting students and professionals towards earnings management. In *Journal of Academic Ethics* (Vol. 18, Issue 3). <https://www.transparency.org/cpi2019>
- Moneva, J. M., & Llana, F. (2000). Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain. *European Accounting Review*, 9(1), 7–29. <https://doi.org/10.1080/096381800407923>
- Monteiro, A., Cepêda, C., Silva, A., Leite, E., & Camacho, É. (2021). The role of accounting information in decision-making and companies' sustainability development: the Portuguese accountants' perspective. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, 9(1), 486–501. [https://doi.org/10.9770/jesi.2021.9.1\(30\)](https://doi.org/10.9770/jesi.2021.9.1(30))
- Monteiro, S., & Aibar-Guzmán, B. (2010). Organizational and accounting change within the context of the environmental agenda: Evidence from Portugal. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 6, 404–435. <https://doi.org/10.1108/18325911011091800>
- Moroney, R., Windsor, C., & Aw, Y. (2009). Evidence of Assurance Enhancing the Quality of Voluntary Environmental Disclosures: An Empirical Analysis. *Accounting and Finance*, 52. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1340227>
- Mougenot, B., & Doussoulin, J. P. (2024). A bibliometric analysis of the Global Reporting Initiative (GRI): global trends in developed and developing countries. *Environment, Development and Sustainability*, 26(3), 6543–6560. <https://doi.org/10.1007/s10668-023-02974-y>
- Nielsen, C. (2023). ESG Reporting and Metrics: From Double Materiality to Key Performance Indicators. *Sustainability*, 15(24), 16844. <https://doi.org/10.3390/su152416844>

- Nikolić, G., Vitenberg, V., & Karanović, B. (2020). Adoption of Sustainable Accounting Practices Among Croatian SME's. *KnE Social Sciences*. <https://doi.org/10.18502/kss.v4i1.6006>
- Nyquist, S. (2003). Environmental information in annual reports: A survey of Swedish accountants. *Managerial Auditing Journal*, 18(8), 682–691. <https://doi.org/10.1108/02686900310495935>
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://bcsdportugal.org/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Ofori-Owusu, C., Owusu, G. M. Y., Agyenim-Boateng, C., & Welbeck, E. E. S. (2024). What Drives the Sustainability Reporting Intentions of Firms? *Sustainability*, 16(12), 5052. <https://doi.org/10.3390/su16125052>
- Opp, S. M., & Saunders, K. L. (2013). Pillar Talk: Local Sustainability Initiatives and Policies in the United States-Finding Evidence of the “Three E’s”: Economic Development, Environmental Protection, and Social Equity. *Urban Affairs Review*, 49(5), 678–717. <https://doi.org/10.1177/1078087412469344>
- Osobajo, O. A., Oke, A., Lawani, A., Omotayo, T. S., Ndubuka-McCallum, N., & Obi, L. (2022). Providing a Roadmap for Future Research Agenda: A Bibliometric Literature Review of Sustainability Performance Reporting (SPR). In *Sustainability (Switzerland)* (Vol. 14, Issue 14). MDPI. <https://doi.org/10.3390/su14148523>
- Ozili, P. K. (2022). Sustainability accounting. *Financial Accounting EJournal*. <https://ssrn.com/abstract=3803384>
- Palmer, K. N., Ziegenfuss, D. E., & Pinsker, R. E. (2004). International knowledge, skills, and abilities of auditors/accountants: Evidence from recent competency studies. In *Managerial Auditing Journal* (Vol. 19, Issue 7, pp. 889–896). <https://doi.org/10.1108/02686900410549411>
- Papaj, E. (2017). *Non-financial information regarding the amended accounting act bill*. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:169622468>
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014). *Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014*.
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2022). *Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022*.
- Pérez, A. (2015). Corporate reputation and CSR reporting to stakeholders: Gaps in the literature and future lines of research. *Corporate Communications*, 20(1), 11–29. <https://doi.org/10.1108/CCIJ-01-2014-0003>
- Permatasari, P., & Gunawan, J. (2023). Sustainability policies for small medium enterprises: WHO are the actors? *Cleaner and Responsible Consumption*, 9, 100122. <https://doi.org/10.1016/j.clrc.2023.100122>

- Ping, R. (2004). On Assuring Valid Measures for Theoretical Models Using Survey Data. *Journal of Business Research*, 57, 125–141. [https://doi.org/10.1016/S0148-2963\(01\)00297-1](https://doi.org/10.1016/S0148-2963(01)00297-1)
- Pizzi, S. (2024). Regulating Sustainability Reporting in Europe: De Jure Harmonisation or De Facto Standardisation? *Accounting in Europe*. <https://doi.org/10.1080/17449480.2024.2330976>
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). The Big Idea: Creating Shared Value. How to Reinvent Capitalism—and Unleash a Wave of Innovation and Growth. *Harvard Business Review*, 89(1/2), 62–77.
- Purvis, B., Mao, Y., & Robinson, D. (2018). Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability Science*, 14(3), 681–695. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5>
- Radu, O. M., Dragomir, V. D., & Hao, N. (2023). Company-Level Factors of Non-Financial Reporting Quality under a Mandatory Regime: A Systematic Review of Empirical Evidence in the European Union. In *Sustainability (Switzerland)* (Vol. 15, Issue 23). Multidisciplinary Digital Publishing Institute (MDPI). <https://doi.org/10.3390/su152316265>
- Rodriguez-Melo, A., & Mansouri, S. A. (2011). Stakeholder engagement: Defining strategic advantage for sustainable construction. *Business Strategy and the Environment*, 20(8), 539–552. <https://doi.org/10.1002/bse.715>
- Romolini, A., & Fissi, S. (2015). Quality disclosure in sustainability reporting: evidence from universities. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 11.
- Roxas, B. (2021). Environmental sustainability engagement of firms: The roles of social capital, resources, and managerial entrepreneurial orientation of small and medium enterprises in Vietnam. *Business Strategy and the Environment*, 30(4), 2194–2208. <https://doi.org/10.1002/bse.2743>
- Sachs. (2000). *Caminhos para desenvolvimento sustentável*. Editora Garamond.
- Sachs, J. D. (2012). From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. *The Lancet*, 379(9832), 2206–2211. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0)
- Samani, N., Overland, C., & Sabelfeld, S. (2023). The role of the EU non-financial reporting directive and employee representation in employee-related disclosures. *Accounting Forum*, 47(2), 278–306. <https://doi.org/10.1080/01559982.2022.2158773>
- Schafer, J. L., & Graham, J. W. (2002). Missing data: Our view of the state of the art. *Psychological Methods*, 7(2), 147–177. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.7.2.147>
- Schaltegger, S., Bennett, M., & Burritt, R. (2006). Sustainability Accounting and Reporting. *Centre for Sustainability Management*, 2/2004.

- Shriberg, M. (2004). Assessing Sustainability: Criteria, Tools, and Implications. In P. B. Corcoran & A. E. J. Wals (Eds.), *Higher Education and the Challenge of Sustainability: Problematics, Promise, and Practice* (pp. 71–86). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/0-306-48515-X_6
- Silva, S. S. da, Reis, R. P., & Amâncio, R. (2014). Conceitos Atribuídos à Sustentabilidade em Organizações de Diferentes Setores. *Revista de Ciências Da Administração*, 90–103. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n40p90>
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. (2007). Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison. *Accounting Review*, 84(3), 937–967. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937>
- Siriwardane, H. P., Kin Hoi Hu, B., & Low, K. Y. (2014). Skills, knowledge, and attitudes important for present-day auditors. *International Journal of Auditing*, 18(3), 193–205. <https://doi.org/10.1111/ijau.12023>
- Spalenza, A. S., & Amaral, M. A. (2018). Estratégia organizacional voltada para a lucratividade e sustentabilidade: um estudo de caso. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 15(1), 145. <https://doi.org/10.25112/rgd.v15i1.1168>
- Stancheva-Todorova, E. (2020). The knowledge and skills profile of accountant 4.0. *Horizons - International Scientific Journal*, 25, 79–95. <https://doi.org/10.20544/horizons.a.25.2.20.p05>
- Steenkamp, J.-B. E. M., & van Trijp, H. C. M. (1991). The use of lisrel in validating marketing constructs. *International Journal of Research in Marketing*, 8(4), 283–299. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0167-8116\(91\)90027-5](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0167-8116(91)90027-5)
- Street, D. L., & Gordon, E. A. (2023). An interview with IASB Chair Dr. Andreas Barckow. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 34(2), 358–377. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/jifm.12171>
- Tood, L., Bovaird, J., & Card, N. (2007). *Modeling Contextual Effects in Longitudinal Studies* (T. D. Little, J. A. Bovaird, & N. A. Card, Eds.; 1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203936825>
- United Nations. (1987). *Our common future: Report of the World Commission on Environment and Development*. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>
- United Nations Global Compact. (2015). *The 17 Goals—Sustainable Development Goals*. <https://unglobalcompact.org/sdgs/about>
- Usman, B. (2020). CSR Reports, CSR Disclosure Quality, and Corporate Reputations: A Systematic Literature Review. *Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management*, 4(1), 28. <https://doi.org/10.28992/ijSAM.v4i1.166>
- Varsha, A., George, G., & Sahajanandan, R. (2019). Lutembacher Syndrome: Dilemma of Doing a Tricuspid Annuloplasty. *Annals of Cardiac Anaesthesia*, 22(1), 456. https://doi.org/10.4103/aca.ACA_36_17

- Vale, J. (2020). *Determinantes do sucesso das empresas portuguesas: o papel da qualidade dos sistemas de controlo interno e contabilístico e da informação empresarial* [Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto Politécnico do Porto]. Repositório Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/17359>
- Van Wyk, M., & Els, G. (2023). The relevance of integrated reporting in future standard setting of the International Sustainability Standards Board. *Frontiers in Sustainability*, 4. <https://doi.org/10.3389/frsus.2023.1218985>
- Venturelli, A., Caputo, F., Leopizzi, R., & Pizzi, S. (2019). The state of art of corporate social disclosure before the introduction of non-financial reporting directive: a cross-country analysis. *Social Responsibility Journal*, 15(4), 409–423. <https://doi.org/10.1108/SRJ-12-2017-0275>
- Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). *Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável For a critique of the concept of sustainable development*. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007>
- Wagenhofer, A. (2024). Sustainability Reporting: A Financial Reporting Perspective. *Accounting in Europe*, 21(1), 1–13. <https://doi.org/10.1080/17449480.2023.2218398>
- Wang, X. H., Hawkins, C., & Berman, E. (2014). Financing Sustainability and Stakeholder Engagement: Evidence from U.S. Cities. *Urban Affairs Review*, 50(6), 806–834. <https://doi.org/10.1177/1078087414522388>
- Welford, R., Chan, C., & Man, M. (2008). Priorities for corporate social responsibility: A survey of businesses and their stakeholders. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15, 52–62. <https://doi.org/10.1002/csr.166>
- Williams, S., & Schaefer, A. (2013). Small and Medium-Sized Enterprises and Sustainability: Managers' Values and Engagement with Environmental and Climate Change Issues. *Business Strategy and the Environment*, 22(3), 173–186. <https://doi.org/10.1002/bse.1740>
- Wong, R., & Millington, A. (2014). Corporate social disclosures: A user perspective on assurance. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(5), 863–887. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2013-1389>
- Yusliza, M. Y., Norazmi, N. A., Jabbour, C. J. C., Fernando, Y., Fawehinmi, O., & Seles, B. M. R. P. (2019). Top management commitment, corporate social responsibility and green human resource management: A Malaysian study. *Benchmarking*, 26(6), 2051–2078. <https://doi.org/10.1108/BIJ-09-2018-0283>
- Zanella, C., Krüger, S. D., & Barichello, R. (2019). Sustentabilidade: uma Abordagem das Percepções de Professores do Ensino Superior. *Revista de Administração IMED*, 9(2), 73. <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2019.v9i2.3499>

Apêndice 1 – Grupo de questões relativas à caracterização da empresa

***Atividade:**

Indústria

Comércio

Serviços

Outro:

***Dimensão da empresa:**

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela União Europeia

Micro empresa:

- Menos de 10 trabalhadores efetivos e cumulativamente;
- Volume de negócios anual ou Balanço total anual não excede 2 milhões de euros.

Pequena empresa:

- Entre 11 e 50 trabalhadores efetivos e cumulativamente;
- Volume de negócios anual ou Balanço total anual não excede 10 milhões de euros;
- Não está classificada como microempresa.

Média empresa:

- Entre 50 e 250 trabalhadores efetivos e cumulativamente;
- Volume de negócios anual entre os 10 e 50 milhões de euros ou Balanço total anual entre 10 e 43 milhões de euros.

Grande empresa:

- Mais de 250 trabalhadores efetivos e cumulativamente;
- Volume de negócios anual > 50 milhões de euros ou Balanço total anual > 43 milhões de euros.

Micro empresa

Pequena empresa

Média empresa

Grande empresa

***A empresa é cotada em bolsa:**

Sim

Não

***Os serviços de contabilidade da empresa são assegurados:**

Internamente

Externamente

Internamente e Externamente

*A informação financeira da empresa é auditada por uma empresa externa:

Sim

Não

*A divulgação de informação sobre a sustentabilidade / responsabilidade social é para a empresa:

Obrigatória

Voluntária

*A divulgação de informação sobre sustentabilidade / responsabilidade social é feita através de:

Relatórios anual de contas

Relatório de sustentabilidade / responsabilidade social

Relatório integrado

Outro:

*A empresa pertence a uma indústria / setor considerado ambiental ou socialmente crítico?

Sim

Não

Não sei

Apêndice 2 – Grupo de questões relativas à caracterização dos respondentes

***Gênero:**

Feminino

Masculino

Outro:

***Idade:**

Menos de 30 anos

Entre 31 anos – 40 anos

Entre 41 anos – 50 anos

Entre 50 anos – 60 anos

Mais de 60 anos

***Habilitações Literárias:**

Até ao 12º ano

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Outro:

***Área de formação académica:**

Gestão

Contabilidade

Fiscalidade

Economia

Finanças

Outro:

***Anos de experiência na função:**

- Menos de 5 anos
- Entre 6 anos a 10 anos
- Entre 11 anos a 15 anos
- Entre 16 anos a 20 anos
- Mais de 20 anos

Remuneração mensal:

- Até 2 000 euros
- Entre 2 001 euros e 4 000 euros
- Entre 4 001 euros e 6 000 euros
- Mais de 6 001 euros

Apêndice 3 – Email enviado às empresas

Pedido de Colaboração_ Att Gestor(a) da Empresa

Estimado(a) Gestor(a),

Espero que se encontre bem.

O meu nome é Carla Cardoso e sob a orientação da Professora Doutora Albertina Monteiro estou a desenvolver uma investigação cujo objetivo é analisar, na perspetiva dos gestores, os determinantes da divulgação da sustentabilidade e o seu impacto no desempenho empresarial.

Tendo plena noção da preciosidade do seu tempo, venho solicitar a sua colaboração para participar nesta investigação, respondendo a um inquérito através do link que se segue:

<https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/685955?lang=pt>

Acredito firmemente que a sua experiência e conhecimento são extremamente valiosos para uma melhor compreensão dos fatores que conduzem as empresas ao sucesso.

Encontro-me disponível para esclarecer qualquer dúvida adicional que possa surgir e desde já agradeço muito a atenção e colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Cardoso

Mestranda em Contabilidade e Finanças

ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Email: 2220302@iscap.ipp.pt

Apêndice 4 – Reforço email enviado às empresas

Reforço de Pedido de Colaboração_ Att Gestor(a) da Empresa

Estimado(a) Gestor(a),

Espero que se encontre bem.

O meu nome é Carla Cardoso e sob a orientação da Professora Doutora Albertina Monteiro estou a desenvolver uma investigação cujo objetivo é analisar, na perspetiva dos gestores, os determinantes da divulgação da sustentabilidade e o seu impacto no desempenho empresarial.

Tendo plena noção da preciosidade do seu tempo, venho solicitar a sua colaboração para participar nesta investigação, respondendo a um inquérito através do link que se segue:

<https://online.iscap.ipp.pt/iscapsurvey/index.php/685955?lang=pt>

Acredito firmemente que a sua experiência e conhecimento são extremamente valiosos para uma melhor compreensão dos fatores que conduzem as empresas ao sucesso.

Encontro-me disponível para esclarecer qualquer dúvida adicional que possa surgir e desde já agradeço muito a atenção e colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Carla Cardoso

Mestranda em Contabilidade e Finanças

ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Email: 2220302@iscap.ipp.pt

Apêndice 5 – Transcrição da Entrevista

Entrevistado	Álvaro Jorge da Silva Costa – Conselho Diretivo Ordem dos Contabilistas Certificados
Entrevistador	Carla Manuela dos Santos Cardoso
Data	24/04/2024
Participantes	CC - Entrevistador; OCC - Entrevistado

CC: Os Contabilistas Certificados estão preparados para assumir a elaboração dos relatórios de sustentabilidade?

OCC: Para o desempenho da sua profissão, os contabilistas certificados têm de estar sempre preparados. A profissão de contabilista é exigente, estando em constante evolução. Os profissionais acompanham e capacitam-se para todas as alterações e transformações que vão surgindo na sua atividade, quer na vertente dos normativos contabilísticos, quer na vertente da fiscalidade, bem como na vertente de outras matérias conexas.

CC: Os Contabilistas Certificados possuem as competências necessárias para tratar a informação sobre sustentabilidade nos relatórios?

OCC: Os contabilistas certificados são os profissionais que possuem as competências necessárias para poder valorizar e refletir no relato toda a informação das entidades relacionada com o ambiente, o social e a governança. A exigência de uma formação contínua, apetrecha os contabilistas certificados com as ferramentas necessárias ao desempenho da sua atividade, e o tratamento da informação sobre a sustentabilidade faz, já hoje, parte da preocupação do seu saber fazer.

CC: De que forma a Ordem dos Contabilistas Certificados tem atuado para garantir que os seus membros estejam atualizados e possuam as competências necessárias para cumprir com os requisitos do relato da sustentabilidade?

OCC: A Ordem dos Contabilistas Certificados, como entidade reguladora, está sempre na vanguarda de todos os temas relacionados com a profissão.

A sustentabilidade foi o tema do 7º congresso, realizado na Altice Arena, em setembro de 2022. No seu plano global de formação, constam várias sessões formativas, que visam preparar os profissionais para a elaboração do relato não financeiro.

CC: A adoção das normas de sustentabilidade terá impacto ao nível da qualidade dos relatórios?

OCC: Sem dúvida que adoção das normas de sustentabilidade terão impacto na qualidade dos relatórios. A publicação da IFRS 1 e IFRS 2, veio colmatar a falta de harmonização nos requisitos gerais de divulgação de informação financeira de sustentabilidade e à divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima.

Claro que já é um avanço, mas faltam ainda métricas que alinhem o relato das entidades.

CC: Quais consideram ser os impactos positivos e negativos da adoção das normas de sustentabilidade na profissão de Contabilista Certificado?

OCC: Cada vez mais os *Stakeholders* exigem o relatório não financeiro, quer por exemplo, para a avaliação dos fornecedores quanto à sua prática no que se refere à sustentabilidade, ou ainda as entidades financeiras, para a atribuição de financiamentos. Há cada vez mais o cuidado de privilegiar negócios com as entidades que praticam as ESG.

Pela positiva, os contabilistas certificados, como especialistas, estão preparados para a aplicação das normas e da elaboração do relato da sustentabilidade;

Pela negativa, a falta do fornecimento da informação, por parte das entidades, no que se refere às boas práticas no âmbito da sustentabilidade, dificulta a elaboração do relato não financeiro.

CC: Quais são as principais barreiras enfrentadas ou a enfrentar pelos Contabilistas Certificados na preparação da informação sobre sustentabilidade?

OCC: Esta questão já foi praticamente respondida na resposta anterior. Ainda assim, a principal barreira é a falta de informação que a maioria dos empresários, gestores e

administradores, têm sobre a sustentabilidade. Esta falta de informação origina que não sejam implementadas boas práticas no que concerne ao ambiente, ao social e à governança, cria dificuldades aos contabilistas certificados na elaboração do relato sobre a sustentabilidade.

CC: Quais são os principais desafios enfrentados ou a enfrentar pelos Contabilistas Certificados em relação à interpretação e aplicação das normas de sustentabilidade?

OCC: Como sabemos, as normas são regras de procedimento, princípios, modelos padrão, que permitem uma aplicação geral de leitura harmonizada.

O desafio da profissão é estar esclarecida, quer quanto à interpretação, quer quanto à aplicação das normas. Para isso, os contabilistas certificados, terão sempre em primeiro lugar o apoio da Ordem, que disponibiliza vários modelos de formação e o seu consultório técnico para o esclarecimento de todas as dúvidas sobre a aplicabilidade prática das normas.

CC: Como a OCC está a adaptar-se às mudanças globais no cenário da contabilidade, especialmente em relação à informação sobre sustentabilidade?

OCC: A Ordem dos Contabilistas Certificados, sendo a associação profissional que regula a profissão, tem de ser o exemplo e estar na vanguarda da aplicação dos normativos contabilísticos. Por este motivo, foi uma das primeiras entidades a publicar informação sobre a sustentabilidade, trimestralmente o seu relatório integrado intercalar, e anualmente no seu relatório e contas. Estes documentos têm sido um exemplo e um modelo, não só para os membros da Ordem, mas também para todas as outras entidades.

Apêndice 6 – Teste de normalidade dos dados

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov a)			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
NEGS1	0,401	213	0,000	0,581	213	0,000
NEGS2	0,416	213	0,000	0,594	213	0,000
NEGS3	0,347	213	0,000	0,684	213	0,000
NEGS4	0,362	213	0,000	0,652	213	0,000
NEGS5	0,380	213	0,000	0,665	213	0,000
NEGS6	0,342	213	0,000	0,700	213	0,000
NES1	0,307	213	0,000	0,700	213	0,000
NES2	0,300	213	0,000	0,750	213	0,000
NES3	0,255	213	0,000	0,768	213	0,000
NES4	0,240	213	0,000	0,792	213	0,000
CCC1	0,282	213	0,000	0,765	213	0,000
CCC2	0,404	213	0,000	0,599	213	0,000
CCC3	0,382	213	0,000	0,649	213	0,000
CCC4	0,344	213	0,000	0,692	213	0,000
CCC5	0,328	213	0,000	0,689	213	0,000
CCC6	0,420	213	0,000	0,622	213	0,000
CCC7	0,248	213	0,000	0,791	213	0,000
CCC8	0,399	213	0,000	0,652	213	0,000
NCNR1	0,283	213	0,000	0,831	213	0,000
NCNR2	0,264	213	0,000	0,837	213	0,000
NCNR3	0,270	213	0,000	0,853	213	0,000
NCNR4	0,252	213	0,000	0,872	213	0,000
BDS1	0,316	213	0,000	0,746	213	0,000
BDS2	0,282	213	0,000	0,769	213	0,000
BDS3	0,322	213	0,000	0,740	213	0,000
BDS4	0,382	213	0,000	0,676	213	0,000
BDS5	0,302	213	0,000	0,743	213	0,000
BDS6	0,265	213	0,000	0,800	213	0,000
QDIS1	0,250	213	0,000	0,778	213	0,000
QDIS2	0,300	213	0,000	0,761	213	0,000
QDIS3	0,271	213	0,000	0,820	213	0,000
QDIS4	0,314	213	0,000	0,747	213	0,000
QDIS5	0,301	213	0,000	0,747	213	0,000
QDIS6	0,311	213	0,000	0,788	213	0,000
QDIS7	0,290	213	0,000	0,822	213	0,000

a) Correlação de Significância de *Lilliefors*

Apêndice 7 – Análise descritiva dos dados

Variáveis	Estatística				Assimetria		Curtose	
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	Estatística	Desvio-padrão	Estatística	Desvio-padrão
NEGS1	1,0	5,0	4,629	0,6358	-2,497	0,167	9,675	0,332
NEGS2	1,0	5,0	4,657	0,5579	-2,045	0,167	7,743	0,332
NEGS3	1,0	5,0	4,514	0,6330	-1,518	0,167	4,261	0,332
NEGS4	1,0	5,0	4,533	0,7030	-2,010	0,167	5,896	0,332
NEGS5	1,0	5,0	4,569	0,6360	-1,650	0,167	4,082	0,332
NEGS6	1,0	5,0	4,498	0,6543	-1,470	0,167	3,614	0,332
NES1	1,0	5,0	4,464	0,5887	-1,187	0,167	4,227	0,332
NES2	1,0	5,0	4,406	0,6865	-1,199	0,167	2,329	0,332
NES3	1,0	5,0	4,252	0,7736	-1,351	0,167	3,234	0,332
NES4	1,0	5,0	4,266	0,7257	-1,008	0,167	1,711	0,332
CCC1	2,0	5,0	4,374	0,6667	-0,923	0,167	0,933	0,332
CCC2	1,0	5,0	4,670	0,5561	-2,206	0,167	8,401	0,332
CCC3	1,0	5,0	4,604	0,6047	-1,831	0,167	5,421	0,332
CCC4	1,0	5,0	4,515	0,6969	-1,742	0,167	3,991	0,332
CCC5	1,0	5,0	4,483	0,7307	-1,881	0,167	4,942	0,332
CCC6	3,0	5,0	4,681	0,5091	-1,325	0,167	0,821	0,332
CCC7	1,0	5,0	4,202	0,9026	-1,239	0,167	1,467	0,332
CCC8	3,0	5,0	4,644	0,5364	-1,252	0,167	0,678	0,332
NCNR1	1,0	5,0	3,894	0,9206	-0,845	0,167	0,382	0,332
NCNR2	2,0	5,0	3,952	0,8565	-0,634	0,167	-0,069	0,332
NCNR3	2,0	5,0	3,772	0,8749	-0,508	0,167	-0,289	0,332
NCNR4	1,0	5,0	3,620	0,9817	-0,400	0,167	-0,706	0,332
BDS1	3,0	5,0	4,422	0,6349	-0,651	0,167	-0,531	0,332
BDS2	2,0	5,0	4,351	0,6517	-0,617	0,167	-0,121	0,332
BDS3	3,0	5,0	4,450	0,6132	-0,673	0,167	-0,459	0,332
BDS4	3,0	5,0	4,586	0,5449	-0,877	0,167	-0,261	0,332
BDS5	1,0	5,0	4,403	0,6825	-1,170	0,167	2,351	0,332
BDS6	1,0	5,0	4,231	0,8117	-0,877	0,167	0,497	0,332
QDIS1	2,0	5,0	4,278	0,6699	-0,804	0,167	1,055	0,332
QDIS2	2,0	5,0	4,284	0,6255	-0,537	0,167	0,564	0,332
QDIS3	1,0	5,0	4,085	0,8312	-0,859	0,167	0,708	0,332
QDIS4	2,0	5,0	4,431	0,6560	-0,954	0,167	0,696	0,332
QDIS5	2,0	5,0	4,400	0,6882	-1,080	0,167	1,252	0,332
QDIS6	2,0	5,0	4,076	0,7030	-0,686	0,167	0,962	0,332
QDIS7	1,0	5,0	3,943	0,9145	-1,006	0,167	1,075	0,332

Apêndice 8 – Fiabilidade da medida - nível de envolvimento da gestão na sustentabilidade

NEGS			
Construto	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
<i>NEGS1</i>	0,827	0,683	0,173
<i>NEGS2</i>	0,927	0,859	0,073
<i>NEGS3</i>	0,709	0,503	0,291
<i>NEGS4</i>	0,784	0,615	0,216
<i>NEGS6</i>	0,807	0,651	0,193
Total	4,054	3,311	0,946

Variância Extraída Média	$\frac{\sum(\lambda p^2)}{k}$	66%
Composite Reliability	$\frac{(\sum \lambda_i)^2}{(\sum \lambda_i)^2 + \sum \varepsilon_i}$	95%

Apêndice 9 – Fiabilidade da medida – nível de envolvimento dos stakeholders

NES			
Construto	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
NES1	0,838	0,702	0,162
NES2	0,882	0,778	0,118
NES3	0,822	0,675	0,178
NES4	0,801	0,642	0,199
Total	3,343	2,797	0,657

Variância Extraída Média	$\frac{\sum(\lambda p^2)}{k}$	70%
Composite Reliability	$\frac{(\sum \lambda_i)^2}{(\sum \lambda_i)^2 + \sum \varepsilon_i}$	94%

Apêndice 10 – Fiabilidade da medida - competências dos contabilistas certificados

CCC			
Construto	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
CCC2	0,812	0,659	0,188
CCC3	0,947	0,898	0,053
CCC4	0,703	0,494	0,297
CCC5	0,766	0,587	0,234
CCC7	0,741	0,549	0,259
CCC8	0,805	0,648	0,195
Total	4,774	3,835	1,226

Variância Extraída Média	$\frac{\sum(\lambda p^2)}{k}$	64%
<i>Composite Reliability</i>	$\frac{(\sum \lambda_i)^2}{(\sum \lambda_i)^2 + \sum \varepsilon_i}$	95%

Apêndice 11 – Fiabilidade da medida - nível de conhecimento das normas de relato da sustentabilidade

NCNR			
Construto	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
<i>NCNR2</i>	0,833	0,694	0,167
<i>NCNR3</i>	0,923	0,852	0,077
<i>NCNR4</i>	0,870	0,756	0,130
Total	2,626	2,302	0,374

Variância Extraída Média	$\frac{\sum(\lambda p^2)}{k}$	77%
<i>Composite Reliability</i>	$\frac{(\sum \lambda_i)^2}{(\sum \lambda_i)^2 + \sum \varepsilon_i}$	95%

Apêndice 12 – Fiabilidade da medida - benefícios da divulgação sobre sustentabilidade

BDS			
Construto	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
<i>BDS1</i>	0,889	0,790	0,111
<i>BDS2</i>	0,839	0,704	0,161
<i>BDS3</i>	0,840	0,705	0,160
<i>BDS4</i>	0,814	0,662	0,186
Total	3,382	2,861	0,618

Variância Extraída Média	$\frac{\sum(\lambda p^2)}{k}$	72%
<i>Composite Reliability</i>	$\frac{(\sum \lambda_i)^2}{(\sum \lambda_i)^2 + \sum \varepsilon_i}$	95%

Apêndice 13 – Fiabilidade da medida - qualidade da divulgação de informação sobre sustentabilidade

QDIS			
Construto	Coefficiente estandardizado	Coefficiente ao quadrado	Erro
<i>QDIS2</i>	0,940	0,884	0,060
<i>QDIS3</i>	0,744	0,553	0,256
<i>QDIS4</i>	0,782	0,611	0,218
<i>QDIS5</i>	0,798	0,636	0,202
<i>QDIS6</i>	0,770	0,593	0,230
<i>QDIS7</i>	0,713	0,508	0,287
Total	4,747	3,785	1,253

Variância Extraída Média	$\frac{\sum(\lambda p^2)}{k}$	63%
Composite Reliability	$\frac{(\sum \lambda_i)^2}{(\sum \lambda_i)^2 + \sum \varepsilon_i}$	95%